

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Letras

Área: Linguística e Língua Portuguesa

José Wilson de Assis

**MECANISMOS DE AGENCIAMENTO DE RESPONSABILIZAÇÃO ENUNCIATIVA  
EM BOLETINS DE OCORRÊNCIA DA PMMG E IMPLEMENTAÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE E PERSECUÇÃO  
CRIMINAL NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL**

Belo Horizonte

2019

José Wilson de Assis

**MECANISMOS DE AGENCIAMENTO DE RESPONSABILIZAÇÃO ENUNCIATIVA  
EM BOLETINS DE OCORRÊNCIA DA PMMG E IMPLEMENTAÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE E PERSECUÇÃO  
CRIMINAL NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Angela Paulino  
Teixeira Lopes

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A848m Assis, José Wilson de  
Mecanismos de agenciamento de responsabilização enunciativa em boletins de ocorrência da PMMG e implementação de estratégias e ações de combate à criminalidade e persecução criminal no âmbito do inquérito policial / José Wilson de Assis. Belo Horizonte, 2019.  
206 f. : il.

Orientadora: Maria Angela Paulino Teixeira Lopes  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Minas Gerais. Polícia Militar. 2. Policiais militares - Escrita. 3. Interação social. 4. Enunciação (Linguística). 5. Análise do discurso. 6. Homicídio. 7. Inquérito policial. I. Lopes, Maria Angela Paulino Teixeira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 801.73

José Wilson de Assis

**MECANISMOS DE AGENCIAMENTO DE RESPONSABILIZAÇÃO ENUNCIATIVA  
EM BOLETINS DE OCORRÊNCIA DA PMMG E IMPLEMENTAÇÃO DE  
ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE E PERSECUÇÃO  
CRIMINAL NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

---

Profa. Dra. Maria Angela Paulino Teixeira Lopes – Orientadora – PUC Minas

---

Profa. Dra. Ana Maria Nápoles Villela – Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-MG

---

Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas

Belo Horizonte, 10 de julho de 2019.

*Dedico este trabalho a todos aqueles que sempre foram as minhas fontes inspiradoras, minha família, bem como aos alunos da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais que me proporcionaram substrato para a pesquisa ora concluída.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus a incansável perseverança, apesar de todos os obstáculos; à minha família como um todo, por todo o apoio ao longo de tantas batalhas, mas também de consequenciais vitórias; à minha orientadora Professora Maria Angela Paulino Teixeira Lopes, pelo sempre tão prudente direcionamento e por fazer com que o meu objetivo se concretizasse neste trabalho; ao Sr. Ten-Cel Mauro Lúcio Honorato, Comandante do 61º BPM, pelo apoio à pesquisa; aos Professores de Linguística e Língua Portuguesa da PUC-Minas Coração Eucarístico (Prof.<sup>a</sup> Jane Quintiliano, Prof.<sup>a</sup> Sandra Cavalcante, Prof.<sup>a</sup> Juliana Assis, Prof.<sup>a</sup> Arabie Hermont, Prof. Marco Antônio Oliveira, Prof.<sup>a</sup> Maria Angela e ao Prof. Hugo Mari), por propiciarem um ambiente de ideias, aprendizado e, sobretudo, um contexto de respeito e favorável à construção de um processo de ensino-aprendizagem consistente; à minha esposa e à minha filha Maria Eliza – que representam simplesmente TUDO; aos colegas de cursos, pelo apoio e pelo ambiente salutar, e ao corpo administrativo do curso - Berenice e Rosário, obrigado pela paciência; enfim, obrigado a todos.

*“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”.*

*João 8:32.*

## RESUMO

O tema desta pesquisa está diretamente relacionado aos mecanismos de agenciamento de responsabilidade enunciativa na constituição discursiva do Boletim de Ocorrência da Polícia Militar de Minas Gerais (BO-PMMG), tendo em vista a construção do referido gênero discursivo na lavratura de homicídios consumados. O objetivo geral foi apreender os efeitos sobre o enunciatário de estratégias linguístico-textuais responsáveis pela construção do gênero BO-PMMG, a fim de compreender as decorrências de tais recursos no encaminhamento da persecução<sup>1</sup> criminal e de ações e operações de combate à criminalidade. Pautado em uma perspectiva metodológica de viés textual-discursivo, o *corpus* da pesquisa foi constituído de quarenta e sete BO de homicídios consumados, na cidade de Sabará/MG, no ano de 2016, bem como de três questionários, sendo que cada um foi aplicado a: a) policiais militares relatores dos registros em questão; b) Chefe do Planejamento de Operações Policiais do 61º BPM, responsável pela cidade de Sabará/MG; c) Delegado de Polícia Civil responsável pela investigação dos delitos objetos da pesquisa. Algumas perguntas direcionaram a escolha pelo objeto da pesquisa, referentemente ao processo discursivo revelado pelos BO, no exercício deste pesquisador como Chefe do Planejamento de Operações Policiais do 61º BPM e como docente da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais: a) os policiais militares relatores de BO tiveram acesso ao conteúdo teórico acerca da elaboração de gêneros discursivos na instância formativa? ; b) os policiais militares relatores de BO compreendem a real finalidade de tal gênero?; c) no ato da lavratura do gênero BO, os policiais militares relatores são influenciados por fatores externos e internos ao âmbito discursivo? Se sim, quais seriam?; d) qual a visão dos relatores quanto ao produto da sua atividade discursiva e e) qual a visão dos enunciatários ao receber tais registros? Para tanto, esta pesquisa focalizou a análise nas categorias analíticas de estratégias de impessoalidade e os modalizadores de responsabilidade enunciativa, a fim de compreender como o gênero BO, próprio da esfera da Administração Pública, é construído e quais os recursos linguísticos utilizados para a assunção ou não da responsabilidade enunciativa. Para subsidiar o alcance dos objetivos pretendidos, buscou-se um quadro teórico à luz de princípios discursivos de cunho sociointeracionista que possibilitassem apreender estratégias linguístico-textuais de construção da responsabilidade enunciativa diante do dito. A análise do *corpus* revelou modos diferenciados de assunção e não assunção da responsabilidade enunciativa, manifestando maior ou menor envolvimento frente à situação a ser relatada, o que demonstra que o enunciador, mesmo na ação discursiva

---

<sup>1</sup> É o conjunto de atividades desenvolvidas pelo Estado que possibilitam atribuir punição ao autor de um crime cometido. Significa perseguir, ir no encalço.

de um gênero que se apresenta sob pretensa objetividade, parece ter dificuldades em se isentar completamente frente ao próprio dizer. Considerando que uma das finalidades do gênero BO é subsidiar a composição de um banco de dados, para fins de medidas de defesa social, foi possível apontar também a relevância de fatores de ordem textual como o da informatividade, imprescindível no gênero em exame. Lacunas informacionais nos BO estão diretamente relacionadas à falta de repasse de informações de testemunhas e de outros atores relacionados ao fato relatado, e não à capacidade discursiva dos relatores que, em geral, atenderam às finalidades propostas pelo gênero discursivo. A pesquisa realizada aponta para a necessidade de práticas de formação dos policiais militares pautadas na conscientização de fatores de ordem linguístico-textual que podem (ou não) interferir na produção de efeitos de sentido, ou seja, no processo interpretativo que desencadeará ações significativas para o combate preventivo e repressivo dos crimes de homicídio consumado e de outros delitos.

Palavras-chave: Discurso. Interacionismo Sociodiscursivo. Gênero discursivo Boletim de Ocorrência. Responsabilização enunciativa. Informatividade.

## ABSTRACT

The subject of this research is directly related to the mechanisms of agency of declarative responsibility in the discursive constitution of the Bulletin of Occurrence of the Military Police of Minas Gerais (BO-PMMG), in view of the construction of this discursive genre in the collection of consummate homicides. General was to understand the effects on the enunciator of linguistic-textual strategies responsible for the construction of the genre BO-PMMG in order to understand the consequences of such resources in the referral of criminal prosecution and actions and operations to fight against crime. Posted in a methodological perspective of a textual-discursive bias, the corpus of the research consisted of forty-seven BOs of consummate homicides, in the city of Sabará / MG, in the year 2016, as well as three questionnaires, each of which was applied to: a) police officers military rapporteurs on the records in question; b) Chief of planning of police operations of the 61st BPM, responsible for the city of Sabará / MG; c) Delegate of Civil Police responsible for investigating the crimes investigated. Some questions directed the choice of the object of the research, referring to the discursive process revealed by the BO, in the exercise of this researcher as head of planning of police operations of the 61st BPM and as a teacher of the Military Police Academy of Minas Gerais: a) military police rapporteurs of BO had access to the theoretical content about the elaboration of discursive genres in the formative instance?; b) do the military police rapporteurs of BO understand the real purpose of such a genre?; c) at the time of the writing of the genre BO, are military police officers influenced by external factors and internal to the discursive scope? If so, what would they be?; (d) what is the view of the military police rapporteurs as to the product of their discursive activity and e) what is the vision of the enunciatarios when receiving such records? In order to do so, this research focused on the analytical categories of strategies of impersonality and the modalizers of enunciative responsibility, in order to know how the genre BO, of the sphere of Public Administration, is constructed and what resources are used for the assumption or not responsibility for the said. In order to subsidize the achievement of the intended objectives, a theoretical framework was sought in the light of discursive principles of socio-interactionist character that allowed to apprehend linguistic-textual strategies of constructing the enunciative responsibility before the said one. The analysis of the corpus revealed different modes of assumption and non-assumption of enunciative responsibility, manifesting a greater or lesser involvement in the situation to be reported, which shows that the enunciator, even in the discursive action of a genre that presents itself under presumed objectivity, seems have difficulty in completely exempting themselves from their own words. Considering that one of the purposes of the BO

genre is to subsidize the composition of a database, for purposes of social defense measures, it was also possible to point out the relevance of textual factors such as informativity, essential in the genre under examination. Information gaps in BO are directly related to the lack of transfer of information from witnesses and other actors related to the reported fact, and not to the discursive capacity of the military police rapporteurs who, in general, served the purposes proposed by the discursive genre. This research points to the need for training practices by military police rapporteurs based on the awareness of linguistic-textual factors that may (or may not) interfere in the production of meaning effects, that is, in the interpretative process that will trigger significant actions for the preventive and repressive combat of the crimes of consummate homicide and other crimes.

Keywords: Speech. Sociodiscursive Interactionism. Discursive genre. Journal of Occurrence. Declarative accountability. Informativeness.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias presentes nos históricos dos BO.....	130
Tabela 2 - Refletindo sobre a disciplina Produção textual/Redação Técnica/Redação Operacional com ênfase na elaboração do Boletim de Ocorrência no curso de formação/aperfeiçoamento do relator .....	132
Tabela 3 - Refletindo sobre a base teórica institucional ofertada no curso e a sua aplicabilidade nos casos concretos da lavratura.....	133
Tabela 4 - Refletindo sobre a ênfase dada no ato de preenchimento da estrutura do Boletim de Ocorrência.....	136
Tabela 5 - Refletindo sobre os dados recebidos e/ou a sua articulação discursiva na lavratura do texto.....	140
Tabela 6 - Refletindo acerca da influência dos fatores externos sobre o fato e a escrita da lavratura do BO.....	142
Tabela 7 - Refletindo sobre as habilidades/dificuldades próprias de cada relator no momento da coleta de informações para se lavrar o BO.....	144
Tabela 8 - Refletindo sobre as dificuldades específicas do relator no ato da lavratura do BO .....	147
Tabela 9 - Refletindo sobre a atribuição da dificuldade específica encontrada no ato da lavratura do BO.....	149
Tabela 10 - Tabela comparativa entre aspectos específicos dos BO analisados, sob a perspectiva do Chefe do Planejamento de Operações Policiais .....	151
Tabela 11 - Refletindo sobre o percentual de registros lavrados pela PMMG dentre os BO de homicídio consumado lavrados em Sabará/MG no ano de 2016 .....	153
Tabela 12 - Refletindo sobre a ênfase dada ao BO como fonte de planejamentos.....	154
Tabela 13 - Refletindo sobre a base de dados que são utilizados no cotidiano de planejamento da UEOp analisada .....	154
Tabela 14 - Refletindo sobre a existência das circunstâncias da narrativa.....	155
Tabela 15 - Refletindo sobre o preenchimento dos campos parametrizados .....	156
Tabela 16 - Comparativo das respostas dos questionários de relatores e do Chefe do Planejamento de Operações Policiais .....	157

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fundamentos para a produção de sentido .....	76
Quadro 2 - Representações de trechos dos BO com exposições do mundo do EXPOR implicado .....	116
Quadro 3 - Marcas de não assunção de responsabilidade enunciativa .....	119
Quadro 4 - Marcas de assunção de responsabilidade enunciativa.....	123
Quadro 5 - Marcas de responsabilização enunciativa por meio do futuro do pretérito.....	128

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Representatividade do uso do discurso direto e indireto nos BO analisados..... 112

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte do formulário do Boletim de Ocorrência.....	50
Figura 2 – Boletim de Ocorrência: tipificação inicial .....	58
Figura 3 – Boletim de Ocorrência – origem da comunicação .....	61
Figura 4 – Boletim de Ocorrência – dados da ocorrência .....	61
Figura 5 – Boletim de Ocorrência – qualificação dos envolvidos.....	63
Figura 6 – Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (1).....	91
Figura 7 - Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (2).....	91
Figura 8 - Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (3).....	94
Figura 9 - Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (4).....	96

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

APM/PMMG	Academia de Polícia Militar da Polícia Militar de Minas Gerais
BO	Boletim de Ocorrência
BO-PMMG	Boletim de Ocorrência da Polícia Militar de Minas Gerais
BPM	Batalhão de Polícia Militar
DAOp-CINDS	Diretoria de Apoio Operacional – Centro Integrado de Defesa Social
IP	Inquérito Policial
ISD	Interacionismo Sociodiscursivo
PCMG	Polícia Civil de Minas Gerais
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
REDS	Registro de Evento de Defesa Social
SIDS	Sistema Integrado de Defesa Social
UEOp	Unidade de Execução Operacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>33</b>
Contextualização da pesquisa .....	33
Estado da arte .....	35
Do objetivo geral .....	36
Dos objetivos específicos .....	37
Do corpus da pesquisa .....	37
Da estruturação da pesquisa .....	40
<b>1 O GÊNERO DISCURSIVO BO SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA E DISCURSIVA</b> .....	<b>41</b>
1.1 Boletim de ocorrência: examinando o gênero .....	54
1.2 O gênero discursivo BO – em busca de compreensão .....	57
1.3 Estrutura do gênero BO e o sistema REDS .....	59
1.4 Finalidade do gênero BO .....	65
1.5 O conceito de Inquérito Policial e os reflexos dos registros dos BO no referido gênero .....	67
1.6 Registro dos Boletins de Ocorrência de homicídio consumado na cidade de Sabará/MG no ano de 2016 .....	81
1.7 Os reflexos dos registros dos Boletins de Ocorrência Policial nos planejamentos de operações policiais .....	81
1.8 O papel e a visão dos relatores dos Boletins de Ocorrências de homicídios consumados registrados em Sabará/MG no ano de 2016 .....	85
1.9 Os programas de disciplina dos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMMG no que se refere à produção do gênero discursivo BO .....	90
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>97</b>
<b>3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	<b>105</b>
3.1 As categorias analíticas .....	106
3.1.1 As estratégias de impessoalidade .....	107
3.1.2 Os modalizadores agenciadores da responsabilidade enunciativa .....	114
3.1.3 Modalizações por meio do uso do futuro do pretérito nos BO analisados .....	127
3.2 Confrontando as respostas do questionário aplicado aos relatores e os discursos dos BO .....	131
3.3 Análise do questionário aplicado ao Chefe do Planejamento de Operações Policiais .....	150
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>169</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>175</b>
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 01</b> .....	<b>179</b>
<b>APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 02</b> .....	<b>181</b>
<b>APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO 03</b> .....	<b>183</b>
<b>ANEXO A - PROGRAMA DE DISCIPLINA DOP CASP</b> .....	<b>185</b>
<b>ANEXO C - PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CF</b> .....	<b>193</b>
<b>ANEXO D - PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CFSd</b> .....	<b>199</b>
<b>ANEXO E - FORMULÁRIO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA</b> .....	<b>203</b>

## INTRODUÇÃO

### Contextualização da pesquisa

A realização desta pesquisa se deve ao fato de que, enquanto comandi pelotão operacional no 61º BPM (Sabará), bem como chefei a Seção de Planejamento de Operações daquele BPM, assim como Chefe da Seção de Inteligência, planejei ações de combate à criminalidade na área daquela Unidade de Execução Operacional (UEOp) e fiz acompanhamento qualitativo e quantitativo dos Boletins de Ocorrência registrados.

Como dito, diante do fato de ter trabalhado com o planejamento de operações, bem como na seção de inteligência do 61º Batalhão de Polícia Militar (BPM), percebi a necessidade de estudar o registro dos Boletins de Ocorrência (BO) da PMMG lavrados pelos militares daquela Unidade, a fim de contribuir com a prestação de serviço de segurança pública proporcionado àquela comunidade.

Além disso, sou docente na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM/PMMG), sobretudo na disciplina de Produção Textual Policial/Redação Técnica/Redação Operacional e, dentre os vários gêneros discursivos que são ministrados nos diversos cursos, além da necessidade do serviço operacional, percebi que o BO requer uma atenção especial pelos militares dada a complexidade no seu preenchimento, uma vez que é o gênero mais elaborado pela PMMG e por meio do qual a Instituição se comunica com diversos órgãos. Então, o correto e completo preenchimento por parte dos relatores é de suma importância para ações e operações preventivas e repressivas por parte dos órgãos de segurança pública, de forma que a incompletude desses dados acarreta significativa perda de informações para a constituição de perfis de autores e vítimas dos delitos.

O BO da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) apresenta-se como um instrumento hábil para o processamento de dados e informações que são determinantes no auxílio da persecução criminal e como supedâneo para planejamentos de estratégias e ações da PMMG frente à criminalidade.

No entanto, percebi que os militares que elaboram o referido gênero discursivo não reconhecem a sua real importância, não valorizam a prática discursiva em questão ou necessitam de capacitação para o seu devido preenchimento.

Notei ainda que, não obstante a existência de vários campos parametrizados, bem como do histórico do BO, inúmeras informações relevantes para que a autoridade de polícia judiciária proceda ao pertinente Inquérito Policial (IP) deixam de ser registradas ou são incorretamente registradas, levando à hipótese do comprometimento das investigações a serem diligenciadas,

assim como do possível prejuízo para o planejamento das operações policiais, haja vista serem elaboradas com base, sobretudo, nas estatísticas criminais.

Então, vislumbrei que o BO é subutilizado pelos militares tanto no reconhecimento da importância do mencionado gênero, quanto na elaboração dessa ferramenta, pois a lavratura de BO é algo tão corriqueiro na atividade policial que pode induzir o policial militar à banalização no preenchimento do gênero, haja vista não dimensionarem os efeitos (positivos e negativos) quando de sua produção no sistema dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS).

Ademais, atuando como professor da disciplina de Produção Textual Policial nos diversos cursos de formação da PMMG, deparei-me com dúvidas quanto a algumas possibilidades da deficiência na elaboração do BO, como, por exemplo, se seriam os recursos, as metodologias e os conteúdos proferidos nos cursos de formação, ou se a deficiência reside no descrédito do militar diante do próprio gênero discursivo.

Nessa medida, julgo ser de relevância a pesquisa aqui proposta, no sentido de nos conduzir à reflexão sobre os aspectos discursivos utilizados pelos policiais militares no ato da elaboração do BO, a fim de concretizar mudanças de base teórica nos cursos de formação, caso necessário, e comportamentos no ato do registro para subsidiar os Delegados de Polícia nas investigações policiais, assim como para o Chefe de Planejamentos de Ações e Operações Policiais, principalmente, de cunho preventivo.

Diante desse contexto de premente demanda por pacificação social e complexidade das relações interpessoais, nota-se o papel constitucional do Estado em regular as relações entre os indivíduos, de forma que se permita o exercício dos direitos e das garantias fundamentais dos cidadãos.

Durante os séculos XVI e XVII, perdurando até o fim da 2ª guerra mundial, quando os Estados eram permeados pela ideologia do Estado Liberal, notória se fez a abstenção estatal em dirimir conflitos entre as pessoas e os interesses, a fim de que a própria dinâmica social fosse capaz, por si só, de regular as relações entre os interesses e, assim, encartavam o mais puro absentismo estatal.

Dessa forma, o Liberalismo, com fundamento, sobretudo, em Adam Smith, na obra “A riqueza das nações”, de 1776, numa apertada análise, demonstra o absentismo estatal e a ideologia de que o mercado possui um poder autorregulatório, de forma que caberia ao Estado apenas fornecer as bases estruturais que não constituíssem o mero interesse de cunho privado.

Porém, essa ideologia não foi capaz de se sustentar a tal ponto que o Estado, saindo da sua posição de inércia, foi chamado a regular as relações entre os indivíduos e a assumir um papel de atuação positiva na proteção dos direitos e das garantias das pessoas, tendo em vista que cada cidadão, abdicando-se de parcela da sua autonomia privada, transfere ao Estado o

poder de regular a vida em sociedade, visando ao atingimento da pacificação social, para que cada cidadão não faça uso da autotutela.

Tendo em vista a função do Estado em regular as relações humanas, ele o faz por meio de seus diversos entes federados, que se desdobram nos órgãos que detêm, abstrata e previamente, as suas atribuições constitucionais.

Nesse contexto se inserem as polícias militares da República Federativa do Brasil. O art. 144 da Constituição da República Federativa, de 1988, trouxe a previsão da missão das Instituições militares estaduais, às quais cabe, precipuamente, a polícia ostensiva de prevenção criminal. Além disso, o mesmo dispositivo constitucional prevê a competência das polícias judiciárias, que se dividem em Polícia Civil, assim como Polícia Federal e demais órgãos, à qual compete o exercício de autoridade de polícia judiciária, com o aspecto de cunho repressivo na investigação dos delitos, conforme a esfera de competência da jurisdição federal ou estadual.

Na perspectiva local do Estado de Minas Gerais, temos a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que exerce a atividade de polícia ostensiva de prevenção criminal, bem como temos a Polícia Civil de Minas Gerais (PCM), que exerce a autoridade de polícia judiciária nos limites da sua competência, dentre elas e conforme a infração penal perpetrada, a instauração do Inquérito Policial.

## **Estado da arte**

Conforme pesquisas realizadas, observei que o objeto de estudo aqui pesquisado foi contemplado em outros trabalhos como, por exemplo, Gonçalves (2019) que, por meio do material didático-instrucional para o Curso de Formação de Sargentos/2019, discute a elaboração de diversos gêneros discursivos produzidos pela PMMG, com ênfase no BO, sua estruturação, finalidades e contextos de produção.

Além disso, há também a pesquisa desenvolvida por Arantes (2019) que discorre sobre os mecanismos de responsabilização enunciativa, por meio das modalizações no BO tendo como contexto os Cursos de Formação de Soldados da PMMG.

Seguindo a vertente de segurança pública moderna, o Estado de Minas Gerais, por meio do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), instituído através do Decreto Estadual nº43.778/04, congrega informações num banco de dados comum aos seus órgãos de defesa social, no intuito de possibilitar, por cientificidade, a adoção de estratégias e implementação de ações no combate à criminalidade no âmbito do Estado de Minas Gerais, a fim de proporcionar a pacificação social aos diversos conflitos de interesses inerentes às relações interpessoais, bem como fomentar a sensação de segurança objetiva, que se caracteriza pelo sentimento de

presença real do aparato estatal à disposição dos cidadãos, quando eclodir a necessidade de sua intervenção.

Ressalta-se que temos a sensação de segurança subjetiva, que se define como o sentimento dos cidadãos em se sentirem seguros nas mais diversas situações, por acreditarem que o amparo estatal virá, caso necessitem. Ainda que eles visualizem a presença real dos agentes estatais, a referida segurança diz respeito à credibilidade que as instituições do Estado gozam junto aos cidadãos.

Além disso, o referido banco de dados tem por base o módulo informatizado do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), que tem por finalidade o registro compartilhado de diversas atividades administrativas, operacionais, e, sobretudo, o registro de infrações penais.

Conforme o Boletim Técnico nº 02/ 2016 – DAOp-CINDS:

É através do REDS, que se leva à autoridade judiciária a *notitia criminis*<sup>2</sup>, além de se prestar a outros órgãos, públicos ou particulares, informações importantes. É também um precioso instrumento de resguardo da legalidade em que se estribou a ação e/ou operação (MINAS GERAIS, 2016, p. 5).

Os responsáveis por alimentar o mencionado banco de dados, no que tange à PMMG, são os policiais militares incumbidos do atendimento das demandas da sociedade por meio do preenchimento do Boletim de Ocorrência (BO), que possui um formulário próprio no módulo REDS.

Tendo em vista que as informações do sistema REDS são compartilhadas com a autoridade de polícia judiciária, o Delegado de Polícia responsável pela investigação criminal terá acesso aos dados e às informações inseridos no BO, os quais têm por finalidade subsidiar a autoridade de polícia judiciária com informações acerca das infrações penais, para que se possa instaurar o pertinente Inquérito Policial (IP), se atendidos os requisitos legais, bem como fornecer elementos para as estatísticas criminais e, assim, cientificamente, fornecer informações e dados para se vislumbrarem estratégias e, conseqüentemente, planejamentos de ações e/ou operações policiais.

## **Do objetivo geral**

Relacionado à hipótese e às perguntas de pesquisa, o objetivo geral é apreender os efeitos sobre o enunciatório de estratégias linguístico-textuais responsáveis pela construção do gênero Boletim de Ocorrência da PMMG (BO-PMMG), a fim de compreender as decorrências

---

<sup>2</sup> Notícia de um crime – ato por meio do qual a autoridade competente toma conhecimento de um fato definido como crime

de tais recursos no encaminhamento da persecução criminal e de ações de combate à criminalidade.

### **Dos objetivos específicos**

Os objetivos específicos são:

- Analisar o gênero discursivo BO tendo como base o quadro teórico fornecido pela análise do discurso;
- Examinar a natureza dos recursos linguísticos utilizados pelos enunciadores na atividade discursiva de elaboração dos BO, responsáveis pela construção de enunciadores e enunciatários da cena enunciativa e do conteúdo temático;
- Analisar o formulário-padrão do Boletim de Ocorrência da PMMG, a fim de se visualizarem os dados e as informações a serem ali reelaborados, no intuito de dimensionar o preenchimento completo (ou não) dos campos parametrizados diante da demanda específica do objeto da pesquisa;
- Avaliar o processo de construção da argumentação discursiva presente no gênero discursivo BO, tendo em vista recursos ligados à polifonia discursiva e a outros modos de agir dialógicos e interativos entre enunciador e enunciatário;
- Analisar a questão do *ethos* de enunciador projetado no discurso para avaliar a força retórica e persuasiva do discurso investigado.

### **Do corpus da pesquisa**

Diante dos objetivos acima, esta pesquisa buscou, a partir da análise dos registros dos Boletins de Ocorrência (BO) de homicídios consumados lavrados pela PMMG, na cidade de Sabará, durante o ano de 2016, descrever e avaliar as estratégias de natureza linguística e textual responsáveis pelas informações necessárias ao objetivo de subsidiar a instauração do Inquérito Policial (IP).

Este trabalho teve por intuito aferir se os campos parametrizados são representados no formulário BO de maneira completa, conforme a infração penal perpetrada, e se atende ao objetivo de se alimentar o banco de dados com informações precisas e necessárias ao planejamento do combate à criminalidade almejado pela PMMG e, assim, proporcionar a resposta estatal adequada aos conflitos sociais.

Nesse viés, haja vista que, por vezes, me deparei com a aparente incoerência entre a previsão teórica necessária e prevista pela PMMG no aspecto de elaboração dos Boletins de Ocorrência e a atuação prática dos relatores no ato da lavratura do BO, portanto, vislumbrei a necessidade de pesquisar os aspectos discursivos da elaboração do Boletim de Ocorrência.

A fim de corroborar essa necessidade de coerência entre o fato ocorrido e o evento lavrado pelo policial militar relator, percebi, em Minas Gerais (2003), que o policial militar diretamente responsável pelo registro assume a autoria no momento de definir a classificação do delito cometido nas ocorrências em que forem empenhados, sendo que tal classificação visa adequar o crime ocorrido às previsões da legislação penal vigente. Saliento que, durante os cursos de formação dos policiais militares, são ministradas disciplinas que tornem os policiais aptos a procederem à tal classificação, uma vez que a classificação equivocada cria obstáculos ao planejamento, como, por exemplo, um delito de furto indevidamente registrado como roubo, que requer violência ou grave ameaça à pessoa.

Porém, durante as atividades de fiscalização e de planejamento de operações policiais, suscitei a hipótese de que tais militares vêm fazendo, de maneira equivocada, o preenchimento do BO, o que tem prejudicado as investigações policiais referentes aos fatos e os planejamentos do 61º BPM, o que coaduna a hipótese ora levantada nesta pesquisa.

Diante disso, tornou-se premente a necessidade de análise de quais os aspectos da elaboração do referido gênero discursivo são abordados nos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMMG, bem como nos treinamentos táticos e extensivos, visando ao aprimoramento da elaboração do BO, assim como se os registros que compõem o *corpus* ratificam a visão institucional mencionada em Minas Gerais (2003), que se trata da correta elaboração do BO.

Noutra vertente, se torna necessária a análise diretamente com os Delegados de Polícia responsáveis pelas investigações dos crimes de homicídios consumados que compõem o *corpus*, a fim de mensurar se as informações lavradas pelos policiais militares auxiliaram nas investigações dos respectivos Inquéritos Policiais (IP), pois, conforme Lima (2016), o inquérito policial é tido como um procedimento administrativo destinado à colheita de elementos de informação quanto à existência do crime e quanto à autoria ou participação.

Diante desses questionamentos e de possíveis lacunas e incoerências entre o registro lavrado e aquilo que se espera no plano teórico e normativo da PMMG no que se refere ao registro do BO tornou-se necessário verificar: Qual o papel do policial militar, no processo de elaboração do gênero BO, na cena enunciativa criada por determinado contexto? No ato de interpretação da autoridade de polícia judiciária, quais seriam as possibilidades de significação a partir do discurso sobre o fato, tendo em vista que a ação discursiva é fruto da interpretação

do enunciador, responsável pelo BO? Qual o papel determinante da comunidade discursiva para a elaboração do gênero BO, tendo em vista a peculiaridade da comunidade policial militar como parte integrante de uma rede de órgãos da persecução penal?

Também foi analisado um questionário aplicado ao Chefe da Seção de Planejamento do 61º BPM, de acordo com o Apêndice C (questionário 02), a fim de verificar se os BO elaborados naquela UEOP subsidiam, conforme necessário, os planejamentos de ações e operações policiais no combate à criminalidade local.

Também foram analisados questionários aplicados aos próprios relatores dos registros em questão, a fim de vislumbrar a percepção deles no contexto fático do registro no caso concreto e servir de comparativo para aquilo que a PMMG necessita nos registros e também para avaliar a carga teórica e prática de treinamento que tais militares receberam para se tornarem aptos a redigir o BO.

Ademais, também fazem parte do *corpus* desta pesquisa os próprios registros dos Boletins de Ocorrência (BO) elaborados pelos policiais militares, no caso concreto do delito de homicídio perpetrado, conforme as variáveis mais significativas para esta pesquisa, como, por exemplo, a quantidade de homicídios consumados no ano de 2016, na cidade de Sabará, bem como os elementos linguístico-discursivos no histórico dos BO.

Como fundamentação teórica, foi feita a leitura de teóricos que discutem sobre a prática social de linguagem, o interacionismo sociodiscursivo, as teorias argumentativas, bem como as inspiradas nos estudos da análise do discurso, o dialogismo, a polifonia etc.

Na mesma toada, analisamos a dialogia bakhtiniana, a fim de verificar as possíveis vozes presentes nos BO lavrados pelos policiais militares a partir do *corpus* selecionado, uma vez que há o enunciador, que se posicionará como um profissional exercendo a sua função pública no ato da lavratura do BO.

Ressalta-se que, para a realização desta pesquisa, propusemo-nos investigar os aspectos que interferem na produção do BO; quais os impactos sobre a ação de planejamentos na PMMG e sobre a ação de investigação pela autoridade de polícia judiciária, assim como se há ressonâncias do arcabouço teórico estudado na fase de formação do profissional militar sobre a elaboração do gênero discursivo BO pelos relatores. A seguinte hipótese foi considerada como condição para o resultado exitoso:

- Os documentos normativos da PMMG, acerca da elaboração do Boletim de Ocorrência como tema relevante de treinamentos táticos, treinamentos extensivos e Treinamento Policial Básico de maneira institucionalizada. Além disso, o estreitamento entre as autoridades destinatárias dos registros dos Boletins de

Ocorrência e os integrantes da PMMG responsáveis por tais registros como condição relevante para efetivar protocolo de atuação.

### **Da estruturação da pesquisa**

O texto desta dissertação está organizado em quatro capítulos a partir desta Introdução. Como o objeto desta pesquisa envolve o exame de Boletins de Ocorrência (BO), o primeiro capítulo visa refletir sobre a noção de gênero discursivo sob a perspectiva que subjaz a este trabalho e o conceito, a estrutura e a finalidade institucional do gênero BO.

Além disso, nesse capítulo, discorre-se sobre os registros dos BO de homicídios consumados na cidade de Sabará, no ano de 2016, sob a ótica da demanda institucional da PMMG, bem como sob a ótica da necessidade do militar chefe da seção de planejamentos do 61º BPM (área na qual foram cometidos os delitos que redundaram nos registros analisados nesta pesquisa), assim como sob a ótica do imprescindível registro para que a autoridade de polícia judiciária (Delegado) exerça as suas atividades de investigações preliminares.

Ainda no primeiro capítulo, tendo em vista a outra vertente analisada que considerará o impacto da lavratura dos BO no planejamento das ações e operações policiais no âmbito da PMMG, tornou-se imperioso explicitarmos os preceitos institucionais e finalidades para que se serve a lavratura do BO para a PMMG.

Na sequência, analisamos o papel e a visão dos relatores dos BO diante de cada caso concreto registrado. Apresentamos o material que compõe os programas de disciplinas dos variados cursos de formação e aperfeiçoamento da PMMG, ou seja, o cabedal teórico que visa preparar tecnicamente o policial militar para a lavratura de Boletim de Ocorrência.

No segundo capítulo, temos o percurso metodológico vivenciado nesta pesquisa, que envolveu a coleta e a geração de dados que integrariam o *corpus*, bem como a perspectiva metodológica que orientou as escolhas dos procedimentos de coleta de dados, da juntada dos BO que foram analisados na pesquisa. Além disso, discorreremos sobre os sujeitos colaboradores deste estudo, assim como as informações acerca dos cursos de formação e atualização na PMMG, nos quais são ministrados os assuntos correlatos com o objeto desta pesquisa.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise das estratégias de vozeamentos do discurso, focalizando os recursos de assunção enunciativa, por meio de categorias linguísticas: modalizadores, discurso direto e indireto, e, por fim, mecanismos de temporalidade, que, em momentos discursivos, marcam a responsabilidade diante do dito.

No quarto capítulo, são apresentadas as considerações finais.

## 1 O GÊNERO DISCURSIVO BO SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA E DISCURSIVA

Antes de adentrarmos à análise do gênero discursivo BO propriamente dito, necessitamos abordar e situar tal gênero segundo a perspectiva enunciativa e discursiva.

Para tanto, inicialmente, vale ressaltarmos sobre a distinção, sob uma concepção tradicional, dos termos *texto* e *discurso*, mas, de igual maneira, devemos sobrelevar a perspectiva que enfatiza que uma possível distinção entre os mencionados termos não deve ser vista de maneira rígida, haja vista que eles se inter-relacionam e, portanto, há entre eles uma necessária correlação de reciprocamente condicionantes.

Sob um primeiro viés, Bronckart (1999), com amparo em Vygotsky, apresenta o homem como um organismo vivo e dotado de consciência.

Pela mesma perspectiva, Bronckart (1999) trata do “interacionismo social”, de forma a apresentar as condutas humanas como significantes e, assim sendo, são resultantes da socialização. No que tange ao “interacionismo social”, nota-se que o referido autor embasa as suas premissas tanto em aspectos psíquicos quanto em aspectos sociais, de forma que os seres humanos, “agentes verbais” que o são, interagem entre si e com o meio que o circunda, o que, consequentemente, permite a construção de uma consciência individual e social.

Então, como resultado dessa interação por meio da linguagem, conforme o autor em tela, tem-se o “texto”, de forma que, ao mesmo tempo, nota-se uma ramificação subjetiva como produto de um ser unicamente considerado e resultado de contexto histórico-social e uma ramificação social, como produto da imersão do sujeito nesse todo social.

Nesse sentido, Costa Val (1994) salienta que *texto ou discurso* é “ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal”.

Nessa medida, o aspecto sociocomunicativo está atrelado ao fato de que a linguagem está sempre em operação, ou seja, no uso cotidiano, sendo que a mencionada autora faz referência a diversos fatores pragmáticos essenciais para a produção e recepção de textos, como, por exemplo, a intenção daquele que o produz.

Pelo viés semântico mencionado, no conceito da referida autora, temos que todo texto produzido deve ser coerente para conferir sentido, ou seja, ser um todo harmônico significativamente. Por fim, pelo viés formal, notamos a imprescindível coesão de um texto.

Referentemente à textualidade, Costa Val (1994) diz que é “o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases”.

Beaugrande e Dressler (1983) salientam que a textualidade é composta por sete fatores, quais sejam: a) coerência; b) coesão; c) intencionalidade; d) aceitabilidade; e) situacionalidade; f) informatividade; g) intertextualidade.

Detidamente a cada um dos mencionados fatores, temos que a coerência é o que confere sentido ao texto, seja por aspectos lógicos, semânticos e cognitivos, uma vez que são necessários conhecimentos comuns dos interlocutores para a produção do sentido.

A coesão, segundo fator apontado pelos mencionados autores, é a unidade formal do texto que se revela por mecanismos lexicais e gramaticais. Cabe salientar que, atualmente, muitos estudos (FRADE *et al*, 2014) não tratam mais a coesão e a coerência como propriedades inerentes ao texto, em uma visão formal, mas como construídas pelos interlocutores na interação.

Já os fatores da intencionalidade e da aceitabilidade, para Beaugrande e Dressler (1983), estão relacionados àqueles diretamente envolvidos no ato de comunicação. A intencionalidade está atrelada à execução da tarefa de forma que seja produzido coerente, coeso, a fim de atingir os objetivos de uma dada situação comunicativa. A aceitabilidade, por sua vez, refere-se à expectativa daquele que receberá o texto e, assim, poderá ou não atingir os objetivos propostos para determinado ato comunicativo.

A situacionalidade é o fato relacionado ao contexto em que é produzido o texto e todas as situações que o permeiam.

A informatividade determinará o grau de interesse ou não do receptor do texto, uma vez que o conhecimento prévio acerca do assunto do texto está umbilicalmente ligado ao interesse do receptor. Ou seja, para fins de conferir clareza, é necessário que o texto traga todos os dados e informações que sejam relevantes para que, assim, possa atingir os objetivos da pessoa que produziu o texto, conforme Costa Val (1994).

Por fim, Beaugrande e Dressler (1983) mencionam o último dos fatores de textualidade, que é intertextualidade, sendo esta entendida que um texto nunca será original, mas construído na interação com outros textos.

Para Marcuschi (2008), *texto* e *discurso* são aspectos complementares da atividade enunciativa, sendo que, para o autor, o *discurso* seria o *objeto do dizer*; já o *texto* seria o *objeto de figura* a tal ponto de dizer que aquele está no plano do dizer (enunciação) e este está no plano da esquematização (a configuração). Nesse contexto, ainda segundo o autor, insere-se o gênero como aquele que condiciona a atividade enunciativa.

Isso posto, ainda nos amparando em Marcuschi (2008), citando Coutinho (2004, p. 29), temos que os textos seriam “produções linguísticas atestadas que realizam uma função comunicativa e se inserem numa prática social”.

Em contraposição a isso, Marcuschi (2008) nos traz Adam (1990), para quem o texto é uma *unidade abstrata* em que se tem em mente o fato linguístico “puro”, sem suas condições de produção, de acordo com a fórmula proposta pelo autor:

Discurso = texto + condições de produção
--

Texto = discurso - condições de produção
--

Diante desses apontamentos, notamos o papel relevante que cumpre ao contexto na produção do discurso, de forma que jamais poderá ser considerado de maneira dissociada das condições de produção.

Ainda conforme Marcuschi (2008), citando Coutinho (2004, p. 32), o discurso como *objeto do dizer* é visto como uma “prática linguística codificada, associada a uma prática social (sócio institucional) historicamente situada”.

Diante disso, notamos, ainda conforme Marcuschi (2008), que o gênero é uma prática social e uma prática textual-discursiva.

Transportando-nos para o gênero discursivo desta pesquisa, o Boletim de Ocorrência – BO, temos que o referido gênero, produzido na esfera da segurança pública e da Administração Pública, considerada por Marcuschi (2008) como *domínio discursivo*, é produzido num contexto de ruptura da tranquilidade pública/paz social, ou seja, o registro do BO se dá em momento de controvérsias e contendas entre as pessoas, de forma que os atores envolvidos na situação concreta protagonizam eventos de defesa social de extrema relevância de mensuração e controle por parte do Estado.

Conseqüentemente, à ineficiência e/ou ineficácia dos mecanismos de prevenção criminal adotados pelo aparato estatal, há a eclosão de infrações penais que demandam uma postura ativa dos órgãos de segurança pública, a fim de reestabelecer a paz social e para que haja as devidas tratativas pelas autoridades competentes, tornando-se premente a cientificidade dos métodos estatísticos e de planejamentos, a fim de proporcionar ações efetivas de prevenção e repressão criminal.

Nesse contexto, se insere o gênero BO, lavrado por policiais militares incumbidos da prevenção criminal no intuito de proporcionar a referida mensuração e assim dar a resposta estatal adequada diante dos delitos e estabelecer a prevenção geral para que outros indivíduos não se enveredem também para a prática de atos ilícitos.

Em que pese a necessária padronização, bem como o fato de o gênero BO ser produzido num formulário estruturado em campos parametrizados e no histórico que, *a priori*, limitaria a escrita dos policiais militares relatores, salienta-se que o enunciador, mesmo nos campos

parametrizados, conforme a própria denominação já o sugere, posiciona-se de tal forma a romper com as “amarras” às quais está submetido pela formalidade do formulário do gênero em questão.

A título exemplificativo, citamos o campo parametrizado do BO *provável descrição da ocorrência principal* como o mais emblemático a ser discutido tanto pelo viés institucional da PMMG, quanto pela possibilidade de o enunciador assumir uma posição autônoma e independente das prescrições formais do gênero em questão.

Inicialmente, mencionamos que o campo parametrizado do BO *provável descrição da ocorrência principal* cumpre a função de “entrada de leitura”, de forma que qualquer pessoa que acessar um BO lavrado terá, pelo referido campo parametrizado, um indicativo inicial direcionador da leitura e que o faz julgar, aprioristicamente, que o gênero acessado se trata do delito mencionado nesse campo parametrizado.

Como vimos em Marcuschi (2008) e correlacionando tais ensinamentos ao gênero BO, temos que esse gênero não se trata de um mero texto, mas sim de uma construção sócio-textual-discursiva, haja vista que, conforme o *corpus* desta pesquisa, qual seja, o registro dos BO de homicídios consumados, esse gênero é construído num contexto de conflituosidade entre indivíduos que foge ao controle estatal e, como tal, o gênero demanda estratégias próprias de elaboração.

O enunciador (policial militar relator), ao lavrar esses BO, assume um papel social de personificação do Estado, a fim de levar aos enunciatários as versões a ele apresentadas, porém, arraigadas de todas as suas experiências profissionais, pessoais e acadêmicas que o levarão a construir sentido, que é expresso por meio da escrita do BO, assim como os enunciatários que, de igual maneira, constroem sentido por meio de estratégias dos gêneros discursivos próprios da função pública exercida, ou seja, no caso desta pesquisa, o enunciatário Chefe do Planejamento de Operações Policiais construirá sentido e vai expô-lo por meio de uma ordem de serviço a ser executada; já o enunciatário Delegado de Polícia construirá sentido, que será expresso por meio do Inquérito Policial.

Nos dizeres de Marcuschi (2008), o gênero é uma escolha que comporta uma série de estratégias, de ordem formal e funcional, que poderá desencadear efeitos de sentidos em dado contexto situacional. Nessa medida, o gênero BO, dentre outras ações possíveis, poderá servir de mediação entre interlocutores para mensuração de delitos, conforme Schneuwly e Dolz (2004). Nesta pesquisa, o delito de homicídio consumado, interpretado nos BO, tendo por finalidade contribuir nos planejamentos de operações policiais e ministrar elementos mínimos para subsidiar, preliminarmente, uma investigação policial. Além disso, o gênero BO é

produzido num formulário próprio, preestabelecido institucionalmente, constituído de duas partes, quais sejam: a) os campos parametrizados; b) o histórico.

Consequentemente, cabe ao policial militar relator (enunciador) dominar os aspectos do gênero discursivo BO, porém, frisamos, com arrimo em Marcuschi (2008), que o domínio do gênero discursivo BO não significará o domínio de uma forma linguística, mas sim a forma de realização linguística de objetivos específicos em situações sociais particulares, e que, ainda segundo o mesmo autor, os gêneros discursivos operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação além da justificativa individual.

Diante do exposto, percebemos que a lavratura do BO pelo enunciador transpassa o viés individualista de produção e atinge a dimensão social do que é escrito, a ponto de direcionar autoridades na alocação de recursos humanos e logísticos e, numa visão macro, subsidiar políticas públicas de segurança pública, o que, nitidamente, empresta o viés social na produção do gênero.

Ou seja, esse aspecto socialmente construído do gênero BO encontra guarida em Marcuschi (2008), para quem os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício do poder.

Pelo discorrido, cabe-nos apresentar, conforme Marcuschi (2008), o conceito de gênero discursivo como os textos materializados em situações comunicativas recorrentes, tendo em vista que apresentam padrões sociocomunicativos característicos, definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Ressaltamos que o gênero BO tem por característica, dentre outras, a multiplicidade de vozes, de forma que o policial militar relator encampa diversas vozes sociais no ato da lavratura.

A denominada “heterogeneidade discursiva” se qualifica como uma condição em que um sujeito é influenciado pela interferência de outros discursos, sendo denominada como “*interdiscurso*”. O relator, quando no exercício na atividade produtiva do BO, é influenciado por diversos interdiscursos, que se materializam por diversas vozes, as quais são denominadas por Authier-Revuz (1990) como heterogeneidade constitutiva.

Authier-Revuz (1990) exemplifica a tentativa do distanciamento discursivo:

A “complexidade enunciativa” está na moda: distanciamento, graus de comprometimento, desnivelamentos ou deslocamentos enunciativos, polifonia, desdobramentos ou divisão do sujeito enunciador ... tantas são as noções que – em quadros teóricos diferentes – dão conta de formas linguísticas discursivas ou textuais alterando a imagem de uma mensagem monódica. Numerosos trabalhos o testemunham, nestes últimos anos, tratando do discurso relatado (direto, indireto, indireto livre), aspas, itálicos, citações, alusões, ironia, pastiche, estereótipo,

pressuposição, pré-construtos, enunciado dividido, palavras “argumentativas” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 25).

A referida autora trata de fenômenos denominados de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada, de forma que aquela se trata da situação na qual um discurso é atravessado por outros discursos, de maneira que será materializada por outras vozes. Já nesta, temos uma situação na qual, sob uma vertente, teremos explicitamente outras vozes discursivas no próprio texto, que seria a heterogeneidade mostrada e marcada e não marcada. Na heterogeneidade mostrada e não marcada, a presença de outros sujeitos não é explícita no texto, mas sim no fato concreto, de maneira que a influência se dá de forma velada. Authier-Revuz (1990) complementa, salientando que, na heterogeneidade mostrada, as marcas são explicitamente demonstradas no texto, denominada pela referida autora como heterogeneidade mostrada marcada.

No caso desta pesquisa, é necessário ressaltarmos o diálogo constituído entre o policial militar relator com o destinatário do gênero BO, que Authier-Revuz (1990) denomina de “outro”, qual seja o interlocutor. Assim sendo, o enunciador, por meio dos recursos ativados e reativados, possibilita aos enunciatários (Delegado de Polícia e Chefe do Planejamento de Operações Policiais) construir sentidos para aquilo que foi relatado também por meio de ativação e reativação de conhecimentos linguísticos e enciclopédicos.

A título exemplificativo, temos que a heterogeneidade mostrada e marcada vem representada por discurso direto, aspas, citações, etc. Já a heterogeneidade mostrada e não-marcada pode se dar por alusões, ironia, etc.

Há de se ressaltar que Authier-Revuz (1990) não defende a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada como processos separados, mas como processos distintos, de forma que aquela nos remete a um processo real na constituição de um discurso, já esta nos remete aos processos de representação, num discurso, de sua constituição.

Mostra-se, também, de grande relevância demonstrarmos que, na elaboração do gênero BO, o enunciador vai muito além das bases teóricas que constituem o seu conhecimento acerca do referido gênero, alcança a dimensão eminentemente prática do cotidiano, que torna evidentes os aspectos pragmáticos ligados aos usos dos gêneros na sociedade, conforme Bakhtin (1997).

A respeito desse aspecto, invocamos a noção do *ethos*, haja vista que é a imagem que eu projeto de mim mesmo e, ao mesmo tempo, projeto uma imagem dos meus interlocutores, demonstrando ser uma via de mão dupla, em consonância com Amossy (2005; 2018).

Essa representação de si mesmo projetada no discurso por meio do *ethos* guarda estreita relação com o papel de enunciador do policial militar relator dos BO, uma vez que, por meio do registro do referido gênero discursivo, ele almeja, pelo registro feito, projetar uma imagem

ilibada de si mesmo ao oficial responsável pelo planejamento de operações policiais, assim como ao Delegado de Polícia Civil.

A título de exemplo, podemos citar o registro de um BO de roubo em que o relator projeta uma imagem de si frente aos enunciatários (autoridades a quem se destina o BO) no sentido de convencê-los de que, ao chegar ao local da ocorrência e diligenciar, esse policial militar conseguiu elementos e circunstâncias que o fizessem classificar o fato ocorrido no caso concreto como o delito de roubo, sendo que, por óbvio e por previsão legal, serão necessárias as circunstâncias de violência ou de grave ameaça.

O enunciador buscará o convencimento dos enunciatários de que, naquele caso concreto, estão presentes os elementos exigidos pelo Direito Penal no que tange ao delito de roubo, sendo essa a clara manifestação do *ethos* de conhecedor da legislação penal aplicável.

A essa busca de convencimento do enunciatário, podemos perceber como Amossy (2010) debruça a respeito do *ethos* no sentido de que o enunciador buscará criar uma identidade, por meio do seu papel social, com o intuito de convencer o outro. Notamos que a referida autora, em sua exposição, apresenta o percurso histórico da noção de *ethos*, desde o *ethos* retórico até chegar à ideia contemporânea do *ethos* discursivo, de maneira que aquele repousa as suas bases em Aristóteles, em que, por meio da *eunoia* (benevolência), da *arete* (virtude) e da *phronesis* (prudência), poder-se-ia convencer o público.

Já, sob o viés da nova Retórica, o *ethos* discursivo é a construção da imagem de si que se faz presente no discurso. Ou seja, notamos que, pelo *ethos* retórico, o foco está na imagem que o auditório construirá a partir do *ethos* constituído discursivamente pelo orador.

Nesse aspecto, para Maingueneau (2008), o *ethos* está diretamente ligado à enunciação, podendo o público construir representações do enunciador até mesmo antes que ele fale, o que foi denominado por ele de *ethos pré-discursivo*, que, por sua vez, foi denominado por Amossy (2005) de *ethos prévio*.

Então, o conceito de *ethos pré-discursivo* (ou de *ethos prévio*) se mostra imbricado à ideia de estereótipo, pois, antes mesmo de o enunciador proferir suas palavras, já haverá costumes/valores que já foram impostos pelos enunciatários e que, por isso, já teriam o rotulado, *a priori*, o que seria dito pelo orador.

Todo o discorrido até o momento nos faz perceber que são inúmeras as possibilidades das manifestações linguísticas, sendo que elas perpassam desde contextos formais até contextos informais, assim como transpassa a vida pessoal, profissional e acadêmica de forma que, para Bakhtin (1997), todas as ditas manifestações linguísticas estão atreladas às denominadas *esferas* da vida humana, chamadas por Marcuschi (2008) de *domínio discursivo*.

Diante disso, justamente devido ao fato de que os gêneros se orientam pelas práticas linguísticas, temos que eles devem acompanhar as evoluções das interações humanas e ser adaptados conforme os casos concretos, uma vez que os gêneros estão e são condicionados pelos falantes nas diversas atividades humanas.

Dito isso e correlacionando diretamente ao gênero proposto nesta pesquisa, tais afirmativas de Bakhtin (1997) demonstram e comprovam a necessidade de atualização dos gêneros com o passar do tempo, a fim de cumprirem a sua real funcionalidade, conforme aconteceu com o gênero BO.

Outrora, a PMMG adaptava o gênero BO às demandas do momento de sua elaboração, sendo que o foco principal era o aspecto quantitativo dos delitos numa operação meramente matemática para fins de estatística criminal.

Atualmente, o gênero BO foi adaptado a privilegiar, principalmente, o aspecto qualitativo das informações inseridas nos BO, uma vez que, outrora, bastava que a estatística demonstrasse que houve 100 homicídios consumados numa determinada área e num determinado período.

No entanto, conjuntamente ao aspecto numérico, agregaram-se campos parametrizados e proporcionou-se instrução à tropa para atingir a conscientização de que é insuficiente obter tão somente a informação de que houve 100 homicídios, mas também é necessário obter informações sobre autoria, materialidade, motivação, instrumentos utilizados e, quiçá, possíveis desdobramentos dos delitos cometidos, a fim de que se possa planejar com boa qualidade e adotar medidas preventivas.

Todas essas informações qualitativas demandadas têm o intuito de subsidiar as autoridades responsáveis pelo planejamento no âmbito institucional, haja vista que elas possibilitam traçar perfis de autores, de vítimas, *modus operandi*<sup>3</sup>, etc., para que a alocação de recursos não se dê de maneira aleatória, mas sim embasada por cientificidade.

Outro exemplo apto a demonstrar as necessárias adaptações às quais os gêneros estão submetidos e corroborando com Bakhtin (1997) é a recente inserção no formulário do BO-PMMG de informações dos delitos relacionadas à orientação sexual da vítima.

Tal exemplo é a clara demonstração da funcionalidade dos gêneros na sociedade, pela perspectiva bakhtiniana, haja vista que a PMMG, ao inserir a demanda de informações a respeito da orientação sexual da vítima dos delitos, não está buscando mensurar tão somente os aspectos puro e simples referentes à orientação sexual, mas sim quantos delitos foram

---

<sup>3</sup> Significa modo da operação. É a maneira de agir seguindo determinados procedimentos geralmente pré-estabelecidos e de forma padronizada.

cometidos tendo a orientação sexual como circunstância preponderante para o cometimento de delitos.

A fim de aclarar ainda mais o exemplo trazido acerca da inserção das informações relacionadas à orientação sexual da vítima para o cometimento do delito, basta imaginarmos as seguintes hipóteses:

- a) Em uma determinada noite, num ponto de ônibus da capital mineira, há três cidadãos aguardando o transporte público, sendo João, José e Pedro, todos os três assumida e notoriamente homossexuais. Dito isso, dois indivíduos se aproximam numa motocicleta, sendo que um deles fica na motocicleta enquanto o outro indivíduo saca uma arma de fogo e anuncia o roubo aos mencionados três cidadãos, subtraindo-lhes os pertences. Está configurado o roubo consumado e a circunstância da orientação sexual das vítimas não se mostra relevante quanto aos aspectos qualitativos de informação, sendo que nos campos parametrizados pertinentes a tal circunstância será lavrado *não se aplica*, o que demonstra que essa circunstância da orientação sexual não foi preponderante para o cometimento da infração penal em questão, independentemente se João, José e Pedro são ou não homossexuais, por exemplo;
- b) Em uma determinada noite, num ponto de ônibus da capital mineira, há três cidadãos aguardando o transporte público, sendo João, José e Pedro, sendo João assumida e notoriamente homossexual. Dito isso, dois indivíduos se aproximam numa motocicleta, sendo que um deles fica na motocicleta enquanto o outro indivíduo saca uma arma de fogo e anuncia o roubo somente a João, mesmo tendo condições fáticas de roubar os outros dois indivíduos, proferindo os seguintes dizeres: *eu só roubo homossexual. Não gosto desse povo.*

Pelas duas hipóteses apresentadas, notamos claramente que na hipótese “a”, ainda que os cidadãos João, José e Pedro, sejam notoriamente homossexuais, a circunstância *orientação sexual* prevista nos campos parametrizados deve ser preenchida como *não se aplica*, pois a circunstância de serem homossexuais não foi determinante para a perpetração do delito, de maneira que quaisquer indivíduos no mesmo local e horário teriam sido vitimados.

Em contraposição, temos a hipótese “b”, que demonstra que a orientação sexual da vítima foi circunstância determinante para o cometimento do delito de roubo, uma vez que, em que pese os autores terem oportunidade de também subtrair os bens dos outros dois indivíduos, subtraíram apenas os bens de João, explicitação à motivação por ele ser homossexual.

Na hipótese “b”, a circunstância *orientação sexual* prevista nos campos parametrizados deve ser preenchida a explicitar que a vítima é homossexual, pois tal informação é extremamente relevante ao conhecimento estatal não apenas para quantificar os delitos que têm homossexuais como vítimas, mas também para subsidiar planejamentos e políticas públicas específicas para o referido grupo vulnerável.

Essa exemplificação com as hipóteses “a” e “b” se presta a demonstrar o que Bakhtin (1997) disse que os gêneros dos discursos necessitam de constantes atualizações: “o gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo” (BAKHTIN, 1997, p. 106).

Diante desses exemplos, notamos que as informações acerca de orientação sexual da vítima não gozavam da relevância necessária, uma vez que ela não estava inserida no formulário do BO, haja vista serem essas situações subnotificadas, ou seja, aconteciam no caso concreto, mas não chegavam ao conhecimento dos órgãos públicos por meio do registro oficial, o que se denomina de *cifra negra*, ou a perspectiva social não a estabelecia dentre o rol de demandas prioritárias para o controle estatal.

No entanto, na atualidade, em virtude do próprio amadurecimento social acerca da recorrente vitimização de homossexuais em diversos delitos e/ou devido à mobilização da sociedade civil organizada, tal temática foi incluída na pauta de prioridades de controle estatal e, conseqüentemente, necessita de cientificidade para subsidiar políticas públicas.

No mesmo viés, um crime de lesão corporal cometido contra um indivíduo em decorrência de uma briga de trânsito conduz a específicas tratativas dos órgãos de segurança pública e que a circunstância *orientação sexual* prevista nos campos parametrizados deve ser preenchida como *não se aplica*, ainda que a vítima seja homossexual, no caso dessa circunstância não ter sido determinante para o cometimento do delito.

Dessa forma, a fim de exemplificarmos o campo parametrizado em questão, trouxemos o pertinente recorte do formulário do BO, conforme abaixo:

**Figura 1 – Recorte do formulário do Boletim de Ocorrência**

ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO SE APLICA
CUTIS PARDA	OCUPAÇÃO ATUAL XXXX

**Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais**

Por outro lado, se dois indivíduos, notoriamente homossexuais, em demonstração de carinho numa praça pública, forem vitimados com socos e pontapés, tais lesões corporais ganharão outro dimensionamento que o aludido caso hipotético da briga de trânsito, pois a

orientação sexual das vítimas foi determinante para o cometimento do delito e, assim sendo, a circunstância *orientação sexual* prevista nos campos parametrizados deve ser preenchida a explicitar que a vítima é homossexual, pois essa informação subsidiará medidas próprias de prevenção criminal.

Dessa forma, demonstramos que a inserção da circunstância “*orientação sexual*” nos campos parametrizados do gênero BO corrobora os ensinamentos de Bakhtin, pois, para ele, os gêneros são criados e adaptados/atualizados conforme as demandas de aspectos sociais decorrentes das especificidades de cada esfera da atuação humana.

Todos esses exemplos demonstram a importância do enunciador do BO atentar quanto aos aspectos da escrita, pois todo gênero é calcado, dentre outros aspectos, pelas finalidades a que ele se presta, de forma que ele não se esgota com fim em si mesmo, mas somente quanto ao inter-relacionamento sócio-histórico-cultural da produção do gênero.

Nesse sentido, percebemos que a análise dos gêneros, por óbvio também do gênero BO, não deve se circunscrever à perspectiva fechada e limitada dos atos individuais de fala, como se o construto se reduzisse à criatividade individual de cada falante.

Do mesmo modo, não podemos pensar a linguagem como um construto abstrato e dissociado do enunciador e do enunciatário, como se fosse algo predisposto e inatingível pelas oscilações sociolinguísticas.

Em contraposição a esse viés individual da fala, bem como à equivocada pressuposição que orienta a ideia de objetivismo abstrato da língua, temos Volochínov (1992) e Bakhtin (2003). Volochínov (1992) combate a ideia de linguagem como resultado restrito ao ato individual de fala e ao objetivismo predisposto da linguagem, explicitando que a linguagem é o resultado de interações verbais em situações concretas nas quais aquela se realiza. Ou seja, o substrato da linguagem não é o ato individual de fala, bem como não é o arquétipo abstrato predisposto e imutável, mas sim o enunciado no plano fático, permeado pelas diversas condições que lhe servirão de base para que fosse construído.

Ainda nesse sentido, convergente com a mencionada heterogeneidade discursiva, temos as vozes sociais cumprindo a tarefa de materializar a referida heterogeneidade, de forma que é impossível pensarmos os enunciados como uma folha de papel em branco, haja vista que eles só se existem com base em outros enunciados e assim sucessivamente.

Isso posto, o policial militar relator de um BO, ao assumir as vozes sociais que permeiam os seus enunciados, o faz de tal forma a atender à demanda comunicativa institucional atrelada ao contexto histórico-social-cultural.

A fim de demonstrar tais vozes, preliminarmente, é necessário discorrermos acerca de enunciador e enunciatário, bem como do porquê da predileção por tais expressões.

Bakhtin (2003) nos mostra o contexto relacional entre o emissor e o receptor, sendo que ele os denomina como *enunciador e enunciatário*, tendo em vista que exercem papéis de sujeitos do discurso, o que lhes transmite uma carga valorativa de protagonismo na enunciação.

Com referência ao enunciador, Bakhtin (2003) lhe atribui o adjetivo de “respondente”, que nos leva a concluir que ao enunciador não é possível “partir do zero” numa enunciação, pois, necessariamente, ela estará atrelada a outras enunciações, às quais ele “responde”, o que lhes confere o aspecto ambivalente, concomitantemente, de locutor e atividade responsiva. Ou seja, o enunciador, para Bakhtin (2003), interage com o enunciatário, bem como com os mais variados contextos da atuação humana, o que lhe faz conferir sentido à enunciação.

No outro polo dessa relação, temos o enunciatário, que se trata daquele a quem o enunciador se dirige, porém, pelo viés bakhtiniano, não se trata de um mero receptor com uma postura passiva, mas sim um sujeito com papel de protagonismo na enunciação juntamente com o enunciador.

Isso posto, devido ao fato de uma verdadeira relação estabelecida entre o enunciador e o enunciatário, percebemos que a construção de sentido é compartilhada entre ambos os sujeitos que, muito além de mera decodificação, impregnam a enunciação com uma carga valorativa conforme as suas experiências e seus saberes próprios, que não se restringem aos aspectos meramente linguísticos.

Conforme o exposto e devido afigurarem como sujeitos do discurso, o que demonstra protagonismo no processo da enunciação, nesta pesquisa adotamos os conceitos de enunciador e enunciatário de Bakhtin (2003).

Tendo em vista o processo interativo que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário, bem como as diversas condições de produção da enunciação, que terá por construto um enunciado, temos que, conforme devidamente combatido por Bakhtin (2003), a língua *se curva* ao referido processo interativo, socialmente estabelecido, de forma que, consoante o que discorreremos nesta seção, o enunciado não será o construto do ato individual da fala e nem é o resultado uma estrutura predisposta de maneira abstrata da língua.

Percebemos, então, que o enunciado é fruto de constante interação e que oscilará conforme as necessidades sociais no caso concreto e, dentre outros aspectos, devido às especificidades dos sujeitos dos discursos.

Notamos, com isso, que os sujeitos do discurso se despem da perspectiva individualista para assumir uma posição de ser socialmente considerado, situado num dado momento histórico, num lugar social e com valores muito bem definidos, de forma que desses sujeitos emanam diversas vozes sociais.

Devido ao fato de expressar essas diversas vozes sociais, os sujeitos do discurso não podem ser projetados a partir do viés da homogeneidade discursiva, uma vez que os discursos dos sujeitos atravessam e são atravessados por diversos outros discursos, o que, conseqüentemente, materializa-se em diversas vozes que constituirão o sujeito, sendo essas denominadas pela Análise do Discurso como *polifonia*, que teve seu espectro examinado por Bakhtin.

Além disso, tendo em vista as características diversificadas dos sujeitos do discurso, assim como as diversas vozes constitutivas do sujeito discursivo, a Análise do Discurso nos apresenta o conceito de *heterogeneidade discursiva*, a ser tratado adiante.

Considerando que um dos objetivos desta pesquisa foi analisar o uso de modalizadores, no capítulo 3, temos que, para Koch (2015), os indicadores modais, denominados por ela como modalizadores em sentido estrito, são imprescindíveis na construção dos sentidos e indicam o modo de dizer do que está sendo dito. Koch (2015) nos mostra os principais tipos de modalizadores, entre eles o de natureza lógica (necessário/possível; certo/incerto, duvidoso; obrigatório/facultativo), sendo que a autora frisa que um mesmo conteúdo proposicional pode ser constituído com modalidades diferentes, sendo comum verbo *ser* + adjetivo, advérbios, locuções adverbiais etc.

Koch (2015) também discorre que, para Benveniste, os *tempos verbais* oscilam em serem caracterizados como da ordem do discurso e da ordem da história. Além disso, a autora menciona que, para Harald Weinrich, os tempos verbais são divididos em *mundo comentado (ou comentário) e mundo narrado (ou relato)*, de forma que naquele o locutor se responsabiliza por aquilo que ele enuncia, já neste o locutor se distancia do seu discurso, não se comprometendo com relação ao dito, ou seja, ele somente relata.

No mesmo sentido, Koch (2015) salienta que Harald Weinrich relaciona ao *mundo comentado (ou comentário)* os tempos verbais *presente, futuro do presente e o pretérito perfeito composto*, sendo que o *mundo narrado (ou relato)* está diretamente relacionado aos tempos verbais *pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, pretérito perfeito e o futuro do pretérito*. Na mesma toada, Harald Weinrich associa o tempo da descrição relacionado ao *mundo comentado* ao tempo *presente*; já o tempo da descrição relacionado ao *mundo narrado* é associado ao *pretérito imperfeito do indicativo*.

Fazendo uma abordagem do discurso, conforme Koch (2015), Harald Weinrich diz que o discurso direto pertence ao *mundo comentado*; já o discurso indireto, ao *mundo narrado*, sendo que, para o autor, o discurso indireto livre está entre o *mundo narrado e o mundo comentado*, a ponto de não ser possível se fazer a tradução de forma íntegra.

Koch (2015), com amparo em Harald Weinrich, demonstra os conceitos de *perspectiva e relevo* no ato da comunicação, sendo que há tempos verbais caracterizados como tempos-base (sem perspectiva) tanto no *mundo narrado* (pretérito perfeito e o imperfeito), quanto no *mundo comentado* (tempo presente). Para Weinrich, a perspectiva pelo viés retrospectivo, *no mundo comentado*, é estabelecida pelo pretérito perfeito composto; já a perspectiva pelo viés prospectivo é promovida pelo futuro do presente. Além disso, a perspectiva pelo viés retrospectivo, *no mundo narrado*, é relacionada ao pretérito mais-que-perfeito e a perspectiva pelo viés prospectivo é feita pelo futuro do pretérito.

Por fim, Koch (2015) nos mostra que Weinrich desenvolveu a teoria da *metáfora temporal*, que é o emprego de um dos *mundos* no outro, o que resultará num aspecto metafórico, pois a inserção de um tempo do *mundo comentado* num texto do *mundo narrado* representa um maior engajamento; já a inserção de um tempo do *mundo narrado* num texto do *mundo comentado* representa um menor comprometimento, uma menor distância.

Diante do discorrido, passemos ao exame do gênero BO.

### **1.1 Boletim de ocorrência: examinando o gênero**

Dando continuidade ao que se apresentou anteriormente, passaremos a empreender reflexões referentes ao gênero discursivo Boletim de Ocorrência (BO), de maneira que analisamos pormenorizadamente o seu conceito, a sua estrutura, bem como a sua finalidade.

Torna-se imperioso, antes de falar detidamente sobre o BO, demonstrarmos os contextos sociais e jurídicos nos quais o referido gênero discursivo está inserido.

Preliminarmente, insta ressaltar que as relações interpessoais, cada vez mais caracterizadas como massificadas, em virtude da Revolução Industrial e do processo de globalização, tornaram-se mais complexas e assim houve a potencialização dos conflitos interpessoais, institucionais e até mesmo entre Estados soberanos.

A sociedade, atualmente, típica sociedade de massa, rompe alguns paradigmas, bem como inaugura outros referenciais a serem vivenciados, atestados e, muitas vezes, determinarão o vetor interpretativo e de aplicação de novas regras de condutas sociais.

O contexto de sociedade de massa requer instrumentos hábeis a proporcionar soluções rápidas e satisfativas aos anseios sociais, de modo que, assim, se concretizará, em sua plenitude, o acesso à justiça propriamente dito.

Para fins de concretizar os referidos objetivos anteriormente elencados, o Estado deve dispor de um aparelhamento capaz, eficiente e eficaz, para dar suporte às pretensões da sociedade, para valorizar e consubstanciar a parcela da autoridade que o Estado recebeu da

sociedade, a fim de que não imperasse a lei do mais forte e, assim, conseguíssemos materializar uma das principais características da Jurisdição, que é a substitutividade, ou seja, que o Estado diga e proporcione o Direito em substituição à vontade das partes.

Nesse viés, o aparelhamento do Estado deve ser composto de Poderes harmônicos e independentes entre si, a fim de que cada um cumpra o seu papel no Estado Democrático de Direito, dentro dos seus limites de distribuição de competência e por meio da autorregulação desses poderes e de uns em relação aos outros, conforme a célebre teoria do *Check and Balances*, ou seja, o sistema dos freios e dos contrapesos, conforme Montesquieu em “O Espírito das leis”.

O aparelhamento do Estado requer, devidamente estruturados e atuando de acordo com as respectivas competências institucionais, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, como representantes do Estado Democrático de Direito que o são, atuantes em prol da sociedade.

Nesse contexto, insere-se o Boletim de Ocorrência das instituições militares, a fim de noticiar um comportamento humano, dirigido a uma finalidade, reprovável aos olhos sociais, e devidamente tipificado nos diplomas penais do ordenamento jurídico do Brasil.

Ou seja, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), órgão pertencente à estrutura do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, na sua função constitucional precípua de prevenção criminal e, num segundo plano, de repressão qualificada, atua nas infrações penais que afligem a sociedade e na sua conseqüente formalização à autoridade de polícia judiciária, a quem, conforme as atribuições legalmente previstas, compete à pertinente investigação criminal que, na maioria das vezes, dá-se por meio de um Inquérito Policial (IP).

Conforme dito, a PMMG fará a sua intervenção nas infrações penais, de iniciativa ou por acionamento da sociedade, e, em virtude de tal intervenção, necessariamente redundará no registro, na maioria das vezes, de um Boletim de Ocorrência policial, que é um gênero discursivo que formaliza um comportamento que se desdobrará em conseqüências jurídicas.

Ou seja, não é um texto com um fim em si mesmo, mas um texto resultante de interações entre as pessoas, por conflitos de interesses e para o qual é acionado o Estado, a fim de se atingir a pacificação social.

Nesse sentido, Bronckart (1999) assinala que:

todo texto procede do ato material de produção de um organismo humano e, como toda ação humana, essa intervenção comportamental está em estreita interação com o acionamento de um conjunto de representações que estão necessariamente inscritas nesse mesmo organismo (BRONCKART, 1999, p. 321).

Além disso, Marcuschi (2008) ressalta que, embora os gêneros não sejam definidos por razões formais, mas sim por motivos sociais, comunicativos e funcionais, a forma não deve ser desprezada.

Percebe-se o desafio do policial militar que, no exercício da sua função, deve registrar esses fatos resultantes das relações humanas, como dito, conflituosas, e que foram elencadas pela sociedade, por meio dos seus representantes eleitos, como os comportamentos mais reprováveis ao organismo social.

O Boletim de Ocorrência afigura-se como um gênero em que o relato trará consequências com reflexos jurídicos na esfera privada das pessoas, bem como no *ius puniendi*<sup>4</sup> do Estado, haja vista que as autoridades destinatárias de tais registros terão como norte inicial toda a narrativa apresentada pelo policial militar responsável pela lavratura do BO.

Assim sendo, como foi dito, o ordenamento jurídico penal elenca aquelas condutas mais reprováveis, aos olhos sociais, para a própria manutenção equilibrada e harmoniosa no organismo social, de maneira que esta pesquisa analisou a infração penal mais reprovável no corpo social, que é o homicídio, uma vez que a doutrina é unânime em elencar o direito à vida como um dos mais importantes, em que pese não ser um direito absoluto, o que é característico dentre os direitos fundamentais, ou seja, nas hipóteses legalmente previstas, um indivíduo pode ceifar a vida de outro, dadas as circunstâncias do caso concreto.

Neste trabalho, recortamos os homicídios consumados na cidade de Sabará, em 2016, registrados pela PMMG e, conseqüentemente, a análise proposta restringir-se-á ao exame de tais registros em comparativo com os fins a que se presta.

Quanto a essa atribuição de lavratura do gênero discursivo BO, em virtude do exercício da função do policial militar, Minas Gerais (2016) evidencia:

É inerente ao exercício funcional do policial militar o preenchimento do REDS, do RAT e mesmo do BOS, pois são ferramentas que propiciam a coleta de informações que subsidiam o fazer policial e são o resultado dessa atuação. Para tanto, todo policial militar deverá manterem condições de uso sua senha pessoal de acesso ao sistema REDS, RAT e BOS (MINAS GERAIS, 2016, p. 18).

Diante disso, nota-se a necessidade “de um escrever institucional”, próprio dos gêneros discursivos que são frutos da intervenção estatal e, sendo assim, há características próprias e predispostas de documentos oficiais.

Nesse contexto, é notória a construção de uma comunidade discursiva, com traços bem característicos e definidos, a fim de se atingir o objetivo institucional quando da lavratura dos

---

<sup>4</sup> É o direito subjetivo de punição conferido ao Estado.

Boletins de Ocorrência, salientando que, na atualidade, se exige o requisito de curso superior para o ingresso de todos os policiais militares na Instituição, ainda que na menor graduação da PMMG, qual seja Soldado de 2ª Classe.

## 1.2 O gênero discursivo BO – em busca de compreensão

Conforme apresentamos na seção anterior, percebe-se a importância da lavratura do gênero discursivo Boletim de Ocorrência pelo policial militar, a fim de cumprir a sua missão institucional.

Ressalta-se que, numa comunidade discursiva organizada como a dos integrantes da PMMG, há toda a construção de textos que tendem a ter uma certa similitude, pois, como dito, as normas objetivamente predispostas buscam padronizar a escrita dos militares dentro de uma certa moldura tida como perfeita para o atingimento dos objetivos da Instituição.

Bakhtin (1992) apud Ribeiro (2012) demonstra essa certa estabilidade de gênero discursivo:

Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gênero do discurso (BAKHTIN, 1992 apud RIBEIRO, 2012, p. 18).

Assim sendo, o Boletim de Ocorrência da PMMG deve atender a vários critérios de preenchimento, dentre eles as características da Redação Oficial, que serão oportunamente explicitadas, que visam trazer a mencionada padronização na criação do gênero discursivo em comento.

Porém, como alcançar esse nível de “padronização” na escrita diante da perspectiva enunciativa que assumimos nesta pesquisa? Sobre isso, mostremos o que nos aponta Bakhtin:

O enunciado é a unidade real da comunicação verbal, ele nunca se repete, é um evento único, individual, apresenta características estruturais que lhe são comuns e possui fronteiras delimitadas que são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes (BAKHTIN, 1992 apud RIBEIRO, 2012, p. 19).

Dessa forma, vale ressaltar que a “padronização” visada pela PMMG, quando da elaboração dos seus gêneros discursivos, sobretudo no Boletim de Ocorrência, seria melhor traduzida como a estabilidade necessária a cada gênero discursivo, conforme as suas especificidades e os seus contextos próprios, sendo que a referida padronização se faz necessária devido à quantidade do efetivo institucional, aproximadamente 40 mil integrantes na ativa, que elabora o mencionado gênero.

Como esta pesquisa teve por foco a análise de 47 BO de homicídios consumados, em Sabará, no ano de 2016, é exatamente no campo parametrizado em questão que virá escrito Homicídio e que, a partir dessa entrada de leitura, o leitor já descartará, num primeiro momento, todos os outros delitos, como, por exemplo, lesão corporal etc.

Esse fenômeno da assunção pelo enunciador do campo parametrizado do BO *provável descrição da ocorrência principal* é de grande relevância para a instituição PMMG, bem como pelo aspecto discursivo, uma vez que será no momento de descrever a provável ocorrência principal que o relator deixará transparecer toda a carga axiológica, interpretativa, técnica e social do policial militar.

A fim de exemplificar o campo parametrizado *provável descrição da ocorrência principal*, apresentamos o recorte extraído do formulário do gênero BO com a tipificação inicial registrada com o delito de ameaça:

**Figura 2 – Boletim de Ocorrência: tipificação inicial**

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE		
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL		
B01147 - AMEACA		
ALVO DO EVENTO		TENTADO / CONSUMADO
MORADOR / VISITANTE DE RESIDENCIA		CONSUMADO
DATA/HORA DO FATO	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO
27/07/2019 21:42	27/07/2019 22:01	27/07/2019 22:03
DESCRIÇÃO DO LUGAR	COMPL DE LOCAL MEDIATO	
CASA	CASA	

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

Esclarecemos que o fato concreto que redundará no registro do BO, após devidamente registradas as versões, será valorado pelo policial militar relator e amoldado a alguma tipificação de delito, de forma que, no juízo de valoração, serão considerados aspectos técnicos, conhecimento do ordenamento jurídico, a capacidade interpretativa dos fatos e a adequação típica do crime, que é amoldar o caso concreto a algum dos delitos tipificados na legislação penal.

Então, percebemos que, mesmo diante de um formulário com campos parametrizados, nos quais é elencado rol de opções à disposição do policial militar relator, o enunciador assume a posição atuante de classificar aquela conduta conforme a sua interação com o evento que foi relatado, rompendo com a equivocada perspectiva de mera passividade diante do formulário institucionalmente estabelecido.

Diante do exposto, notamos que esse rompimento da base objetiva predisposta pelo formulário do BO, bem como a assunção do policial militar enunciador diante dos fatos relatados com uma postura ativa convergem para conceituação de Bakhtin no que tange ao discurso construído por meio de uma relação sócio-histórico-dialógica.

Em face disso, num viés bakhtiniano, a fim de conferir a classificação como gênero discursivo, é necessária a dita estabilidade, para que os falantes assim o reconheçam como apto a produzir as suas demandas no contexto pessoal, profissional e acadêmico.

Conforme Bakhtin menciona: “os gêneros do discurso resultam em formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, determinadas sócio-historicamente” (BAKHTIN apud SIGNOR,2008).

Em outra perspectiva, Minas Gerais (2003) apresenta seu conceito de BO: “É o registro ordenado e minucioso dos fatos ou atividades relacionados com a ocorrência que exigirem a intervenção policial” (MINAS GERAIS, 2003).

Pelo conceito apresentado, notamos que o gênero discursivo em questão visa à formalização de um evento de defesa social que deve chegar ao conhecimento da autoridade competente, a fim de que ela tome as providências pertinentes para cada caso concreto.

### **1.3 Estrutura do gênero BO e o sistema REDS**

Neste item, trataremos da estrutura do Boletim de Ocorrência da Polícia Militar de Minas Gerais (Anexo E).

O BO da PMMG, atualmente, é elaborado no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), que é um sistema que funciona como plataforma para a confecção de diversos gêneros discursivos administrativos e operacionais sob a incumbência da PMMG, dentre eles o BO.

São inúmeras as facilidades do BO elaborado no sistema REDS, haja vista que tal sistema traz mais autenticidade para o documento, além das várias possibilidades de retificação de dados e de informações durante a sua elaboração.

No entanto, uma das mais notáveis facilidades do BO lavrado no sistema REDS em Minas Gerais é que há o compartilhamento de informações entre a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, o que permite um sistema integrado de informações que enseja em eficiência quando da atuação de qualquer desses órgãos responsáveis pela Defesa Social de MG, dentre outros.

Outra facilidade que não poderia deixar de ser mencionada é que o BO elaborado no sistema REDS se presta para fins de planejamentos de ações e operações policiais, que é um dos objetos de estudo desta pesquisa, haja vista que o seu formulário padrão nos traz tanto informações quantitativas quanto qualitativas, diferentemente do sistema antecessor, chamado

de SM-20, que muito se prestava a sua finalidade à época, porém, restringia-se a dados quantitativos o que, diante de uma realidade atual de fenômenos de criminalidade, não traria as respostas necessárias para os fins de planejamento institucional.

O Boletim de Ocorrência da PMMG, gênero discursivo sob análise, é composto estruturalmente de duas partes: os campos parametrizados e o histórico (Anexo E), com a finalidade de noticiar um crime à autoridade de polícia judiciária e fornecer dados e informações para planejamento de operações policiais.

Preliminarmente, insta salientar que o gênero discursivo Boletim de Ocorrência pode ser caracterizado como narrativo-descritivo, com preponderância do tipo textual narração, haja vista as considerações que serão oportunamente mencionadas.

Como dito, o gênero discursivo Boletim de Ocorrência apresenta, na sua primeira parte, os campos parametrizados de maneira que o policial militar, ao acessar o sistema REDS, já terá um formulário previamente determinado pelos órgãos de defesa social, no qual serão inseridos os dados e as informações do caso concreto a serem registrados para que a autoridade competente tome ciência do fato ocorrido.

São inúmeros os campos parametrizados, conforme o Anexo E, de maneira que todos eles deverão ser corretos e completamente preenchidos, haja vista que são os dados e as informações inseridos nos BO que servirão de estatísticas para políticas públicas, planejamentos de ações e operações de prevenção, assim como na persecução criminal ou de outras medidas de cunho de defesa social.

Inicialmente, no campo superior direito do formulário, conforme o Anexo E, é inserido o número sequencial fornecido pelo sistema REDS, de maneira que, devido à integração das informações, os demais órgãos de defesa social também terão acesso a ele e poderão desdobrar as medidas no limite das atribuições de cada órgão.

Além disso, na parte superior do formulário, há também informações e dados do órgão responsável pelo registro e a autoridade a quem se destina o registro, conforme o Anexo E, sendo esse um dos grandes gargalos na prática do registro do BO, pois não são necessariamente idênticos o local do registro e o local do fato e isso é fundamental para os planejamentos, haja vista que entre a Unidade territorial do registro e a Unidade territorial do cometimento da infração penal não há relação necessária de coincidência, pois um homicídio pode ter sido cometido na cidade Contagem/MG, no entanto, os autores deixaram o corpo no território da cidade de Belo Horizonte/MG, onde será lavrado o registro quando encontrado o referido cadáver.

Enfim, caso o relator deturpasse tais circunstâncias no ato de registro, planejaríamos uma ação de enfrentamento a esse delito em Belo Horizonte/MG, o que seria incorreto, pois o fato foi perpetrado em Contagem/MG.

Na seção *origem da comunicação*, o formulário nos aponta como o órgão de defesa social responsável pelo registro tomou conhecimento do fato, que pode ser de iniciativa, via acionamento telefônico (190) ou até mesmo se dirigindo a uma unidade policial, dentre outras.

A seguir, apresentamos um recorte extraído do formulário do gênero BO no intuito de exemplificarmos o campo parametrizado *origem da comunicação*:

**Figura 3 – Boletim de Ocorrência – origem da comunicação**

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 49º BPM	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL	
UNIDADE MILITAR: 14ª CIA/49º BPM	
UNIDADE POLICIAL: 9ª DELEGACIA DISTRIITAL DE POLICIA CIVIL/VENDA NOVA	
DESTINATÁRIO 9ª DELEGACIA DISTRIITAL DE POLICIA CIVIL/BOA ESPERANÇA	DATA DO REGISTRO 07/03/2018 01:05
<b>ORIGEM DA COMUNICAÇÃO</b>	
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA DIRETAMENTE AO ÓRGÃO POLICIAL	DATA DA COMUNICAÇÃO 07/03/2018
	HORA DA COMUNICAÇÃO 00:40
ORGAO SOLICITANTE XXXX	
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXX	

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

Na sequência, temos a seção *dados da ocorrência*, que são as circunstâncias locais, temporais, causais e, sobretudo, a provável descrição da ocorrência, assim como outras que no caso concreto se configurarem, conforme o recorte abaixo:

**Figura 4 – Boletim de Ocorrência – dados da ocorrência**

<b>DADOS DA OCORRÊNCIA</b>				
PROVAVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL HOMICÍDIO				
DESCRIÇÃO OUTROS OCORRÊNCIA PRINCIPAL XXXX				
COD. PRINCIPAL B01121	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	ALVO DO EVENTO OCUPANTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR		
DATA DO FATO 07/03/2018	HORARIO DO FATO 00:03	DATA/HORA DO INICIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 07/03/2018 00:40	DATA FINAL 07/03/2018	HORARIO FINAL 05:03
DESCRIÇÃO DO LUGAR LOGRADOURO PÚBLICO				

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

No mencionado campo específico (*provável descrição da ocorrência*), há uma das maiores discussões institucionais e entre os próprios integrantes da PMMG e que, devido à grande importância do assunto, torna-se imperioso tecer algumas considerações.

Inicialmente, deve-se salientar que, no campo específico da *provável descrição da ocorrência*, é o momento em que o policial militar relator do BO terá que, conforme as informações e os dados colhidos no caso concreto, enquadrar o fato ocorrido a uma infração penal previamente prevista no ordenamento jurídico. Ou seja, quando chegar ao local e atuar por diversas diligências, o policial militar relator terá que amoldar o fato concreto a uma das tipificações da legislação penal.

Torna-se impossível não destacar o vocábulo *provável* no sintagma que nomeia o campo específico *provável descrição da ocorrência*, haja vista que mostra a efemeridade da classificação e como o registro é destinado a uma autoridade competente, que, nesta pesquisa, se trata do Delegado da Polícia Civil responsável pela apuração dos delitos de homicídio, cabendo a essa autoridade ratificar ou não aquela *provável descrição da ocorrência*.

Ainda sobre o campo específico *provável descrição da ocorrência*, temos que *provável* é um modificador; *descrição* é um nome e *da ocorrência* é um modificador. Dessa forma, nota-se uma *pista de intenção* e de finalidade do texto, de maneira que, em que pese se tratar de um formulário previamente determinado, abre a possibilidade de leitura de outros discursos, como todo e qualquer discurso.

Diante disso, mostra-se imprescindível uma narrativa dos fatos no histórico do BO que contemple todos os elementos necessários para identificar o autor do crime, a vítima, os instrumentos e a motivação do delito, etc., haja vista que, caso o policial militar relator não classifique adequadamente o fato ocorrido, à luz do Direito, a autoridade de polícia judiciária, ao ler o histórico, poderá vislumbrar circunstâncias que levem ao enquadramento de outra infração penal, ou até mesmo de uma infração penal secundária que, em princípio, passou despercebida pelo policial militar relator.

Porém, é inegável a importância da *entrada de leitura* no campo específico *provável descrição da ocorrência*, haja vista que qualquer pessoa que ler o BO será induzida, inicialmente, para a infração penal que constar em tal campo específico, sendo relevante mencionar que uma autoridade não está vinculada à classificação dada pela autoridade no crime registrado, uma vez que o policial militar relator do BO pode interpretar o fato ocorrido de uma determinada maneira e o classificá-lo como um determinado crime e, ao ser destinado esse registro ao Delegado de Polícia Civil, que, ao analisar o fato registrado, pode classificá-lo em delito diverso daquele inicialmente vislumbrado pelo policial militar relator.

No campo específico de *qualificação dos envolvidos* são mencionados, numa breve síntese, os dados pessoais das pessoas arroladas no fato registrado, principalmente com o tipo de envolvimento dessas pessoas na infração penal registrada, seja como autor, vítima, testemunhas, representante legal etc., de maneira que é feita a qualificação total de cada um dos envolvidos no fato registrado.

O campo parametrizado *qualificação dos envolvidos* é representado a seguir com o recorte extraído do formulário do gênero BO:

**Figura 5 – Boletim de Ocorrência – qualificação dos envolvidos**

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS				
ENVOLVIDO 1				
TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO/CONSUMADO	SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO
FÍSICA	B01121	CONSUMADO	MASCULINO	VÍTIMA
DESCRIÇÃO NATUREZA				
HOMICÍDIO				
NOME COMPLETO				
NACIONALIDADE		DATA NASCIMENTO		NATURALIDADE/UF
BRASILEIRA		00/00/0000		BELO HORIZONTE/MG
IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO			ESTADO CIVIL
37	FATAL			SOLTEIRO
CUTIS		OCUPAÇÃO ATUAL		
BRANCA		PEDREIRO		
SOLICITANTE/DESAPARECIDO(A)				
XXXX				
MÃE				
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
PAI				
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO				
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE		ÓRGÃO EXPEDIDOR		UF
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA		MG
CPF/CNPJ				
XXXX				
ESCOLARIDADE				
ENSINO MÉDIO COMPLETO				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)		NUMERO	KM	COMPLEMENTO
RUA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		35	XXXXX	CASA
BAIRRO		MUNICIPIO		
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		BELO HORIZONTE		
				UF
				MG

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

Após arrolar o último envolvido, o formulário do BO nos traz o campo do histórico da ocorrência. Ou seja, o referido campo demonstra toda a dinâmica dos fatos e individualiza as condutas perpetradas por cada um dos envolvidos, de maneira que serão utilizadas as circunstâncias da narração e, algumas vezes, também da descrição.

Ressalta-se que o registro do histórico se dará em conformidade com todas as diligências realizadas referentes ao fato e todas as informações colhidas pelo relator do BO, de maneira que é imprescindível que o fato seja devidamente narrado, justamente para que as autoridades

destinatárias do BO possam fazer as inferências necessárias naquilo que, porventura, tenha havido deficiência do relator ao classificar o crime cometido.

Por isso é relevante pensarmos até que ponto o relator do BO sofre a influência dos ditos *pontos de deriva* no momento do registro, ou seja, qual a influência dos *desvios de interpretação*, pois o fato ocorrido será lavrado por meio de retextualização, dada a situação de que o policial militar relator do BO recebe as versões de testemunhas, de possíveis autores e que tais versões, não necessariamente, possam significar a realidade ocorrida, de forma a induzir, de maneira intencional ou não, a equívoco na interpretação.

Além disso, o gênero discursivo BO se insere no domínio da Administração Pública, sendo assim um documento oficial, com suas peculiaridades da Redação Oficial, de forma que há uma espécie de *moldura* do ordenamento jurídico que preestabelece as condutas que são classificadas como delito e que, ao operador do Direito, é permitida uma margem de interpretação do caso concreto, amoldando-o à infração penal correspondente sem se descuidar do que foi tipificado pela legislação penal, bem como há um formulário preexistente do gênero em questão e as respectivas diretrizes institucionais para a sua elaboração.

Como conseqüente desdobramento disso, também seria possível *suscitar possíveis pontos de deriva sucessivos* nas autoridades destinatárias do BO (Chefe do Planejamento de Operações Policiais e o Delegado de Polícia Civil), pois eles interpretarão conforme as informações que forem registradas pelo policial militar responsável pela lavratura. Devido à retextualização, o policial militar relator do BO, se receber versões equivocadas das testemunhas sobre o fato ocorrido, fatalmente registrará algo diverso do que ocorreu na realidade do delito em questão e essa versão equivocada, conseqüentemente, será encaminhada aos destinatários do BO que, por sua vez, darão uma nova interpretação equivocada. Ou seja, são desvios de interpretação dos destinatários do BO como resultante dos desvios de interpretação dos relatores.

Então, em apertada síntese, há um fato tipificado como infração penal que, na maioria das vezes, será atendido por um policial militar e que redundará num BO cujo relator poderá sofrer os desvios de interpretação de tal fato e transportá-los para o BO, causando, conseqüentemente, novos desvios de interpretação nas autoridades destinatárias do BO.

Ressaltamos que esses *pontos de deriva*, que são os desvios de interpretação, podem acontecer tanto por uma leitura equivocada do contexto situacional, quanto por versões falseadas apresentadas ao policial militar relator, a fim de dificultar a real persecução penal.

A título exemplificativo da situação hipotética acima, podemos ter um furto cometido no caso concreto e, por erro de interpretação, o policial militar responsável pela lavratura

amolda-o a roubo. No entanto, estavam ausentes as elementares de violência ou grave ameaça à pessoa, tipicamente caracterizadoras desse delito.

Se, no entanto, o policial militar responsável pela lavratura do BO narrar adequadamente o fato ocorrido no histórico como roubo e a autoridade de polícia judiciária (Delegado) amoldar o fato ao delito de furto, o que no caso concreto foi o perpetrado, ou seja, se houver uma devida narrativa constando as elementares (que são as circunstâncias essenciais) do delito correto, mesmo que o policial militar relator do BO o classifique erroneamente, o Delegado de Polícia Civil poderá fazer a adequação típica correta para o caso concreto.

Há, também, diversos outros campos parametrizados para a lavratura do BO, dentre eles os materiais apreendidos ou arrecadados, a qualificação dos policiais que intervieram na ocorrência, o recibo da autoridade destinatária do BO, etc.

Torna-se, igualmente, interessante ressaltar a característica peculiar da lavratura do BO no que tange ao “sujeito coletivo” no ato de elaboração desse gênero, pois, como as intervenções policiais se dão em equipes, é típica a presença de elementos informadores do referido sujeito coletivo, pois a lavratura fica sob o *login* de acesso de um policial militar. No entanto, ele escreve em nome da equipe que interveio no fato registrado que poderá ser responsabilizada por incoerências ou inconsistências no ato do registro, na medida do peso da sua condição hierárquica naquele caso.

#### **1.4 Finalidade do gênero BO**

A fim de analisar os efeitos dos registros dos Boletins de Ocorrência, devemos, inicialmente, balizar a que se presta tal gênero discursivo, qual o seu papel na Instituição policial militar e nos demais órgãos de defesa social e, por fim, a sua aplicabilidade no contexto da persecução criminal como um todo, uma vez que eles compõem a esfera do Poder Público, especificamente da Administração Pública, que possui a incumbência de zelar pela pasta da segurança pública e da defesa social.

Temos que, a fim de se fazer frente à criminalidade cada vez mais organizada, o Estado, por meio dos seus diversos órgãos e até por meio de cooperação internacional, deve buscar mecanismos e estratégias aptas a tal enfrentamento, uma vez que a capacidade de organização e autorregulação de facções criminosas coloca em questionamento até mesmo o aparelhamento estatal disponível para a desejada pacificação social.

Quer seja em grandes eventos criminosos quer seja em delitos menos complexos, nota-se a demanda social por respostas rápidas, eficazes e eficientes, haja vista que as infrações penais foram submetidas a uma nova roupagem e se apresentam cada vez mais sofisticadas, de

maneira que, em virtude de certas circunstâncias temporais, locais e modais, devemos entender certos delitos como verdadeiros fenômenos criminais.

Os delitos, ao alçarem à categorização de fenômenos criminais, tornam-se ainda mais desafiadores ao Estado para fins de enfrentamento, pois eles deixam o *modus operandi* cada vez mais evidente, mas, como dito, o enfrentamento deve estar amparado em estratégias e ferramentas cada vez mais aptas a proporcionar as análises corretas e, assim, propiciar um diagnóstico consistente de dados e informações que subsidiarão os planejamentos e as decisões dos gestores.

Nota-se a primeira finalidade do Boletim de Ocorrência da PMMG, que é servir de fonte de dados e informações quantitativas e qualitativas para estatísticas criminais da Instituição e, assim, planejar com qualidade e, sobretudo, com base em dados empíricos, diagnosticar com precisão os fenômenos criminais, sendo capaz de vislumbrar as variáveis que permeiam tais fenômenos, de forma que possa antever as infrações penais e cumprir a sua função constituição, que é a prevenção de delitos.

Isso posto, são precisas as palavras de Minas Gerais (2016) quanto à finalidade dos dados no REDS:

Os dados inseridos no REDS são a principal fonte de alimentação do Armazém de Dados, utilizados para pesquisas e estudos do fenômeno da criminalidade. Por sua vez, os dados estatísticos obtidos em pesquisa no Armazém nos mostram que os números de ocorrências descritas como encontro de cadáver têm aumentado significativamente. De acordo com a DIAO, a ocorrência de “Encontro de Cadáver/Feto”, **consiste no encontro de cadáver, quando não há evidência de crime. Se houver qualquer sinal de violência, excluída a possibilidade de suicídio, a ocorrência será codificada como homicídio** (MINAS GERAIS, 2016, p. 16).

O conceito apresentado anteriormente corrobora a necessidade e a importância de a Instituição PMMG possuir dados e informações que permitem estudar os fenômenos criminais e, assim, realizar a devida alocação de recursos humanos e materiais aptos ao enfrentamento desses fenômenos.

Insistimos, por isso, na necessidade não só de alocação de recursos humanos e materiais para aqueles locais apontados pelo estudo criminal, mas, sobretudo, de estratégias e suas consequentes ações/operações a serem planejadas para otimizar esses recursos.

O conceito apresentado também nos chama a atenção para algo de grande relevância e que apresenta pontos de contato com a presente pesquisa, que é o momento crucial do policial militar relator classificar a natureza do delito que estiver sob registro, haja vista que isso impacta diretamente nas metas e nas estatísticas institucionais e nos proporciona um diagnóstico errôneo diante de registros equivocados.

Conforme já exposto, vale ressaltar que os resultados desta pesquisa poderão servir de base para políticas públicas na área de defesa social do Estado de MG, a fim de levar, preliminarmente, ao conhecimento das autoridades um caso concreto classificado equivocadamente diante da dinâmica dos fatos em questão e à luz do Direito pátrio.

Abaixo, conforme se percebe, Minas Gerais (2016) demonstra o zelo institucional da PMMG quanto ao registro dos Boletins de Ocorrência, sobretudo no que se refere à classificação da natureza dos delitos que, de acordo com esta pesquisa, se mostrou essencial para o planejamento de ações policiais e na persecução das metas da referida Instituição.

Nos registros das ocorrências de Homicídio Consumado, o relator deverá observar que a vítima de um homicídio só poderá ser uma pessoa, e que, no caso, o grau da lesão somente poderá ser **fatal**, não podendo ser confundido com o caráter de exterioridade da lesão (leve, grave ou não aparente).

Nos registros das ocorrências de Homicídio Tentado e Lesão corporal, é mister entender que a vítima de homicídio tentado ou de lesão corporal só poderá recair sobre uma **pessoa** e a variável que diferencia um do outro, resume basicamente na intenção e nas circunstâncias que impede o resultado consumado do delito.

Na tentativa de homicídio, o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à vontade do agente. Por outro lado, o crime de lesão corporal é definido como qualquer dano ocasionado por alguém, à integridade física ou à saúde (fisiológica ou mental) de outrem, sem a intenção de matar. Ou seja, é completamente diferente do entendimento do homicídio tentado, onde existe a intenção de matar. O relator da ocorrência, durante o registro, deverá atentar pelas informações preliminares colhidas no local e nas circunstâncias observadas no cometimento do delito (MINAS GERAIS, 2016, p. 15).

A classificação e codificação de ocorrências é procedimento importante que deve ser seguido pelo policial militar quando faz o lançamento de um REDS, pois, a partir dele, dar-se-á início a toda a persecução criminal (MINAS GERAIS, 2016, p. 11).

## **1.5 O conceito de Inquérito Policial e os reflexos dos registros dos BO no referido gênero**

Esta seção visa analisar o conceito de Inquérito Policial e os reflexos dos registros dos Boletins de Ocorrência no referido gênero que possui aspecto repressivo das infrações penais, as quais, na presente pesquisa, envolvem os homicídios consumados em Sabará no ano de 2016, registrados pela PMMG.

Ressalta-se que a opção pela análise dos homicídios consumados em Sabará, em 2016, se deu devido ao delito de homicídio ser um crime violento contra a pessoa, devidamente tipificado no Código Penal Brasileiro, e que a escolha do recorte temporal de 2016 se deve ao fato de que, desde o cometimento do fato até a presente pesquisa, houve um tempo razoável para que a autoridade de polícia judiciária procedesse às devidas diligências de investigação e que, assim sendo, poderia integrar um *corpus* que já tivesse respostas plausíveis de servir de substrato para a análise.

Como dito, esta seção tem por foco destacar a atuação da autoridade de polícia judiciária no desenvolvimento do seu trabalho constitucional, que é a investigação das infrações penais que chegam ao conhecimento do Estado, a fim de que ele exerça o seu *ius puniendi*.

Insta salientar que são várias as possibilidades de o Estado tomar conhecimento das infrações penais e aí exercer o seu direito de punir. No entanto, em que pese não ser o foco desta pesquisa, torna-se imperioso mencionar, sinteticamente, que a ação penal se divide em: Ação Penal Pública e Ação Penal Privada.

Na Ação Penal Pública, temos a subdivisão de Ação Penal Pública condicionada à representação do ofendido e Ação Penal Pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça, conforme as hipóteses previamente elencadas em lei. Além disso, temos a Ação Penal Pública Incondicionada, a qual possui por titular um membro do Ministério Público, quer seja dos Estados, quer seja da União, de acordo com a distribuição de atribuições estabelecidas nas leis orgânicas pertinentes a cada caso.

A mencionada Ação Penal Privada também possui subdivisões, dentre elas a Ação Penal Privada Personalíssima e várias outras, sobretudo de reconhecimento doutrinário, mas, como não é o foco da nossa pesquisa, restringiremos a nossa análise na Ação Penal Pública Incondicionada, conforme explanado acima, haja vista que o próprio nome já induz a sua finalidade e os seus requisitos. Ou seja, ela independe de preencher certos requisitos para que seja intentada pelo Estado, por meio do seu titular, que é o Ministério Público, uma vez que há o interesse estatal, de iniciativa, em reprimir certas infrações penais devidamente amoldadas a essa espécie de Ação Penal, como é o caso do homicídio consumado, cujos registros são objeto de análise desta.

Ressalta-se que há infindáveis discussões acerca dos referidos temas, mas apenas mencionaremos o imprescindível para análise do nosso objeto em tela, quais sejam os registros dos homicídios consumados, em Sabará, no ano de 2016, registrados pela PMMG, e quanto tais registros auxiliaram (ou não) o trabalho inicial de investigação da autoridade de polícia judiciária, no caso, o Delegado de Polícia Civil, conforme a distribuição de competência para os casos concretos.

No entanto, antes de discorrermos sobre os registros dos BO mencionados, ressaltamos que há vários fatores e contextos que influenciam o ato da escrita do policial militar relator, ou seja, o enunciador. O enunciador (policial militar relator), diante de uma situação concreta, ao lavrar o BO, aciona diversos mecanismos extrínsecos e intrínsecos que, necessariamente, estarão presentes no seu texto, pois é impossível desconsiderar todo o aprendizado acadêmico, as vivências particulares, a experiência profissional, a inserção individual e social nos mais diversos contextos e segmentos sociais.

Pelo exposto, notamos que o enunciador (policial militar relator), no ato da lavratura do BO, materializa o seu ato individual de fala, associado às demandas sociais e isso corrobora o conceito de enunciação, que é a conversão individual da língua em discurso, de tal forma que a língua é uma possibilidade que se materializa por meio da enunciação, uma vez que, conforme Benveniste (1989), a enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

No mesmo sentido, Bakhtin (1992) menciona que:

A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é a função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (BAKHTIN, 1992, p. 112).

Corroborando a afirmativa de que a língua está à disposição do falante e é por ele decisivamente moldada, temos que os gêneros são construídos conforme as peculiaridades das demandas que surgem no nosso cotidiano.

Por isso, notamos que há uma infinidade de gêneros para corresponder a tais demandas e que, assim sendo, mesmo com essa variabilidade, os gêneros possuem características tão específicas que os tornam, conforme dito por Bakhtin (2003), relativamente estáveis.

Nessa senda, insere-se o BO que, por mais que varie de acordo com a classificação do delito ou a Instituição incumbida de lavrá-lo, pertence ao domínio ou à esfera da segurança pública, que, por sua vez, é inserida na esfera da Administração Pública.

Esse contexto próprio da produção do texto é determinante, uma vez que tal esfera acaba por tender a condicionar a produção do enunciador, conforme denominado pelo ISD, ou, nas palavras de Bronckart (1999), do agente-produtor ou autor.

No mesmo sentido, há a tendência condicionante da produção do enunciador devido às previsões da legislação penal daquilo que caracteriza cada delito, pois todas as infrações penais são tipificadas taxativamente pelo legislador.

Como o homicídio consumado está entre os delitos elencados pelo legislador como um dos comportamentos mais reprováveis pela sociedade e, assim sendo, carece de uma melhor e mais efetiva reprimenda estatal, temos que, nos casos de homicídios, o Delegado de Polícia da área de cometimento do delito, ao ter conhecimento por qualquer fonte de que foi cometido um delito de tal natureza, e verificando procedência nas informações, possui o poder-dever de iniciar a investigação por meio de um Inquérito Policial (IP). No entanto, apesar da margem

interpretativa que é dada ao operador do Direito, essa autoridade não pode se afastar da tipificação prevista na legislação.

Caso essa autoridade entenda que as informações ainda não são suficientes para a instauração do referido IP, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF), ela deverá proceder a levantamentos preliminares para subsidiá-lo minimamente e assim, em caso de procedência, instaurar o pertinente Inquérito Policial (IP).

Além da mencionada instauração de ofício de Inquérito Policial referente a delitos de homicídios, há outras formas de o Estado tomar conhecimento do cometimento de tais crimes, como, por exemplo, os acionamentos da sociedade para que a Polícia Militar faça o registro, ou até mesmo a Polícia Militar de iniciativa, pois, como dito, é um delito que demanda efetiva resposta estatal e, assim sendo, também há interesse por parte da Polícia Militar no monitoramento de tais infrações penais para fins de prevenção, conforme abordado no capítulo anterior.

Diante do exposto, Brasileiro (2017) traz o conceito de Inquérito Policial, que é imprescindível para esta pesquisa:

Procedimento administrativo inquisitório e preparatório, presidido pela autoridade policial, o inquérito policial consiste em um conjunto de diligências realizadas pela polícia investigativa objetivando a identificação das fontes de prova e a colheita de elementos de informação quanto à autoria e materialidade da infração penal, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo.

Trata-se de um procedimento de natureza instrumental, porquanto **se destina a esclarecer os fatos delituosos relatados na notícia de crime**, fornecendo subsídios para o prosseguimento ou o arquivamento da persecução penal. De seu caráter instrumental sobressai sua dupla função: (grifo nosso)

**a) preservadora:** a existência prévia de um inquérito policial inibe a instauração de um processo penal infundado, temerário, resguardando a liberdade do inocente e evitando custos desnecessários para o Estado;

**b) preparatória:** fornece elementos de informação para que o titular da ação penal ingresse em juízo, além de acautelar meios de prova que poderiam desaparecer como decurso do tempo (BRASILEIRO, 2017, p. 105).

Conforme Lima (2017), doutrinador no âmbito do Direito Processual Penal Brasileiro, e que destacamos no conceito por meio do grifo nosso, temos que o IP visa esclarecer todos os fatos e informações que foram relatados na notícia de crime, que é materializada por meio do BO.

Os Boletins de Ocorrência que estão sob análise e os BO de maneira geral visam propiciar ao Delegado de Polícia as informações iniciais de investigação e que, após várias diligências formalizadas por meio de um Inquérito Policial, levará ao titular da ação penal, no

caso o Ministério Público, a requerer ao Juiz competente o arquivamento do Inquérito Policial ou continuar na persecução criminal.

Em que pese a enorme discussão doutrinária e jurisprudencial que permeia o tema do Inquérito Policial, faremos breves e imprescindíveis apontamentos sobre esse instrumento de coleta de informações sobre autoria e materialidade do delito, pois teremos por foco o registro do Boletim de Ocorrência que servirá de sustentação para se iniciar um Inquérito Policial, como no caso de homicídio consumado.

Como se nota, o Inquérito Policial tem natureza administrativa, o que lhe confere uma certa informalidade na coleta de dados e informações. Os Boletins de Ocorrência sob análise vêm no mesmo sentido, uma vez que neles também não há um rigor formal além daqueles já predeterminados por seus campos parametrizados e pelas diretrizes institucionais.

Então, percebe-se que o Boletim de Ocorrência cumpre o papel de *notitia criminis*, ou seja, dar conhecimento à autoridade de polícia judiciária (Delegado de Polícia) sobre o cometimento de uma infração penal, o que o torna de extrema relevância, pois será o primeiro “contato” daquela autoridade com o fato criminoso, ou seja, é uma autoridade que iniciará uma investigação de um fato criminoso tendo apenas por contato, até aquele momento, na maioria das vezes, a versão lavrada pelo Policial Militar, o que demonstra o cerne desta pesquisa : a lavratura do BO e os seus reflexos na investigação inicial de um fato criminoso.

Ou seja, o policial militar, com a lavratura desses BO, tem por missão “transportar” o Delegado de Polícia para a cena do delito por meio das circunstâncias temporais, modais, locativas etc., o que logicamente será aprofundado durante o Inquérito Policial, porém esse relato serve de base para que o Delegado de Polícia já tome as medidas preliminares de investigação.

Nesse sentido, devemos ter em mente o lugar social que ocupa o policial militar relator dos Boletins de Ocorrência sob análise, bem como do Delegado de Polícia que receberá esses registros e adotará as medidas preliminares às quais lhe cabe por dever legal.

Isso posto, temos a importância da significação do texto, pois, primeiramente, o policial militar, quando da sua atuação nas infrações penais, lavrará o pertinente Boletim de Ocorrência, com todas as influências que permeiam tal escrita, sejam diretrizes institucionais para a lavratura, um formulário preexistente, a necessidade de subsidiar o Delegado de Polícia com informações para o Inquérito policial, tudo isso conjuntamente com as suas experiências de leitura e de escrita adquiridas ao longo da sua vida pessoal, profissional e acadêmica.

Além disso, temos o Delegado de Polícia que receberá os BO lavrados e passará pelo processo de significação do texto conforme acima, ou seja, a interpretação dele diante do BO lavrado sofrerá todas as influências que permeiam tal escrita, sejam diretrizes institucionais

para a análise, um formulário preexistente, a necessidade de relatar o Inquérito policial, pois ele subsidiará, por sua vez, o Ministério Público.

Retomando a questão da produção de sentidos dos discursos, Orlandi citada por Maia (2013) traz o conceito de “relações de força”, a fim de determinar o lugar no qual atuam o emissor e o receptor de textual:

Quanto ao processo de significação do texto, Eni traz o conceito de “relações de força”, que é explicado pelo lugar social dos interlocutores (os que falam e leem o texto), deixando claro que os sentidos deste estarão determinados pela posição que os sujeitos envolvidos ocupam (os que emitem o texto, os que o leem) (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 3).

Nesse sentido, nota-se que há uma variabilidade possível de “leituras” conforme o ponto de vista e os contextos, de maneira que exige do intérprete ler o que está escrito, mas, principalmente, o que não foi escrito, e possui aspecto substancial naquilo que foi dito. Vejamos Orlandi citada por Maia (2013):

Haverá, então, modos diferentes de leitura de acordo com o contexto. Como também, pode-se dizer que os sentidos que fazem parte do texto passam pelo que contém ali nele, mas também passam pela relação com outros textos anteriormente vistos. Dessa forma, Orlandi alerta que “... a leitura pode ser um processo bastante complexo e que envolve muito mais do que habilidades que se resolvem no imediatismo da ação de ler. Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente” (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 2-3).

Com base na citação acima, nota-se uma das principais preocupações que permeou a presente pesquisa. O trecho final da citação nos traz que “Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente” e isso se aplica de maneira determinante no objeto desta pesquisa, pois, num primeiro viés, será necessário ao policial militar “ler” o caso concreto, muitas vezes deficitário de informações, dada a complexidade do delito de homicídio consumado, ou seja, muitas vezes não há testemunhas ou as tem, mas, temerosas, não repassam informações aos policiais e, após isso tudo, cabe ao policial relatar todos os dados e informações que ele “leu” daquele cenário conflituoso, mas, principalmente, todos os dados e informações imbricados ao fato, que possam querer “fugir” ou escamotear a intenção da reprimenda estatal.

Pelo que foi exposto, percebemos quão complexa é a referida tarefa do policial militar, pois, além de preservar a sua vida e a dos demais envolvidos naquele fato, ainda há a necessidade de primazia no ato de lavratura, mesmo num cenário de ruptura do ordenamento jurídico penal no seu caso mais extremo, que é o caso de ceifar uma vida.

Nessa árdua missão do policial militar, é preciso refletir sobre as mencionadas “relações de força” de Orlandi, pois o lugar social que ele ocupa é “bombardeado” por uma gama de influências no ato da escrita, pois ele “fala” em nome do Estado, em nome da sociedade que almeja que seus ordenamentos jurídicos sejam respeitados; ele fala em nome do combate à impunidade e em seu próprio nome, haja vista ser impossível ele se despir de toda a sua carga de experiência de leitura, escrita e de interpretação de textos e de contextos.

Nesse ponto, temos os esclarecimentos de Orlandi citada por Maia (2013):

Sobre “o que é leitura”, é exposto que para a análise do discurso, a definição para tal vai além dos reducionismos impostos, ou seja, a questão da decodificação. Assim, é levado em consideração o processo de sua produção, sua significação. Pode-se dizer então que a leitura é a compreensão, não a mera decodificação (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 9).

A autora também sintetiza algumas colocações trazidas nos outros anteriores, reafirmando a sua posição de que “a leitura é produzida”. Assim sendo, parte de algum lugar, de um tempo, a partir de uma posição social (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 11).

“De acordo com a análise do discurso, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (p. 58). Dessa forma, para analisar um texto, é preciso identificar a posição daquele que o escreve, o contexto e sua possível intenção nesse enunciado. Assim podemos perceber o que ele disse; o que ao dizer, negou; sua posição ideológica e sua intenção argumentativa (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 13).

Conforme as passagens acima, ao estabelecermos o diálogo entre elas e o *corpus* desta pesquisa, observa-se que o policial militar relator dos BO analisados, nitidamente executa a tarefa de compreensão explicitada, uma vez que, ao receberas versões de populares acerca do fato ocorrido, ele é incumbido de proceder muito além da decodificação.

Então, notamos que o relator do BO exerce um papel social de extrema importância, principalmente no que tange aos aspectos do contexto de produção desse gênero (no caso desta pesquisa, se trata de homicídios consumados), que, por si só, trata-se de um contexto complexo, pois, por meio do registro, ele noticia um crime contra a vida, que é o bem maior de um indivíduo, e que, normalmente, está associado a outros delitos.

Nesse aspecto, ressaltamos que, conforme verificado na análise dos dados, no capítulo 4, os relatores, na quase totalidade das respostas, disseram que, no ato da lavratura dos BO de homicídios por eles registrados, sentiram-se influenciados, de maneira determinante, pelos fatores de ordem técnica, que são aqueles ministrados no contexto da instância formativa, durante os cursos ofertados pela PMMG, como, por exemplo, as características da Redação Oficial, aspecto eminentemente técnico.

Notamos a posição social desses policiais militares que, ao lavrarem os BO noticiando delitos, principalmente de homicídios, vocalizam os anseios sociais e estabelecem a intermediação com as Instituições Públicas para que essas adotem medidas de cunho preventivo e repressivo para o restabelecimento da paz social. Então, percebemos quão arraigadas são as influências institucionais na lavratura do gênero BO, haja vista que os policiais militares, ao registrarem os BO, procederam a um processo de significação de todas as versões a eles apresentadas e que os lavraram tendo por base esse posicionamento de agente de segurança pública, representativo no contexto social.

Pelos esclarecimentos de Orlandi (1999) e pelo que foi exposto até o momento, temos que a construção do discurso ultrapassa as barreiras predeterminadas da literalidade das palavras e alça algo muito maior, que é a representatividade sócio-histórica daquele que escreve, bem como daquele que interpreta o que foi escrito.

Esse mesmo processo de reflexão feito quanto à posição social do policial militar que lava o Boletim de Ocorrência, como no caso de homicídios consumados, deve ser feito considerando-se o papel do Delegado de Polícia como enunciatário desses BO, uma vez que o policial militar relator do BO escreve para *alguém* e com certa finalidade, no nosso caso seria tanto o Delegado de Polícia, para fins de investigação, quanto a própria Instituição PMMG, para fins de planejamento e prevenção criminal.

Então, o papel social que o Delegado de Polícia ocupa no ato de receber o BO lavrado e interpretá-lo para fins de classificação do delito e das demais medidas preliminares de investigação é outro ponto crucial que reforça a importância da lavratura condizente com aquilo que é esperado, pois, em que pese o BO lavrado pelo policial militar não vincular a atuação do Delegado de Polícia, é notório que o BO lavrado serve como um norte inicial para as primeiras providências de investigação.

Na enunciação, o indivíduo assume a fala, projetando um outro, conforme Benveniste (2005) a respeito da relação entre *eu* e o *tu*. Observa-se que Benveniste focaliza o sujeito em uma relação a um outro, em um movimento de alteridade, insistindo no aspecto fundante da linguagem na constituição desse sujeito.

Essas reflexões são relevantes, pois nos mostram a correlação necessária entre o *eu* e o *tu*, de forma que aquele apenas existirá em virtude deste, ou seja, teríamos a enunciação como processo, de forma que o sujeito seria o ponto de partida e que jamais seria um *eu* dissociado do social.

A *Teoria da Enunciação* de Benveniste nos demonstra a questão da subjetividade que seria uma espécie de moldura proporcionada pela linguagem a ser devidamente preenchida pelos locutores nos seus discursos. Ressaltamos que tal espécie de moldura se dá pelo aspecto

da incompletude, ou seja, por algo que reclama ser preenchido, não como amarras ou algo condicionante e inflexível.

Então, Benveniste (1989), tendo por base a alteridade, demonstra que a língua, *a priori*, é tão somente possibilidade de língua e que, somente após a enunciação, a língua existirá realmente, de forma que o processo interativo é decisivamente marcante para tal autor.

Destacamos, a partir da *alteridade* de Benveniste, que o papel do Delegado de Polícia, ao exercer a sua função em receber e interpretar o BO lavrado pelo policial militar relator inevitavelmente projetará o outro.

O lugar social do Delegado de Polícia também perpassa por uma gama de influências no ato da escrita, pois ele “fala” em nome do Estado, em nome da sociedade que almeja que seus ordenamentos jurídicos sejam respeitados, em nome do combate à impunidade, por meio da investigação, e em seu próprio nome, haja vista ser impossível ele se despir de toda a sua carga de experiência de leitura, escrita, interpretação de textos e contextos, cabendo a ele, inclusive, “ler” o que o policial militar por vezes não escreveu no ato da lavratura daquele BO, logicamente complementado por outras ferramentas de investigação, mas é inegável o papel fundamental de um BO lavrado com elementos pertinentes ao fato ocorrido, para que o Delegado de Polícia possa interpretá-los, a fim de trabalhá-los preliminarmente.

Devido à importância da autoridade de polícia judiciária (Delegado de Polícia) e também do Chefe de Planejamentos no âmbito da Instituição PMMG terem uma detida leitura do Boletim de Ocorrência produzido, torna-se necessário trazer a ideia de sujeito-leitor de Orlandi.

Assim sendo, conforme Maia (2013) citando Orlandi, temos:

A autora também sintetiza algumas colocações trazidas nos outros anteriores, reafirmando a sua posição de que a “a leitura é produzida”. Assim sendo, parte de algum lugar, de um tempo, a partir de uma posição social (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 11).

A habilidade interpretativa de um texto, como se faz necessário na função do Delegado de Polícia Civil, bem como ao Chefe de Planejamentos no âmbito da Instituição PMMG, é imprescindível, a fim de abstrair o sentido daquilo que é produzido num Boletim de Ocorrência.

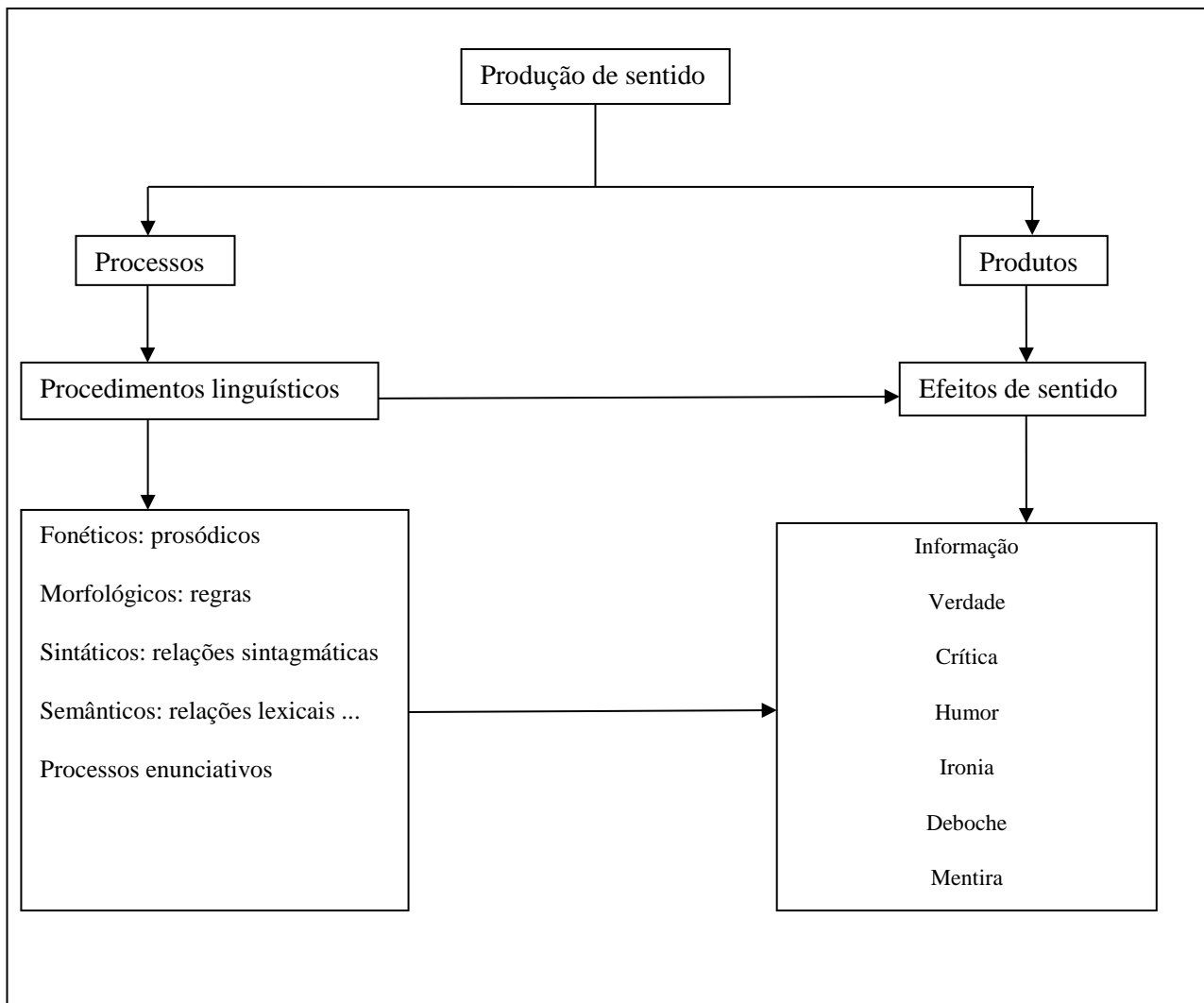
Nesse sentido, Mari e Mendes (2007) demonstram a relação necessária existente entre a produção de sentido e a atividade de leitura, perpassando os aspectos tão somente conceituais para chegar ao próprio funcionamento da língua. Corroborando isso, os mencionados autores nos dizem que:

Logo, a correlação não resulta apenas do fato de a leitura ser uma estratégia de produção de sentido, mas também de ela ser a atividade de um sujeito-falante que precisará mobilizar recursos (físicos, mentais, cognitivos, linguísticos, sociais) para dar conta da compreensão de um texto. Ler é, portanto, produzir sentido, mas numa extensão em que talvez tivéssemos de qualificar um pouco mais a nossa atividade de leitura (MARI; MENDES, 2007, p. 11).

A citação acima nos mostra quão importantes são os fatores intervenientes na leitura e na interpretação de textos e de contextos, a ponto de refletir sobre quais são as condições de leitura do sujeito (compreender e interpretar) e os seus argumentos, pois, como vimos, quem escreve, assim como quem interpreta, ocupa um lugar social do qual ele “fala”.

Mari e Mendes (2007) nos trazem, de maneira representativa, os componentes e as relações nas quais se baseia a produção de sentido, dissociada, *a priori*, da leitura.

**Quadro 1- Fundamentos para a produção de sentido**



Fonte: Elaborado por MARI; MENDES, 2007, p.12.

Conforme o esquema elaborado pelos autores, eles propõem que a produção de sentido deve ser desdobrada nas espécies *processos e produtos*, de forma que os processos estariam diretamente relacionados a questões linguísticas e que os produtos estariam imbricados às questões extralinguísticas. Dessa forma, segundo os autores, os *processos* se referem às operações com o sistema da língua e os *produtos* estão associados a fatores históricos para a produção de sentido e, assim, temos os efeitos de sentido que são os resultados da produção de sentido.

Pelo esquema apresentado e o correlacionando ao gênero discursivo desta pesquisa, os enunciatários do gênero BO (Delegado de Polícia Civil e o chefe de Planejamentos no âmbito da Instituição PMMG), no desempenho das suas respectivas funções, ativam as condições linguísticas para a produção de sentido, uma vez que é inerente ao sujeito-falante e está imbricado ao sistema da língua. Do mesmo modo, são ativados os *produtos*, que estão associados às questões extralinguísticas que permeiam o cometimento do crime e, por consequência, o respectivo registro do BO.

Toda produção de sentido não é procedida de forma aleatória, haja vista que é necessário se atingir a finalidade proposta, de forma que Mari e Mendes (2007) nos mostram que há uma seleção dos recursos específicos a serem mobilizados para se atingir a produção de sentido de maneira efetiva.

O certo é que não processamos tudo que lemos da mesma maneira: sabemos, por economia, selecionar o que é um instrumento de leitura factível para determinadas circunstâncias e sabemos da conveniência de abandoná-lo para outras circunstâncias.

Há estratégias que são acionadas no instante inaugural da leitura e outras que são inseridas ao longo do seu processo, no momento em que as atuais se tornam debilitadas diante da complexidade dos sentidos dos textos (MARI; MENDES, 2007, p. 13).

Ainda, acerca da produção de sentido, Mari e Mendes (2007) nos fazem uma instigante indagação - Será que dispomos de estratégias *a priori* para ler um poema? Ou para ler a ata de uma reunião? Ou para ler um editorial de jornal? Os autores, apesar de reconhecerem que em determinado gênero seja possível extrair os efeitos de sentido imediatos, não vislumbram tal possibilidade como regra geral, mas sim como excepcionalidade, uma vez que, segundo eles, para a atividade de leitura da maioria dos gêneros haveria: a) mais intensa *respiração e transpiração* para se que se tenha um padrão de efeito de sentido (por exemplo, os poemas e os contos); b) um necessário nível de detalhamento do gênero para se depreender os seus efeitos de sentido (por exemplo, os textos técnicos e os ensaios especializados).

Como o gênero discursivo desta pesquisa é o BO, que possui as diversas peculiaridades já abordadas no capítulo 1, pela categorização exposta por Mari e Mendes (2007), não o enxergamos como pertencente à excepcionalidade mencionada pelos autores, uma vez que julgamos não ser possível extrair dele os efeitos de sentido imediatos, mas sim o enquadrámos na regra geral dos gêneros discursivos, haja vista que, em que pese se tratar de um gênero com formulário preestabelecido, há uma evidente tecnicidade, com um enorme nível de detalhamento e que, sobretudo, requer um alto nível de investimento para se obter um padrão de efeito de sentido.

Conforme abordamos, amparado por Mari e Mendes (2007), a atividade seletiva de recursos específicos é algo necessário e assim é feita pelo leitor, a fim de implicar economicidade e efetividade para a produção de sentido, sendo que, segundo os autores, o reconhecimento do gênero a que pertence o leitor é um importante parâmetro de leitura, uma vez que orientará a atividade sócio-cognitiva de qualquer leitor.

É amplamente aceite que os leitores categorizam e/ou tipificam intuitivamente as situações de interação em que se engajam e os textos que lhe são pertinentes, identificando-os e nomeando-os através de uma espécie de conjunto de “rótulos” lexicalizados (MARI; MENDES, 2007, p. 18).

Pelo exposto, o conhecimento do gênero BO faz com que os enunciatários desse gênero (Delegado de Polícia Civil e o chefe de Planejamentos no âmbito da Instituição PMMG) antecipem hipóteses de sentido que serão corroboradas ou não a partir da leitura efetiva do texto, que foi denominado por Mari e Mendes (2007) como *princípio de economia cognitiva*.

A fim de exemplificar a situação trazida pelos autores, temos o gênero discursivo BO registrado em virtude de um delito de furto simples consumado, de forma que os enunciatários desse gênero (Delegado de Polícia Civil e o chefe de Planejamentos no âmbito da Instituição PMMG), ao visualizarem, inicialmente, que aquele registro se refere ao crime de furto simples, anteciparão mentalmente as circunstâncias que se amoldam ao crime de furto simples consumado e devem constar no texto para que realmente se confirme um crime de furto simples, haja vista as hipóteses prévias de interpretação. Para ilustramos, mencionamos a previsão no Código Penal Brasileiro acerca do furto simples:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:  
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa (DECRETO-LEI 2848/1940).

Pela previsão legal acima, notamos que os enunciatários, ao receberem um registro de BO em que conste no campo parametrizado *provável descrição da ocorrência*,

antecipadamente vislumbrarão que será um objeto móvel como, por exemplo, um aparelho de telefone celular, mas jamais vão entender que se trata de uma casa, pois é categorizada como um bem imóvel. Da mesma forma, os enunciatários entenderão a questão da alteridade referente ao adjetivo *alheia*, ou seja, é impossível que eles entenderão que foi subtraída uma coisa pertencente ao próprio autor do crime, sendo que ambas essas situações nos conduziriam à atipicidade, uma vez que é diverso da previsão do art. 155 do Código Penal. Então, com base na experiência de leitura dos enunciatários e pelas interações sócio-históricas-discursivas, eles vão conduzir a produção de sentido norteado, conforme exposto.

No entanto, conforme advertem Mari e Mendes (2007), essa hipótese de interpretação prévia pode ser mantida ou não no decorrer do ato da leitura e corroboramos tal advertência ainda com base no exemplo em questão, pois pode acontecer que o gênero BO tenha sido registrado no campo parametrizado *provável descrição da ocorrência* como furto simples consumado de um aparelho de telefone celular e que, no entanto, no registro do histórico, tenha sido mencionado que o autor do crime, ao tentar puxar o aparelho celular do bolso da vítima, foi percebido por esta e já de imediato empregou força física e segurou o autor, aguardando a chegada da polícia. Ou seja, o registro feito no campo parametrizado não foi confirmado pelas circunstâncias apresentadas no histórico, pois não foi furto simples consumado, mas sim furto simples tentado, uma vez que não houve a inversão da posse do bem.

De outro lado e também corroborando a advertência feita por Mari e Mendes (2007), temos um segundo exemplo: digamos que o gênero BO foi registrado no campo parametrizado *provável descrição da ocorrência* como furto simples consumado de um aparelho de telefone celular e que, no entanto, no registro do histórico foi mencionado que o autor do crime, ao tentar puxar o aparelho celular do bolso da vítima, foi percebido por esta e já de imediato empregou força física e segurou o autor, que sacou uma arma de fogo para assegurar a posse do bem. Temos um fato caracterizador de roubo consumado e não de furto simples consumado, uma vez que houve a circunstância de *grave ameaça* que consta na tipificação do art. 157, § 1º, do Código Penal Brasileiro, conforme abaixo:

Art. 157 - Subtrair **coisa móvel alheia**, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou **grave ameaça, a fim de assegurar** a impunidade do crime ou **a detenção da coisa para si ou para terceiro** (DECRETO-LEI 2848/1940-grifo nosso).

Dessa forma, por esse segundo exemplo, percebemos que um fato registrado pelo policial militar relator no campo parametrizado *provável descrição da ocorrência* como furto simples consumado de um aparelho de telefone celular e assim foi vislumbrado, inicialmente, pelos enunciatários, no decorrer da leitura foi possível constatar que ele se amolda a roubo consumado, devido às previsões do art. 157, § 1º, do CPB, conforme mencionado acima. Ou seja, a hipótese de interpretação inicial não foi mantida, de acordo com os dizeres de Mari e Mendes (2007):

Em última análise, a expectativa criada a partir do reconhecimento do gênero, em termos da formulação de hipóteses prévias de leitura/interpretação, deve ser “testada” e pode ser mantida ou não no decorrer do próprio ato de leitura, que atualiza a enunciação e, por conseguinte, a intencionalidade e os efeitos de sentido a ela associados (MARI; MENDES, 2007, p. 19).

Por todo o exposto, vimos a importância de se observar e aprimorar o conhecimento que o enunciador precisa ter para elaborar esses relatos no BO, pois os dados são dispostos no formulário numa relação de hierarquia, o que configura uma particularidade do gênero Boletim de Ocorrência, mas também a questão interpretativa desses gêneros por parte dos enunciatários.

Nessa medida, percebe-se a necessidade de uma análise de viés descendente, ou seja, que ela parta do contexto sócio-histórico, considerando as crenças, os preconceitos etc., reveladores da determinação e da produção do gênero, o que nos conduz à questão do discurso, de maneira que a palavra daquele que escreve (no nosso caso, o policial militar relator) é dirigida a *alguém* e com finalidade pré-definida (no nosso caso, o Chefe de Planejamentos no âmbito da PMMG, para fins estatísticos e de prevenção criminal, e ao Delegado de Polícia, para fins de investigação e repressão criminal).

Por fim, conclui-se que a lavratura minuciosa e zelosa do gênero discursivo BO, assim como a produção de sentido a esse gênero têm impacto direto na atividade investigativa do Delegado de Polícia Civil para apurar os delitos de homicídios consumados sob análise, haja vista que subsidiarão as medidas preliminares no âmbito investigativo, a fim de se determinar o perfil do autor e da vítima, bem como o *modus operandi*, de maneira que, por meio da lavratura do BO como a Instituição PMMG visa, assim como a forma de produção de textual coerente, clara e com todos os elementos essenciais do BO, fica mais evidente a possibilidade de se determinar a autoria e a materialidade dos delitos em questão.

### **1.6 Registro dos Boletins de Ocorrência de homicídio consumado na cidade de Sabará/MG no ano de 2016**

A presente pesquisa teve por foco a análise dos registros de quarenta e sete (47) boletins de ocorrência lavrados pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) referentes ao delito de homicídio consumado.

A análise perpassou tanto pelo preenchimento dos campos parametrizados, quanto pelo histórico do BO.

Nesse sentido, a fim de subsidiar as políticas públicas necessárias para a cidade na qual foram perpetrados tais delitos, faz-se necessária uma análise despida de opiniões e senso comum acerca da criminalidade local, lastreada por um banco de dados oficial, devidamente construído, tendo por base aspectos técnicos e com supedâneo científico.

Em pesquisa nos sistemas sobre os registros de boletins de ocorrência lavrados com a natureza de homicídio consumado na cidade de Sabará, no ano de 2016, foram localizados quarenta e nove (49) registros, sendo que dois deles foram registrados pela Polícia Civil (que é quando o cidadão se dirige a uma unidade policial daquela Instituição e solicita tal registro) e quarenta e sete (47) lavrados pela PMMG (que é quando o cidadão demanda a presença policial, por meio do número 190, e solicita a lavratura de tal ocorrência), o que comprova a nossa hipótese de que a quase totalidade dos registros de boletins de ocorrência é realizada pela PMMG, de maneira tal que se justifica a preocupação desta pesquisa em analisar a lavratura dos BO, a fim de verificar o preenchimento de tal gênero discursivo, que é o “produto” da Instituição PMMG entregue à comunidade e às autoridades competentes.

### **1.7 Os reflexos dos registros dos Boletins de Ocorrência Policial nos planejamentos de operações policiais**

Assim como foram analisados os reflexos dos registros dos Boletins de Ocorrência nos Inquéritos Policiais, torna-se necessário analisar os reflexos dos registros dos Boletins de Ocorrência nos planejamentos de ações e operações policiais de competência da PMMG.

Inicialmente, vale ressaltar que as finalidades dos registros Boletins de Ocorrência dos homicídios consumados são: a) subsidiar a autoridade de polícia judiciária com informações preliminares sobre o cometimento de um delito, para que sejam adotadas as providências iniciais do Delegado de Polícia Civil no Inquérito Policial; b) a composição de banco de dados dos órgãos responsáveis pela defesa social do Estado de MG e, assim, assessorar a formulação de políticas públicas de prevenção e de repressão criminal.

Percebe-se que o Boletim de Ocorrência, além de cumprir o papel de *notitia criminis*, ou seja, dar conhecimento à autoridade de polícia judiciária (Delegado de Polícia) sobre o cometimento de uma infração penal e para prevenção criminal, pelas instituições de defesa social do Estado de MG.

Nesse contexto é que se insere a lavratura do BO, para fins de prevenção criminal no âmbito da PMMG, pois tal Instituição, por meio de sua divisão territorial de atuação, incumbe a cada Unidade de Execução Operacional (UEOp) o planejamento de ações e operações policiais para prevenção e repressão criminal.

No âmbito de cada UEOp, o responsável por tais planejamentos é o Chefe da Seção de Planejamentos de Operações, conhecida no meio do público interno como P3, que é pasta reconhecida pelo monitoramento estatístico.

Então, assim como o policial militar, com a lavratura desses BO, tem por missão “transportar” o Delegado de Polícia para a cena do delito por meio das circunstâncias temporais, modais, locativas etc., o mesmo acontece com o Chefe da Seção de Planejamentos de Operações, pois, assim, tal autoridade terá condições de vislumbrar o ocorrido no caso concreto e planejar a ação e/ou operação adequada para cada delito perpetrado.

Nesse sentido, devemos ter em mente o lugar social que ocupa o policial militar relator dos Boletins de Ocorrência sob análise, bem como o do Chefe da Seção de Planejamentos de Operações que receberá esses registros e adotará as medidas preliminares que lhe cabem por dever legal.

Isso posto, temos a importância da significação do texto, pois, primeiramente, o policial militar, quando da sua atuação nas infrações penais, lavrará o pertinente Boletim de Ocorrência, com todas as influências que permeiam tal escrita, sejam diretrizes institucionais para a lavratura, um formulário preexistente, a necessidade de subsidiar os planejamentos institucionais do Chefe da Seção de Planejamentos de Operações com todas as suas experiências de leitura e de escrita adquiridas ao longo da sua vida pessoal, profissional e acadêmica.

Além disso, temos o Chefe da Seção de Planejamentos de Operações que receberá os BO lavrados e passará pelo processo de significação do texto conforme acima, ou seja, a interpretação dele diante do BO lavrado sofrerá todas as influências que permeiam tal escrita, sejam diretrizes institucionais para a análise, um formulário preexistente, a necessidade de planejar conforme o BO lavrado.

Da mesma forma, nota-se que o Chefe da Seção de Planejamentos de Operações também passa por uma variabilidade de possíveis “leituras”, conforme o seu ponto de vista e que variam conforme os contextos, de maneira que exige de tal intérprete ler o que está escrito, mas,

principalmente, o que não foi escrito, por meio de inferência, que será efetivada a partir de conhecimento do contexto, do ordenamento jurídico, e na interação com os sujeitos envolvidos.

Também se aplica, em face da atuação do Chefe da Seção de Planejamentos de Operações, o trecho final da citação de Orlandi citada por Maia (2013, p. 71), que diz “Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente”. Isso se aplica de maneira determinante ao objeto desta pesquisa, pois, num primeiro viés, será necessário ao policial militar “ler” o caso concreto, muitas vezes deficitário de informações, dada a complexidade do delito de homicídio consumado, ou seja, muitas vezes não há testemunhas ou, se existem, estão temerosas, não repassam informações aos policiais e, após isso, cabe ao policial militar relatar todos os dados e informações que ele “leu” daquele cenário conflituoso, mas principalmente todos os dados e informações imbricados ao fato, mas que não foram ditos, porém, são perceptíveis pelo policial militar no caso concreto.

Pelo que foi exposto, percebemos quão complexa é a referida tarefa do policial militar, pois, além de preservar a sua vida e a dos demais envolvidos naquele fato, ainda há a necessidade de primazia no ato de lavratura, mesmo num cenário de ruptura do ordenamento jurídico penal no seu caso mais extremo, que é o caso de ceifar uma vida.

Nessa árdua missão do policial militar, é preciso refletir sobre as mencionadas *relações de força* a que se refere Orlandi, pois o lugar social que ele ocupa é “bombardeado” por uma gama de influências no ato da escrita, pois ele “fala” em nome do Estado, em nome da sociedade que almeja que seus ordenamentos jurídicos sejam respeitados, em nome do combate à impunidade e em seu próprio nome, haja vista ser impossível despir-se de toda a sua carga de experiência de leitura e escrita e de interpretação de textos e contextos e tudo isso impacta também no desempenho das funções de planejamentos do Chefe da Seção de Planejamentos de Operações.

Conforme Orlandi citada por Maia (2013) e pelo que foi exposto até o momento, temos que a construção do discurso ultrapassa as barreiras predeterminadas da literalidade das palavras e alça algo muito maior, que é a representatividade sócio-histórica daquele que escreve, bem como daquele que interpreta o que foi escrito.

Esse mesmo processo de reflexão feito quanto à posição social do policial militar que lavra o Boletim de Ocorrência, como no caso de homicídios consumados, deve ser feito quanto ao papel do Chefe da Seção de Planejamentos como destinatário desses BO, uma vez que o policial militar relator do BO escreve para *alguém* e com certa finalidade, que, no nosso caso, seria tanto o Delegado de Polícia, para fins de investigação, quanto para a própria Instituição PMMG, para fins de prevenção criminal.

Então, o lugar social do Chefe da Seção de Planejamentos também perpassa por uma gama de influências no ato da escrita, pois ele “fala” em nome do Estado, em nome da sociedade que almeja que seus ordenamentos jurídicos sejam respeitados.

Além disso, fala em nome do combate à impunidade, por meio da investigação, e em seu próprio nome, haja vista ser impossível ele se despir de toda a sua carga de experiência de leitura e escrita e de interpretação de textos e contextos, cabendo a ele, inclusive, “ler” o que o policial militar por vezes não escreveu no ato da lavratura daquele BO, logicamente complementado por outras ferramentas de investigação.

Nesse sentido, é inegável o papel fundamental de um BO lavrado com as circunstâncias narrativas e descritivas que o Chefe da Seção de Planejamentos necessita prever nos seus planejamentos.

Devido à importância de o Chefe de Planejamentos no âmbito da Instituição PMMG ter uma detida leitura do Boletim de Ocorrência produzido, torna-se necessário trazer novamente a ideia de sujeito-leitor de Orlandi.

No que se refere à necessária habilidade interpretativa de um texto, como no caso é preciso ao Delegado de Polícia, bem como ao Chefe de Planejamentos no âmbito da Instituição PMMG, a fim de abstrair o sentido daquilo que é produzido num Boletim de Ocorrência, Orlandi citada por Maia (2013) afirma:

De acordo com a análise do discurso, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (p. 58). Dessa forma, para analisar um texto, é preciso identificar a posição daquele que o escreve, o contexto e sua possível intenção nesse enunciado. Assim podemos perceber o que ele disse; o que ao dizer, negou; sua posição ideológica e sua intenção argumentativa (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 13).

Diante de tudo exposto nesta seção, podemos concluir quão importantes são os fatores intervenientes tanto na produção quanto na leitura e interpretação de textos e de contextos, a ponto de refletir sobre quais são as condições de leitura do sujeito (compreender e interpretar) e os seus argumentos, pois, como vimos, quem escreve, assim como quem interpreta, ocupa um lugar social do qual ele “fala”.

Além disso, nesta seção vimos a importância dos aspectos da necessidade de se observar e aprimorar o conhecimento que o enunciador precisa ter para elaborar esses relatos no BO, pois os dados são dispostos no formulário numa relação de hierarquia, o que configura uma particularidade do gênero Boletim de Ocorrência.

Vimos também que a análise é descendente, ou seja, ela parte do contexto sócio-histórico, de pessoas, crenças, preconceitos etc., que revelam o que determinou a produção do

gênero, o que nos conduz à questão do discurso, de maneira que a palavra daquele que escreve (no nosso caso, o policial militar relator) é dirigida a “alguém” e com finalidade pré-definida (no nosso caso, o Chefe de Planejamentos no âmbito da PMMG, para fins estatísticos e de prevenção criminal, e ao Delegado de Polícia, para fins de investigação e repressão criminal).

### **1.8 O papel e a visão dos relatores dos Boletins de Ocorrências de homicídios consumados registrados em Sabará/MG no ano de 2016**

Os relatores produzem sentidos nos registros dos Boletins de Ocorrência de homicídios consumados, pelas perspectivas dos enunciatários desses registros (composição de dados utilizados pelo Chefe da Seção de Planejamentos e pelo Delegado de Polícia Civil). Nesta seção demonstraremos o papel e a visão dos enunciadores dos BO.

Conforme dito anteriormente, o policial militar, quando da lavratura dos Boletins de Ocorrência, está atrelado a uma série de normas, regulamentos e diretrizes quanto a sua atuação de maneira geral, bem como na lavratura propriamente dita.

Nesse sentido, caso os procedimentos sejam descumpridos, o policial militar ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais, haja vista a independência entre as referidas searas.

Assim sendo, a responsabilidade enunciativa do policial militar relator dos BO nos casos concretos é de tamanha relevância que impacta, decisivamente, na carreira desse agente público, implicando a ele, então, uma série de deveres a serem cumpridos.

Enquanto Orlandi diz que autor é a função que o “eu” assume enquanto produtor de linguagem, Pêcheux (1975, p. 77) citado por Maia (2013) chama de *forma-sujeito*, “Essa forma-sujeito é um sujeito ao qual se imputam, ao mesmo tempo, autonomia e responsabilidade. O que é característico dele é que se define como sujeito-jurídico (HAROCHE, 1984): tem direitos e deveres (PÊCHEUX apud MAIA, 2013, p. 14).

Em diálogo com Pêcheux e com Orlandi, percebemos a atuação efetiva do sujeito-autor no momento da criação do texto, ou seja, ele é responsável por produzir a linguagem demonstrando que ele não assume uma posição de passividade, mas, pelo contrário, atua decisivamente na construção dos textos.

Nesse sentido, é imprescindível trazermos novamente o conceito de “relações de força” de Orlandi, a fim de demonstrar que os interlocutores “não falam” aleatoriamente e sem finalidade, mas sim de lugares sociais:

Quanto ao processo de significação do texto, Orlandi traz o conceito de “relações de força”, que é explicado pelo lugar social dos interlocutores (os que falam e leem o

texto), deixando claro que os sentidos deste estarão determinados pela posição que os sujeitos envolvidos ocupam (os que emitem o texto, os que o leem) (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 3).

Ou seja, assim como os destinatários dos BO lavrados que estão sob análise, o próprio relator do BO escreve conforme a posição que ele ocupa, sendo, então, necessária uma análise sócio-histórica da elaboração desses gêneros discursivos.

Na lavratura desses BO, são impregnadas influências de várias experiências profissionais, pessoais e acadêmicas às quais os relatores se submeteram e a que foram submetidos ao longo da vida.

Nesse contexto, é impossível desconsiderar as condições de produção desses BO, de forma que, em que pese haver um formulário próprio e predeterminado para registro, com suas entradas de leituras específicas que induzam os leitores, o sujeito é constituído por todas as situações sociocomunicativas vivenciadas por ele e de que ele teve conhecimento e isso, necessariamente, impactará o ato da lavratura do BO.

Então, o policial militar responsável pela lavratura dos BO ora analisados nesta pesquisa, assim como dos BO de todas as demais infrações penais, necessita ouvir o relato da vítima e/ou testemunhas (no nosso caso, de possíveis testemunhas) e, ao “ler” tal fato, vai dar-lhe significado e traduzi-lo no gênero discursivo BO.

Observando especificamente o formulário do gênero BO, conforme Anexo E, nota-se que os campos parametrizados são autoexplicativos, de maneira que basta preencher tais campos de acordo com cada caso concreto, pois tais elementos, na maioria das vezes de aspecto descritivo, como instrumentos e materiais, também subsidiarão os planejamentos de prevenção e repressão criminal.

As regras de experiência na atuação policial e no exercício da docência nos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMMG, que serão oportunamente analisados nesta pesquisa, mostram-nos que há uma subcultura no seio da tropa de policiais militares de que haveria campos parametrizados mais ou menos importantes. Não há expressão melhor para definir tal pensamento como uma verdadeira subcultura dos integrantes da Instituição, uma vez que isso não condiz com as diretrizes da PMMG nem dos cursos de formação e aperfeiçoamento no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais. No entanto, salientamos que o histórico ocupa posição de destaque no BO, pois ele tem por finalidade abarcar a dinâmica dos fatos ocorridos.

Pelo contrário, conforme detidamente analisado em seção própria, os programas de disciplina dos referidos cursos e a prática da docência explicitam que não há uma hierarquização entre os campos parametrizados e a imprescindibilidade do preenchimento de todos os campos

para fins de planejamento de ações e/ou operações policiais. Caso não sejam preenchidos esses campos parametrizados, tais planejamentos não cumprirão o seu real objetivo.

Dessa forma, os campos parametrizados que contêm aspectos narrativos e descritivos deverão, necessariamente, ter o devido preenchimento para que o Chefe da Seção de Planejamentos possa usufruir de dados e informações condizentes com a realidade do caso concreto e planejar com boa qualidade as intervenções policiais. Conforme mencionado no capítulo próprio, o BO é estruturado em campos parametrizados e no histórico.

A parte do histórico do BO, de acordo com o Anexo E, é o momento na lavratura que é dedicada, essencialmente, à narrativa de toda a dinâmica dos fatos que se constituíram na infração penal sob registro.

A orientação na docência dos cursos de formação e aperfeiçoamento sob análise é que se privilegie no histórico a narrativa que os campos parametrizados não são suficientes para trazer o devido esclarecimento.

Além disso, há também a orientação de que os dados e informações já mencionados nos campos parametrizados não deverão ser repetidos no histórico do BO, sob pena de se afrontar a característica da Redação Oficial conhecida como “concisão”, exceto quando for necessário, a fim de proporcionar clareza aos dados lançados nos campos parametrizados, mas, em regra, não é recomendável a repetição.

Torna-se interessante e viável a observância dos traços de marcação de argumentos utilizados no histórico, o que se apresenta de maneira decisiva para dar robustez à argumentação, a fim de convencer o destinatário de que ele se exime da escrita, como, por exemplo, “inclusive, ainda, também” etc.

Tal observação traz um aspecto peculiar da comunidade discursiva dos relatores de BO na PMMG, pois todos os gêneros discursivos da Instituição são lavrados em razão da função exercida e, assim sendo, torna-se latente a característica da Redação Oficial conhecida como *Impessoalidade* e que a escrita é permeada de uma série de normatizações do ato do registro do BO, que são os atos normativos e instrutivos da PMMG quanto à elaboração do gênero em questão, principalmente no que se refere aos campos parametrizados, à classificação dos delitos, ao preenchimento do histórico etc.

No referido aspecto, notam-se como muito característicos na elaboração dos gêneros discursivos da Instituição PMMG, sobretudo no BO, os *argumentos de autoridade*, que serão melhor discutidos na seção das estratégias de impessoalidade, principalmente por meio do discurso indireto.

Assim como houve um processo de reflexão sobre as possíveis leituras do BO pelo Chefe de Planejamentos, assim como pelo Delegado de Polícia, torna-se imperioso mencionar

que o policial militar relator do BO também é submetido à questão de plurissignificação dos textos.

Primeiramente, o relator do BO, no ato de sua intervenção, necessita “ler” o caso concreto, conforme dito, por meio de informações que lhe são repassadas pelas testemunhas ou que foram obtidas nas diligências realizadas pelas guarnições policiais.

Assim sendo, é necessário a ele “ler” a versão que lhe foi apresentada e, principalmente, “ler” o que não foi dito, mas que também faz parte da essência da infração penal perpetrada e que é de interesse estatal, conforme mencionamos, por meio de Orlandi citada por Maia (2013, p. 58).

Nota-se que o policial militar relator dos BO analisados, e de todos aqueles lavrados pela PMMG, apropria-se das versões a ele apresentadas e, utilizando estratégias discursivas adquiridas e desenvolvidas ao longo da sua vida pessoal, profissional e acadêmica, elabora os BO que se prestarão para as finalidades já apresentadas nesta pesquisa.

Pelo exposto, percebe-se que tal apropriação não se dá de maneira individual, mas sim social, conforme Orlandi citada por Maia (2013):

As palavras também mudam de acordo com a formação discursiva que se apresenta, podendo, portanto, a mesma palavra representar sentidos diferentes a partir do “lugar” falado. Assim, a autora afirma que as palavras são “formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição...” dada. Ressalta-se ainda, nesse sentido, que a apropriação da linguagem pelo sujeito se dá socialmente e não de forma individual (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 5).

A fim de demonstrarmos a importância da posição da qual fala o policial militar ao lavrar o Boletim de Ocorrência, torna-se premente mencionarmos os conceitos de Unidade e dispersão de Orlandi citada por Maia (2013):

“A constituição do texto, do ponto de vista da ideologia, não é homogênea” (p. 54). Ou seja, as ideias presentes em um texto fazem parte das posições do sujeito, bem como também de outras dimensões, derivadas de várias formações discursivas. “São as formas de assujeitamentos ideológicos que governam os mecanismos enunciativos” (p. 54) (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 12-13).

Ainda diante da necessidade de refletirmos sobre o papel do policial militar como autor da lavratura do BO e seus desdobramentos na esfera jurídica das pessoas e no poder punitivo do Estado, são precisas as palavras de Orlandi, no trecho “Nem escritor, nem sujeito: apenas autor”, citado por Maia (2013), no qual ela menciona que o texto é uma dispersão do sujeito que o elabora:

Diríamos que o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições. Nela são mais visíveis os processos disciplinares (p.77) (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 14).

Interessante é o aparente *embate* que se pode abstrair da análise da posição do policial militar como relator dos Boletins de Ocorrência que, conforme dito, tem que seguir uma série de padronizações e diretrizes institucionais no ato da escrita, sob pena de responsabilização penal, civil e administrativa, inclusive seguindo as características da Redação Oficial e a liberdade criativa do texto segundo as habilidades próprias de cada policial militar.

Ressalta-se que a essas regras textuais e outras formas de se controlar a escrita Orlandi (2012) chama de *apagamento do sujeito*, pois, para a referida autora, citada por Maia (2013), na produção da escrita deve haver uma transformação de sujeito-enunciador para sujeito-autor, estabelecendo-se, assim, as bases iniciais de diferenciação entre autor e falantes ou locutor.

Ressalta-se que no domínio da Administração Pública, na qual está inserido a PMMG, o foco é a escrita oficial, de maneira que, por mais que haja diretrizes institucionais, a fim de se buscar o mínimo possível de padronização, isso não implica, necessariamente, na anulação do sujeito-autor do policial militar relator dos BO, uma vez que, com toda a carga teórica a que ele está submetido, notamos que a Instituição visa desenvolver nos militares as habilidades próprias para a construção dos textos, conforme nitidamente percebido nos programas de disciplinas oportunamente analisados.

Ainda com ênfase no papel do policial militar como relator do Boletim de Ocorrência e o *lugar* do qual ele fala, são felizes e oportunas as palavras de Orlandi citada por Maia (2013) de que, no que se refere - Significação, leitura e redação - o que se deve ter em mente são os processos de construção do fenômeno linguístico e não meramente o produto desta constituição.

Nesse aspecto, ainda conforme Orlandi citada por Maia (2013), temos:

[...] Essas condições abrangem o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto do discurso, de tal forma que aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação aos outros discursos etc. (p. 85) (ORLANDI apud MAIA, 2013, p. 16).

Portanto, nesta seção, esclarecemos o papel e a visão do policial militar relator dos BO analisados nesta pesquisa, perpassando pelos aspectos necessários para a lavratura, como, por exemplo, que há uma normatização institucional para tal registro, assim como uma carga de responsabilidade social por aquilo que ele lavra no exercício da função.

Além disso, analisamos também que é imprescindível o preenchimento completo dos campos parametrizados e do histórico do BO, aspecto que será pormenorizadamente analisado no momento das reflexões sobre os questionários aplicados, bem como as categorias analíticas.

### **1.9 Os programas de disciplina dos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMMG no que se refere à produção do gênero discursivo BO**

Nesta seção, serão analisados brevemente os programas de disciplina dos cursos de formação e de aperfeiçoamento de policiais militares.

Ressalta-se que todos os BO analisados nesta pesquisa tiveram por relator um policial militar que frequentou qualquer dos cursos que serão analisados (e alguns policiais militares foram submetidos a mais de um desses cursos). Esses cursos, com a carga teórica e metodológica voltada para produção textual, visavam ao desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de gêneros discursivos na esfera militar, dentre os quais o gênero em exame neste estudo: o Boletim de Ocorrência.

Um dos programas analisados foi o do Curso de Formação de Soldados (CFSd), desenvolvido pela Escola de Formação de Soldados (EFSd), constituído pela graduação básica na relação hierárquica na PMMG, responsável pela formação de Soldados, que ingressaram na Instituição PMMG por concurso público, por meio de provimento originário, ou seja, eles não integravam as fileiras da Corporação.

Outro programa de disciplina analisado foi o do Curso de Formação de Sargentos (CFS), desenvolvido pela Escola de Formação de Sargentos (EFAS), responsável pela formação da graduação de 3º Sargentos da PMMG, que exercem nível de comandamento de determinados grupamentos de policiais, e assim ingressaram em tal curso por meio de provimento derivado, ou seja, por concurso interno, haja vista que eles já integravam as fileiras da Corporação quer como Cabos PM (Cb PM) quer como Soldados PM (Sd PM).

O programa de disciplina do Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS), desenvolvido pela Escola de Formação de Sargentos (EFAS), responsável pela formação da graduação de 3º Sargentos da PMMG, que exercem nível de comandamento de determinados grupamentos de policiais, e ingressaram em tal curso por meio de convocação interna, após o preenchimento de requisitos, ou seja, tais militares já integravam as fileiras da Corporação como Cabos PM. Dessa forma, ilustramos conforme abaixo:

**Figura 6 – Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (1)**

<b>Objetivos Específicos</b>
<p>Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- reconhecer como os elementos do contexto interferem na produção textual, bem como identificar os tipos textuais mais frequentes nos gêneros produzidos na PMMG, diferenciando-os dos gêneros textuais;</li> <li>- reconhecer a Redação Oficial como uma categoria específica de comunicação escrita para identificar e reconhecer como as Características da Redação Oficial se aplicam aos diversos gêneros textuais que o Sargento produz em razão de suas atividades funcionais;</li> <li>- conhecer aspectos referentes à produção do Ofício, da Comunicação Disciplinar e do Boletim de Ocorrência para produzi-los em consonância com as Características da Redação Oficial</li> </ul>

**Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais**

Já o programa de disciplina do Curso de Atualização e Aperfeiçoamento de Sargentos (CASP), desenvolvido pela Escola de Formação de Sargentos (EFAS), que visa atualizar os conhecimentos teóricos e práticos dos militares de graduação como 2º Sargentos PM e que, após requisitos internos, frequentam tal curso, a fim de se tornarem aptos a alçar à graduação de 1º Sargento PM. Ou seja, é uma condição para ascensão na carreira militar estadual. Para ilustrar, trouxemos os objetivos específicos do referido curso:

**Figura 7 - Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (2)**

<b>Objetivo Geral</b>
<p>Criar condições para que o Sargento da Polícia Militar seja capaz de produzir e orientar a produção dos documentos mais utilizados na sua função, com qualidade e correção, de acordo com as Características da Redação Oficial e de maneira coerente com o contexto da escrita, com o suporte e com as peculiaridades de cada gênero textual, observados os aspectos da correção gramatical.</p>

<b>Objetivos Específicos</b>
<p>Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de elaborar qualquer documento que lhe for atribuído, segundo sua esfera de competência, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de atualização, com segurança quanto à utilização das regras gramaticais.</p>

**Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais**

Assim sendo, ao analisar os quatro programas de disciplina correlacionada à elaboração de gêneros discursivos, visamos mensurar as competências que o corpo docente buscou desenvolver nos discentes de tais cursos para que, no caso concreto, como os ora analisados, desempenhem a atividade de lavratura do BO.

Diante do exposto, nota-se a preocupação institucional da PMMG em qualificar os seus integrantes para o desempenho das suas funções como as ora analisadas, conforme Minas Gerais (2016):

O policial militar deve ser, exaustivamente, treinado na identificação da infração penal e sua correspondente classificação e codificação na DIAO, pois ele tem autonomia para definir qual a melhor classificação/codificação da DIAO para a ocorrência policial sob sua responsabilidade, cabendo à autoridade de polícia judiciária os trâmites legais posteriores (MINAS GERAIS, 2016, p. 11).

De acordo com o Anexo A, temos o programa de disciplina do Curso de Atualização e Aperfeiçoamento de Sargentos (CASP).

Nota-se que o referido curso se destina a policiais militares com a graduação de segundo Sargento, tem a carga horária de 12 h/a e visa à atualização dos policiais militares quanto a conteúdos teóricos dos mais diversos ramos do Direito, bem como dos aspectos teóricos e práticos da atividade policial como um todo, a fim de lhes possibilitar novas técnicas e procedimentos operacionais da atividade policial.

Atendo-nos especificamente ao programa de disciplina do Anexo A, percebe-se que a disciplina de Redação Operacional, para o CASP, no segundo semestre de 2018, traz-nos o seguinte objetivo geral:

Criar condições para que o Sargento da Polícia Militar seja capaz de produzir e orientar a produção dos documentos mais utilizados na sua função, com qualidade e correção, de acordo com as características da Redação Operacional de maneira coerente com o contexto de escrita, com o suporte e com as peculiaridades de cada gênero discursivo, observados os aspectos da correção gramatical.

Além disso, o referido programa de disciplina traz como objetivos específicos:

Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de elaborar qualquer documento que lhe for atribuído, segundo sua esfera de competência, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de atualização, com segurança quanto à utilização das regras gramaticais.

Prosseguindo na análise do programa de disciplina de Redação Operacional, o mencionado documento traz como ementa:

Unidade I – Tipologia Textual/Alguns fatores que podem dificultar a leitura e produção de um texto.

Unidade II – Acentuação gráfica/Pontuação/Pronomes.

Unidade III – Significação das palavras / Concordância nominal, verbal e crase.

Ao analisarmos o conteúdo programático da disciplina Redação Operacional, para o CASP, no 2º semestre de 2018, temos:

Unidade I – Tipologia Textual/Alguns fatores que podem dificultar a leitura e produção de um texto: Narração, Descrição, Dissertação, Argumentação e Injunção.

Unidade II – Acentuação gráfica/Pontuação/Pronomes: Novo Acordo Ortográfico, Noções básicas de emprego dos sinais de pontuação e clareza textual, Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos, interrogativos.

Unidade III – Significação das palavras / Concordância nominal, verbal e crase: palavras homônimas, palavras parônimas, polissemia, sentido próprio e sentido figurado, denotação e conotação; Noções básicas de concordância nominal, casos especiais de concordância nominal; Noções básicas de concordância verbal, concordância do verbo com o sujeito simples, concordância do verbo com o sujeito composto, concordância com os pronomes de tratamento, alguns casos especiais de concordância verbal; Tópicos de regência.

Dessa forma, é nítida a preocupação institucional da PMMG em propiciar aos seus integrantes os conhecimentos e as habilidades necessários para o desempenho das funções próprias às atividades policiais, o que, em tese, torna os militares relatores do BO aptos a uma lavratura dentro dos padrões esperados.

No Anexo B, temos o programa de disciplina do Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS) e, no mesmo sentido, chamam-nos a atenção os objetivos específicos que a Instituição PMMG visa alcançar com a disciplina de Redação Operacional, quais sejam: que os discentes (policiais militares) reconheçam em que medida os elementos do contexto interferem na produção textual, bem como identifiquem os tipos textuais mais frequentes nos gêneros discursivos e reconheçam a categoria específica da Redação Oficial e que tais produções textuais decorrem do exercício das atividades funcionais.

Referentemente ao programa de disciplina do CEFS, são ministrados os seguintes conteúdos:

Unidade I: Introdução ao estudo dos textos: Texto e contexto e Tipos e gêneros textuais;

Unidade II: Redação Oficial: Conceito e características da Redação Oficial;

Unidade III: Documentos Administrativos: Panorama e Ofício;

Unidade IV: Documentos Disciplinares: Panorama e Comunicação Disciplinar;

Unidade V: Documentos Operacionais: Panorama e Boletim de Ocorrência.

No Anexo C, temos o programa de disciplinado Curso de Formação de Sargentos (CFS). Ele tem os mesmos objetivos específicos do Anexo B, uma vez que ambos os cursos se destinam à formação de Sargentos PM.

No que tange ao programa de disciplina do CFS, são ministrados os seguintes conteúdos:

Unidade I – Introdução ao Estudo dos Textos: - Linguagem, língua e fala, Variantes linguísticas, Norma culta, Ato comunicativo, Tipos e gêneros textuais e Texto e contexto;

Unidade II – Introdução ao Estudo dos Gêneros da Redação Oficial: - Contextualização da produção dos textos oficiais e Características da Redação Oficial;

Unidade III – Boletim de Ocorrência: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas;

Unidade IV – Termo Circunstanciado de Ocorrência: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas;

Unidade V – Mensagens eletrônicas: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas;

Unidade VI – Comunicação Disciplinar, Queixa Disciplinar e Relatório Reservado: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas;

Unidade VII – Razões Escritas de Defesa: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas ;

Unidade VIII – Ata de Reunião do CEDMU: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas;

Unidade IX – Requerimento: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas;

Unidade X– Ofício: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas;

Unidade XI –Ata: Conceito e finalidade, Estrutura e Peculiaridades técnicas.

Vejamos os objetivos propostos para o CFS:

**Figura 8 - Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (3)**

<b>Objetivo Geral</b>
Criar condições para que o Sargento da Polícia Militar seja capaz de produzir, avaliar e orientar a produção dos documentos mais utilizados na sua função e dos encargos a ela inerentes, com qualidade e correção, de acordo com as Características da Redação Oficial e de maneira coerente com o contexto da escrita, com o suporte e com as peculiaridades de cada gênero textual.
<b>Objetivos Específicos</b>
Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de:
- reconhecer como os elementos do contexto interferem na produção textual, bem como identificar os tipos textuais mais frequentes nos gêneros produzidos na PMMG e diferenciar tipos e gêneros textuais;
- perceber a Redação Oficial como uma categoria específica de comunicação escrita para identificar e reconhecer como as Características da Redação Oficial se aplicam aos diversos gêneros textuais que utiliza em razão de suas atividades funcionais;
- conhecer aspectos referentes aos gêneros estudados para produzi-los em consonância com as Características da Redação Oficial.

**Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais**

No Anexo D, temos o programa do Curso de Formação de Soldados (CFSd), desenvolvido pela Escola de Formação de Soldados (EFSd), sendo que o curso em questão é um dos que mais requer atenção dos docentes no que tange à formação do policial militar, uma vez que se trata do ingresso na PMMG, por meio de provimento originário, de tal forma que é o momento inicial em que o discente terá o primeiro contato com a comunidade discursiva própria dos policiais militares de Minas Gerais.

Por isso, a disciplina de Redação Operacional traz como objetivo geral propiciar condições para que o futuro Soldado PM seja capaz de produzir adequadamente gêneros discursivos próprios das práticas profissionais relacionados ao seu empenho nas atividades operacionais da PMMG, de maneira coerente com as características que regem a produção textual na esfera da Redação operacional e no ambiente da PMMG.

Nesse sentido, o programa de disciplina do CFSd menciona que são ministrados os seguintes conteúdos:

Unidade I: Introdução à produção de Textos;

Unidade II: Redação Oficial: Conceito e características da Redação Oficial;

Unidade III: Relatório: Conceito e função;

Unidade IV: Produção de documentos no módulo REDS;

Unidade V: Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).

Percebe-se que a PMMG, em virtude de ser um órgão do Poder Executivo e, assim sendo, todos os documentos pertinentes às atividades estatais são regidos por uma “moldura” predeterminada, a fim de cumprir os requisitos da Redação Oficial, sobretudo, o princípio da impessoalidade, que é um dos pilares do Direito Administrativo.

Porém, ressalta-se que, mesmo estabelecidos os padrões da Redação Oficial, o aspecto autoral dos policiais militares, quando da elaboração dos gêneros discursivos da PMMG, não é tolhido, uma vez que se permite e até mesmo se incentiva que o policial militar se utilize de recursos linguísticos conforme a habilidade de cada um, a fim de que cumpra a finalidade do texto e que não fique vinculado a modelos de textos.

Vejamos os objetivos propostos para o CFSd:

**Figura 9 - Curso Especial de Formação – Produção do gênero discursivo: BO (4)**

<b>Objetivo Geral</b>
Propiciar condições para que o futuro soldado seja capaz de produzir adequadamente gêneros discursivos próprios das práticas profissionais relacionados ao seu empenho nas atividades operacionais da PMMG, de maneira coerente com as características que regem a produção textual na esfera da Redação Oficial e no ambiente da PMMG.
<b>Objetivos Específicos</b>
<p>Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- reconhecer as peculiaridades do uso da linguagem no contexto profissional da PMMG;</li> <li>- identificar os efeitos das Características da Redação Oficial nos gêneros estudados;</li> <li>- dominar os conhecimentos referentes aos objetivos, à composição, ao estilo e ao conteúdo dos gêneros estudados.</li> </ul>
<b>Ementa da Disciplina</b>
Introdução à produção de textos. Redação Oficial. Relatório. Produção de documentos no módulo REDS. Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, apresentamos o percurso metodológico vivenciado para a construção da pesquisa.

A presente pesquisa se mostra, inicialmente, bibliográfica e documental, uma vez que a investigação demandou uma leitura acerca de conceitos dos ramos de Direito Penal (CUNHA, 2016) e Direito Processual Penal (LIMA, 2017) no que se refere à temática de Inquérito Policial e caracterização de infrações penais, assim como uma breve explanação das atribuições das autoridades de polícia judiciária e, no geral, da persecução criminal. Os documentos de parametrização constam nos anexos desta dissertação.

Além disso, consideramos a pesquisa como documental uma vez que foram também analisados atos normativos institucionais da PMMG acerca da lavratura do BO, bem como uma análise dos documentos relativos ao processo ensino-aprendizagem das disciplinas de Produção textual policial/Redação Operacional/Redação Técnica que permeiam a redação de gêneros nos cursos de formação da PMMG.

Também discorreremos no capítulo 1 acerca do papel do policial militar de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições constitucionais, assumindo a responsabilidade pela elaboração do gênero discursivo Boletim de Ocorrência, de maneira que o agente estatal assume o papel de enunciatório com o intuito de porta-voz do cidadão, também, da sociedade que teve violado um bem que é juridicamente tutelado; nos casos analisados, trata-se do bem maior do ser humano, que é a vida. Conforme se nota, a presente pesquisa teve natureza qualitativa, sendo que, pela vertente do procedimento da coleta de dados, será documental e bibliográfica e quanto à finalidade será interpretativista e analítica.

Ainda quanto ao procedimento de coleta de dados, foram analisados registros reais de Boletim de Ocorrência, bem como questionários respondidos quanto à elaboração dos Boletins de Ocorrências produzidos, de forma que se buscou perceber, tanto sob a ótica dos policiais que, nesta pesquisa, foram numerados de R1 a R17, quanto sob a ótica dos destinatários dos BO analisados, as reais dificuldades encontradas para o momento da sua lavratura. Ressaltamos que o R10, R11, R12 e R13 são o mesmo policial militar relator que, por coincidência de escala no dia do cometimento dos delitos, registrou os BO 09, 18, 22 e 31.

Enfim, de maneira geral, analisamos a previsão no Direito posto quanto à matéria ora analisada, às diretrizes institucionais da PMMG referentes à elaboração dos Boletins de Ocorrência, bem como fizemos uma análise dos BO elaborados na prática, visando estabelecer um comparativo entre aquilo que se espera/determina para que se cumpra a finalidade legal e social da produção textual do BO e os registros elaborados no cotidiano policial militar.

A fim de sustentar a pesquisa, o *corpus* consistiu em quarenta e sete (47) Boletins de Ocorrência de homicídios consumados, do ano de 2016, na cidade de Sabará, elaborados pelos policiais militares do 61º Batalhão de Polícia Militar (BPM), com o intuito de verificar a pertinência das elaborações aos propósitos esperados pela instituição PMMG, bem como aos fins necessários à persecução criminal, em âmbito do Inquérito Policial, e ao planejamento de ações e operações policiais.

Optamos também pela aplicação de questionário aos destinatários dos BO, pois, por meio deles, foi possível inferir quão determinantes foram (ou não) as informações prestadas pelos policiais militares na lavratura dos BO que compõem o *corpus* da presente pesquisa.

Além disso, os questionários foram aplicados àqueles destinatários reais dos BO e que foram responsáveis por implementar as medidas de planejamento das ações policiais, bem como por aqueles responsáveis por investigar os delitos formalizados nos BO desta pesquisa.

Foram analisados, igualmente, os questionários aplicados às autoridades de polícia judiciária e aos gestores da PMMG responsáveis pelos planejamentos no âmbito daquela Unidade de Execução Operacional, no intuito de verificar se, na prática, o gênero discursivo Boletim de Ocorrência está cumprindo a sua real finalidade.

Em seguida, foram analisados os programas das disciplinas e as ementas dos cursos de formação da PMMG que versam sobre a elaboração do Boletim de Ocorrência policial e as suas tratativas nos aspectos administrativos e operacionais da sua elaboração.

Referentemente ao aspecto analítico desta pesquisa, tal denominação se justifica no sentido de que foram analisados os dados e as informações contidos nos Boletins de Ocorrência selecionados, a fim de explicar os registros escritos dos eventos dos homicídios consumados na cidade de Sabará, no ano de 2016.

No que tange ao viés qualitativo-interpretativista da presente pesquisa, tal categorização se dá devido ao foco na análise e na interpretação dos aspectos discursivos da construção dos históricos dos Boletins de Ocorrência elaborados pelo enunciador quando do atendimento do fato classificado como homicídio consumado.

Ressalta-se a importância dos preceitos de Minayo (1992) quanto à eficiência da análise dos dados. A autora menciona três obstáculos que o pesquisador necessita superar para, como dito, alcançar eficiência na análise dos dados. A autora demonstra os possíveis problemas que podem advir da relação entre o pesquisador e o nível de proximidade dele com os dados a serem analisados. A fim de verificar tal proximidade, a título exemplificativo, buscamos demonstrar como fatores de ordem técnica, social e pessoal puderam influenciar na lavratura do BO, que é um gênero discursivo típico de um órgão da Administração Pública e assim guarda características da Redação Oficial.

Nota-se que Minayo (1992) elenca como o primeiro obstáculo a familiaridade entre o pesquisador e os dados, a ponto de levá-lo a conclusões que, na visão dele, seriam exaurientes e óbvias, ou nas palavras da autora *transparentes* e, no entanto, tratar-se-á de uma visão míope, *a priori*, e fruto de uma cognição sumária. Tal obstáculo foi nitidamente perceptível nesta pesquisa, uma vez que, devido ao fato de há anos analisar o gênero discursivo BO elaborado por policiais militares, eu tinha a visão preliminar de que a ausência das circunstâncias da narrativa detectada por mim em tais registros se devia à falta de habilidade discursiva dos policiais, sendo que, conforme o capítulo 3, o resultado desta pesquisa demonstrou a minha errônea percepção, pois ficou claro que a ausência de informações foi motivada pela falta de repasses de informações pelas testemunhas nos casos concretos e não por uma possível inabilidade discursiva do policial militar relator.

O segundo obstáculo elencado nos remete à possibilidade de o pesquisador se perder nos significados dos seus dados no sentido de até mesmo deixar de considerá-los, haja vista o tamanho envolvimento com os métodos e as técnicas utilizadas.

Minayo (1992) prossegue e menciona o terceiro obstáculo do pesquisador frente aos dados analisados e que pode resultar num comprometimento da eficiência da análise: a dificuldade de o pesquisador concatenar as conclusões que aflorarem da análise dos dados, de maneira que, caso não seja bem articulada, pode resultar num distanciamento entre a teoria e a prática da pesquisa.

Ainda com base em Minayo (1992), apresentam-se as finalidades que se complementam para a etapa da análise de dados, quais sejam: compreender os dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, bem como ampliar o conhecimento sobre o assunto em tela.

Na mesma vertente, salientam-se também os ensinamentos de Spink (2010) quanto à necessidade de desfamiliarização com os aspectos conceituais e que também possam nos servir de obstáculos à (re) construção de novos conceitos.

Porém, em que pese pregar a premente necessidade de desfamiliarização conceitual, Spink (2010) demonstra que esse novo terreno fértil de construção conceitual jamais será uma folha em branco, como se tivesse independência própria, na medida em que todo aquele arcabouço conceitual que nos induz a dele nos desfamiliarizar nos servirá de base conceitual impregnada culturalmente nas nossas possibilidades interpretativas.

Diante disso, é possível propor quase que uma teoria dos círculos concêntricos, de maneira que os novos e os antigos conceitos se mostram tão imbricados a ponto de jamais se perderem definitivamente, mas sim sofrerem mutações constantes, proporcionando-nos, cada vez, mais leituras e releituras sempre atuais e contextualizadas.

Outra construção também presente em Spink (2010) e totalmente pertinente para esta pesquisa é a dualidade criada de sujeito-objeto, o que nos conduziria às posturas epistemológicas: empirismo, idealismo e interacionismo. Spink (2010) nos mostra que, num viés empirista, a pesquisa terá como vetor o próprio objeto, o que é contraposto pelo idealismo, que nos mostra que o projeto de pesquisa deve focar no sujeito.

Noutro giro e a fim de conciliar as duas concepções expostas, temos o interacionismo, que nos mostra que o processo cognitivo só será alcançado a partir da inter-relação entre o sujeito e o objeto.

Além disso, tendo em vista o caráter discursivo e dialógico desta pesquisa apresentada e a sua sustentação nos estudos da Análise de Discurso e nos princípios do sociointeracionismo, buscamos entrelaçar as várias possibilidades de olhares acerca da linguagem, sobretudo, por se tratar de sujeitos que, pelas ações de linguagem em determinada esfera discursiva, buscam interagir com vistas a alcançar determinados fins.

Cabe assinalar que, a partir Bakhtin, a linguagem toma por base as raízes, os fundamentos e os propósitos da sociabilidade, ou seja, o cotidiano de interações entre as pessoas, que se consolidaria como o solo fértil de onde emana o fenômeno da linguagem e que, conseqüentemente, tem por desdobramento natural todos os aspectos que compõem as teorias da enunciação.

A respeito das interferências sobre o enunciador, conforme Maingueneau (1997), percebe-se que a questão discursiva é reflexamente atingida por vários elementos que operam extramuros da cena enunciativa, porém, impactam de maneira determinante na construção textual, a ponto de se concretizar numa repaginação denominada de interdiscurso.

Nota-se a complexidade do papel do enunciador no sentido de representar num texto a cena enunciativa por ele presenciada ou a ele relatada pelas partes diretamente envolvidas num BO, que têm interesses contrapostos, ou por terceiros que ali a presenciaram e que, talvez, não tenham a obrigatoriedade ou o comprometimento com a fidedignidade dos relatos.

Tendo em vista que o cerne desta pesquisa foi o processo de elaboração dos BO da PMMG e os seus reflexos na composição do banco de dados institucional, bem como nas medidas preliminares a serem adotadas pela autoridade de polícia judiciária, no âmbito do Inquérito Policial, tornou-se necessário abordarmos os conceitos de BO, assim como de Inquérito Policial.

Para o desenvolvimento desta pesquisa também foi necessário perpassar pelos conceitos de argumentação, tendo por base os ensinamentos de Aristóteles, para quem a retórica seria a seleção meticulosa das estratégias argumentativas, que seriam concretizadas pelos tipos de argumentos o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Para tanto, na construção do discurso, o autor passaria

por quatro fases da retórica, que, resumidamente, consistem na escolha dos argumentos, na sua devida organização a fim de causar o efeito persuasivo, no estilo na composição do discurso e, por fim, no discurso propriamente dito, conforme o aspecto criativo no ato da utilização de diversos recursos.

Nesse sentido, o fenômeno da linguagem deve ser analisado sob a perspectiva do enunciador, o qual, nesta presente pesquisa, é o policial militar responsável por lavrar um Boletim de Ocorrência, que é resultante de uma relação humana conflituosa, um homicídio. Diante disso, o enunciador tentará abstrair os dados e as circunstâncias essenciais de todas as informações a ele repassadas ou dos fatos por ele presenciados, sobretudo os referentes à autoria e à materialidade do crime. Ressaltamos também que o ato de relatar deve se dar de maneira profissional e ética, conforme preceitua o Código de Ética e Disciplina dos Militares no que tange ao exercício da sua função pública, porém, no ato de elaboração, não é possível se revelar impessoal.

O processo de tessitura do texto do BO, em que o enunciador é permeado por diretrizes institucionais da PMMG, por interesses conflituosos das partes diretamente envolvidas no fato em questão, por objetivos ligados à tão almejada pacificação social, assim como pela carga teórica e doutrinária acerca dos ramos do Direito, requer equilíbrio na atuação dos policiais militares e na lavratura dos gêneros correspondentes às intervenções policiais.

Para alcançar os fins pretendidos neste estudo, foram analisadas as categorias analíticas emergentes nos Boletins de Ocorrência, quais sejam as estratégias de assunção ou não de responsabilidade enunciativa, seja pela busca da impessoalidade, pelo uso do discurso direto e indireto e dos modalizadores do futuro do pretérito.

Para respaldar a nossa análise acerca dos modalizadores, temos que, para Koch (2002), os modalizadores são elementos linguísticos usados na construção do discurso e que indicariam os sentimentos e as atitudes do locutor com relação ao seu discurso.

No capítulo teórico, brevemente, mencionamos que a responsabilidade enunciativa seria o ônus por aquilo que foi dito, de forma que nos textos poderá haver ou não a assunção dessa carga de responsabilidade por aquilo que foi enunciado. A fim de assumir ou não a responsabilidade enunciativa, o enunciador adota estratégias para que haja o distanciamento daquilo que foi dito, que redundará na autoria ou não autoria do enunciado.

O gênero discursivo BO, por ser pertencente à esfera da Administração Pública, conforme exposto no capítulo 1, possui diversas características próprias no sentido de buscar preservar o necessário distanciamento pelo que foi registrado no BO, como a busca pela impessoalidade, que não é possível ser, pelo uso do discurso direto e indireto e pelos

modalizadores do futuro do pretérito, que foram percorridos, respectivamente, nas seções 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3, com embasamento, sobretudo, em Bronckart (1999).

Bronckart (1999), em seu capítulo 9, de “Atividade de linguagem, texto e discurso”, remete-nos à ideia de que as condutas humanas resultam do processo de socialização e, sendo assim, por meio do Interacionismo sociodiscursivo, a conjugação entre o viés individual e o social serve de sustentação para a construção de gêneros discursivos, de maneira que há um grau de responsabilização diante do argumento apresentado na elaboração desses gêneros. A respeito de Bronckart (1999), discorreremos mais pormenorizadamente no capítulo 3.

Buscamos também verificar se a narrativa se pautou por estratégias argumentativas que sustentarão todo o enunciado presente nos históricos dos textos que compõem o *corpus*, como nos argumentos de autoridade, haja vista que os relatos dos policiais militares são baseados nas versões a eles apresentadas, ou seja, se perceberá que o enunciador se ampara ou não em elementos narrativos apresentados pelas próprias partes envolvidas no BO ou em testemunha.

Outro aspecto relevante e que também será explorado nesta pesquisa se refere aos argumentos de autoridade presentes nos textos sob análise, haja vista que o Boletim de Ocorrência, *a priori*, configura-se um discurso propriamente do contexto policial, bem como do Poder Judiciário e do Ministério Público, de forma que analisamos como se manifestaram tais argumentos nos históricos dos Boletins de Ocorrência que compõem o *corpus* desta pesquisa, uma vez que os argumentos de autoridade se consubstanciam no fato de que o aspecto persuasivo é transferido à pessoa, em tese, especialista, que constrói o discurso, ou seja, temos na pessoa que o produz todo o elemento de validade para o discurso construído.

Analisamos também como os traços argumentativos se apresentam nos BO analisados, uma vez que há uma aparente complexidade na elaboração de gêneros em que predomina o relato, a exposição e a narração, mas que, devido à previsão institucional da PMMG, devem ser elaborados de forma impessoal. No entanto, adotamos o posicionamento de que tal pretensão é inalcançável. Nesse sentido, Ducrot (1978) diz que a língua é sempre argumentativa, de maneira que, independentemente da forma de sua expressão, ela estará arraigada por argumentos e ideias daqueles que a expressam, por meio dos seus marcadores discursivos.

A respeito do processo argumentativo, Amossy (2006) contribui com as noções de *intenção argumentativa e dimensão argumentativa*, de maneira que a *intenção argumentativa* seria estratégia de persuasão programada, como, por exemplo, um discurso eleitoral ou anúncio publicitário. Já a *dimensão argumentativa* seria a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do parceiro, como, por exemplo, uma notícia de jornal.

Então, com esteio em Amossy (2006), temos que toda argumentação é construída por meio de uma narrativa, de forma que esta serve de pano de fundo para aquela, sendo que a

argumentação considera o interlocutor não como um objeto a manipular, mas como um *alter ego* com quem compartilha a sua visão. Então, por meio da argumentação, queremos convencer um determinado auditório quanto à pertinência daquilo que está sendo dito, a fim de que esse auditório adote uma postura conforme o que e como dissemos.



### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para iniciarmos a discussão acerca dos dados, torna-se necessário retomar alguns apontamentos sobre as autoridades competentes que foram responsáveis por apresentar as respostas ora analisadas.

Preliminarmente, ressalta-se que foi aplicado um questionário a um grupo de policiais militares responsáveis pela lavratura dos Boletins de Ocorrência Policial de homicídio consumado, na cidade de Sabará, no ano de 2016, conforme a amostra analisada.

Cumpre-nos destacar que tais policiais militares, denominados relatores, são aqueles que se dirigiram aos locais dos fatos e que lá, mediante as versões apresentadas por testemunhas, autores ou denúncias anônimas, elaboraram o BO com as informações a eles apresentadas ou que, por tirocínio e/ou diligência policial, conseguiram obter em cada caso concreto.

Nesse contexto, numa remissão ao objeto desta pesquisa, temos o policial militar que, além de ocupar o papel social de personificação do Estado, tem relevante função na comunidade para reportar a diversas autoridades os fatos sociais tipificados como infração penal e, mais precisamente nesta pesquisa, como homicídios consumados, o que demonstra a responsabilidade que ele assume quanto às informações e consequências advindas da produção textual por ele elaborada.

No cenário atual, em nível nacional e até mesmo internacional, percebe-se, cada vez mais, que as relações interpessoais são gradativamente mais complexas, fundamentadas em diversos fatores, dentre eles, os de ordem econômica, familiar e social.

Numa relação lógico-temporal-processual, após a lavratura desses BO, iniciam-se os trabalhos da autoridade de polícia judiciária, denominada como polícia repressiva, a fim de se proceder às investigações necessárias e determinar a autoria e a materialidade dos delitos ora analisados e que possam subsidiar o órgão ministerial para que ele exerça a sua *opinio delicti*<sup>5</sup>.

Além disso, conforme já discorrido na seção 1.4 do capítulo 1 da presente pesquisa e o armazenamento de dados possibilita que os órgãos de defesa social de cunho preventivo planejem as estratégias e as ações de combate à criminalidade.

Portanto, com as informações relatadas no BO, o chefe da seção de planejamentos possui informações quantitativas e qualitativas que o levam a planejar as operações policiais com base estatística e com alocação racional dos recursos humanos e logísticos.

---

<sup>5</sup> Significa opinião a respeito do delito. Parte-se da ideia de que, para o Ministério Público oferecer denúncia, é necessário que ele tenha minimamente suspeita da existência do delito e de sua autoria.

Por fim, temos que os questionários foram aplicados aos relatores dos homicídios consumados, na cidade de Sabará, em 2016, bem como ao Chefe da Seção de Planejamentos do 61º BPM, que é a Unidade policial militar responsável pela área na qual tais delitos foram cometidos. Além disso, foi aplicado um questionário ao Delegado da Polícia Civil daquela área, ao qual incumbe a investigação desses delitos e que tem como ponto inicial o BO lavrado pelo policial militar, que ora está sob análise.

Salienta-se que, em que pesem as tentativas, não se obteve o retorno do questionário aplicado ao Delegado da Polícia Civil, de forma que a análise se cinge tão somente ao questionário dos policiais militares e do Chefe da Seção de Planejamentos do 61º BPM que, gentilmente, contribuíram para a presente pesquisa.

Conforme já mencionado na presente pesquisa, no período de 2016, foram registrados quarenta e nove (49) BO de homicídios consumados, em Sabará/MG, sendo que, dentre eles, quarenta e sete (47) foram lavrados pela PMMG, e foram o objeto de análise.

### **3.1 As categorias analíticas**

A presente pesquisa focalizou a análise nas categorias analíticas: a) as estratégias de impessoalidade; e b) os modalizadores de responsabilidade enunciativa.

Assim como em toda comunidade linguística específica, a elaboração de gêneros discursivos entre os policiais militares da PMMG tem suas particularidades, valendo-se de estratégias argumentativas, expressões e termos próprios.

Apresentamos a concepção de polifonia de Ducrot (1987), que traz a função de complementaridade do conceito de dialogismo, haja vista a incompletude para preencher essa trilha lacunosa. Ducrot nos apresenta distinções entre locutor e enunciador, o que é fundamental para esta pesquisa, uma vez que, muitas vezes, teremos o policial militar diretamente envolvido num fato que será relatado posteriormente por ele e, algumas outras vezes, o policial militar, no ato de lavratura de um BO, restringir-se-á às versões a ele apresentadas. Nesse sentido, buscaremos analisar a polifonia devido ao fato de que, por meio do policial militar relator, estarão presentes diversas vozes permeando todo o discurso.

Iniciamos a análise pelas categorias analíticas que compõem as estratégias de impessoalidade utilizadas nos registros dos BO examinados, com amparo nas estratégias do discurso direto e indireto.

Analisamos também o uso da 1ª e 3ª pessoas do discurso no que se refere ao agenciamento da responsabilidade enunciativa, por meio de vozeamentos, tendo por base

Ingedore Koch (2002), e por meio de modalizadores, tais como o futuro do pretérito utilizado nos textos analisados.

### *3.1.1 As estratégias de impessoalidade*

Conforme discorrido até o momento, a elaboração de gêneros discursivos por órgãos públicos, como decorrência da própria atividade estatal, é permeada por traços e aspectos da Redação Oficial.

Como é sabido, a comunicação é algo imprescindível nas relações humanas e, dessa forma, ela pode se manifestar de diversas maneiras seja pela escrita, seja por sons, por gestos, pela forma oral etc. Diante disso, na visão bakhtiniana, há essa plúrima forma de manifestações devido às diversas esferas nas quais os seres humanos, seja por demandas pessoais, sociais ou acadêmicas, interagem com os inúmeros segmentos da vida humana.

Isso posto, pela variabilidade das demandas das atividades humanas, a utilização da língua também se apresenta de maneira diversa, a fim de cumprir o seu papel de interação social.

Por consequência, cada utilização da língua deve ser convergente com as necessidades das pessoas que compõem um determinado grupo ou uma determinada esfera da atividade humana. Então, diante das peculiaridades de utilização da língua, a fim de cumprir uma finalidade social numa dada esfera da vida humana, temos as manifestações dos enunciados por meio dos gêneros discursivos que, no caso da pesquisa em foco, se trata do BO-PMMG.

Nesse aspecto, por exemplo, uma comunidade acadêmica, que tem finalidades próprias e é integrada por pessoas determinadas, manifesta-se sob condições também peculiares, que são denominadas como gêneros discursivos.

A PMMG, órgão integrante do Poder Executivo do Estado de MG, ao proferir seus atos normativos e documentos de forma geral, age sob o viés de Administração Pública e, dessa forma, possui enunciados “relativamente estáveis” dentro da esfera da Administração Pública, tendo em vista as finalidades que pretendem alcançar.

Além disso, mesmo dentro da própria PMMG, há gêneros específicos para cumprir os objetivos da comunicação interna que também possuem esquemas “relativamente estáveis”, conforme a comunidade linguística da PMMG, no proferimento de seus atos comunicativos, logicamente permeados pelos princípios da Administração Pública e, dessa forma, inafastáveis dos aspectos da Redação Oficial. Então, nota-se que as comunidades linguísticas comungam dos mesmos gêneros, haja vista que a elaboração deles se dá mediante as mesmas condições de produção e a fim de atingir as mesmas finalidades.

Porém, em que pesem os gêneros próprios de uma dada comunidade linguística, como, por exemplo, a PMMG, que, por meio de seus integrantes, produz gêneros diversos, a fim de cumprir as finalidades institucionais, não há de se relegar, conforme Bakhtin, que não há gênero sem estilo, podendo esse ser entendido como os recursos linguísticos que conferem maior ou menor adjetivação, sintaxe, uso de termos de determinadas áreas, linguagem figurada etc., ou seja, pode refletir a subjetividade do falante ou daquele que escreve.

Diante disso, temos que, mesmo diante de um gênero BO, que tem como característica marcante na sua definição um formulário predeterminado e com diversas diretrizes institucionais, a fim de nortear a elaboração do referido gênero, ainda assim será indissociável a subjetividade do policial militar que o escreveu, haja vista os fatores de influência de produção.

Destaca-se que é nesse contexto que um policial militar elabora os textos em razão da sua função pública. Ou seja, muito além dos aspectos discursivos, a produção textual de um policial militar perpassa aspectos jurídicos de direitos e deveres dos administrados e, numa macrovisão, pode comprometer a identidade e a imagem da Instituição PMMG, bem como os aspectos disciplinares e criminais nos quais o agente público poderá estar incurso. Diante disso, notamos que a preocupação institucional da PMMG se pauta em qualificar os seus profissionais para a produção de textos baseados nos aspectos da impessoalidade, mas reforçamos que o nosso posicionamento é que essa característica não é possível de se alcançar.

Observa-se, pelos anexos referentes aos programas de disciplina, que uma das temáticas desenvolvidas nos mais diversos cursos de formação e/ou atualização ministrados pela PMMG, é justamente a Redação Oficial que, dentre outras, preconiza e valoriza a característica da impessoalidade, que se dá em virtude de imposição normativa e legal comum a todos os gêneros da esfera da Administração Pública.

A respeito da característica da impessoalidade, típica dos gêneros discursivos oficiais, Gonçalves (2019) menciona:

O tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre da ausência de impressões individuais de quem comunica; da impessoalidade de quem recebe a comunicação; do caráter impessoal do próprio assunto tratado. Assim, não se utiliza tom pessoal ou particular no texto oficial.

As análises, os pareceres e as conclusões, admitidos em alguns gêneros textuais, não podem deixar transparecer o sentimento ou a impressão individual do redator. Em razão disso, devem ser coerentes com o contexto em que se dá a produção - o que inclui os objetivos do gênero, o ambiente em que é produzido, as funções exercidas pelo redator e pelo destinatário -, assim como com a motivação, a fundamentação e as informações disponíveis sobre o evento tratado no texto (GONÇALVES, 2019, p. 13).

Torna-se imperiosa a distinção clara existente entre neutralidade e impessoalidade. A neutralidade se refere a algo inalcançável, uma vez que remonta ao plano do mundo ideal, pois exigiria que o policial militar se mantivesse em situação exterior às circunstâncias para as quais é demandado a intervir.

Nessa medida, na formação dos policiais militares, em situações de elaboração de textos e atuações operacionais, não se visa à neutralidade, pois, como dito, seria impossível de se alcançar, devido à própria essência humana da socialização, que dispõe de uma série de conhecimentos prévios decorrentes das experiências situacionais vividas, presenciadas ou adquiridas por formação ou como resultado da vivência.

Orlandi (2012) afirma que o texto é “uma dispersão do sujeito”, a fim de demonstrar as diversas posições que o sujeito assume quanto ao aspecto textual, de maneira que, para ela, o sujeito é constituído por essa heterogeneidade que o permeia e não simplesmente atrelado a categorizações abstratas.

Busca-se a formação de policiais militares que atuem com certa impessoalidade na elaboração dos gêneros discursivos próprios da profissão, assim como na atuação de maneira geral, porém, como já dito, o estilo na elaboração do gênero é permeado pela subjetividade do sujeito frente ao outro, de forma que a almejada impessoalidade pode até ser alcançada, no entanto, a neutralidade jamais será atingida.

Nessa problemática, a impessoalidade, assim como a neutralidade são inalcançáveis.

É nesse contexto que se desenvolvem as formas de impessoalidade necessárias aos gêneros discursivos da PMMG, de forma que dos policiais militares é exigida uma postura imparcial, por atuarem em nome do Estado.

Nesse sentido, a fim de aclarar acerca da distinção entre impessoalidade e neutralidade, emprestam-nos, de forma interdisciplinar, tais conceitos os ramos do Direito.

Em que pese serem feitas menções às funções de Magistrados, o mesmo se aplica às funções dos policiais militares, tanto no momento da atuação, quanto no momento da elaboração das decisões por parte dos juízes, assim como pelos registros de BO por parte dos policiais militares.

Conforme Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco (2010), temos a representação da necessária equidistância dos agentes públicos no exercício das funções públicas que lhes são afetas:

As atividades do Estado são exercidas através de pessoas físicas, que constituem seus agentes, ou seus órgãos (o juiz exerce a jurisdição, complementada sua atividade pelas dos órgãos auxiliares da Justiça). E, como essas pessoas não agem em nome próprio, mas como órgãos do Estado, a sua imparcialidade é uma exigência da lei (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2010, p. 150).

O juiz, por força de seu dever de imparcialidade, coloca-se entre as partes, mas equidistante delas: ouvindo uma, não pode deixar de ouvir a outra; somente assim se dará a ambas a possibilidade de expor suas razões, de apresentar suas provas, de influir sobre o convencimento do juiz. Somente pela soma da parcialidade das partes (uma representando a tese e a outra, a antítese) o juiz pode corporificar a síntese, em um processo dialético (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2010, p. 61).

Além disso, a CRF/1988, art. 37, *caput*, traz os princípios da Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, **impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Pelas citações anteriores, percebemos que o Estado tem a sua vontade expressa por meio das atuações dos agentes públicos que compõem a sua estrutura administrativa, de forma que, seja um juiz ou um policial militar ou outras autoridades públicas, tais integrantes, quando do exercício da função pública, agem em nome do órgão a que estão vinculados, de forma que uma possível responsabilização por uma conduta ilegal de um agente público, no exercício da função, primeiramente o ente federativo a que pertence é que será acionado judicialmente, por meio da responsabilidade civil objetiva do Estado, prevista no art. 37, §6º, da CRF/1988, conforme abaixo:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos **danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros**, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa (BRASIL, 1988, grifo nosso).

No mesmo sentido, sustentando a distinção entre impessoalidade e neutralidade, reafirmando que esta, de forma absoluta, é inalcançável, temos Ramiro (2005), que diz:

Direito contém em seu bojo inúmeros princípios que devem ser respeitados, bem como possível se encontrar no ordenamento jurídico inúmeros dogmas, assim como o princípio da segurança e certeza jurídicas, por exemplo. Tais princípios devem ser observados pelo aplicador do Direito, contudo, no que se refere à sua atuação, vigora em nosso ordenamento jurídico instrumental o princípio da imparcialidade do juiz [...]. Não obstante, o princípio da imparcialidade do juiz é por vezes confundido, quiçá propositalmente, com a neutralidade absoluta do julgador no momento de decidir o litígio (RAMIRO, 2005, p. 1).

**A imparcialidade não deve ser confundida com a neutralidade absoluta do julgador**, tendo em vista que a primeira se liga às partes como tais e ao objeto do processo. Não obstante, nessa linha de raciocínio, no ponto posterior, discutiu-se a neutralidade. Como fundamento para o argumento, aqui objetivado, de que a **neutralidade plena do jurista e do julgador não se sustentam face à condição humana do magistrado**, valemo-nos das lições de Hilton Japiassu a respeito da teoria das ciências, bem como se chegou à conclusão de que é impossível um magistrado neutro como uma máquina, ou seja, sem sentimentos, apolítico e acrítico, alheio a

todos os acontecimentos sociais, haja vista que o juiz está inserido na sociedade (RAMIRO, 2005, p. 1 e 2, grifo nosso).

Não obstante, a ideia de um juiz imparcial ou a ideia de um técnico neutro é a mesma ideia que se tem de Estado (RAMIRO, 2005, p. 4).

O princípio da imparcialidade do juiz, ou mesmo, a imparcialidade como é entendida, ou melhor, pretendida, como ideia de um técnico conhecedor do ordenamento jurídico e neutro na realização de todos os seus atos, não pode ser confundida com a neutralidade absoluta, ou seja, não pode ser confundida com uma neutralidade axiológica total (RAMIRO, 2005, p. 5).

Neutralidade do julgador é, muitas vezes, entendida como imparcialidade, como já foi afirmado precedentemente.

Todavia, judiciousa se faz à lição de Hilton Japiassu, quando este, discutindo as teorias científicas, afirma que em epistemologia: discute-se contemporaneamente a pretensa neutralidade do conhecimento científico. A ciência seria neutra na medida em que é factual, descritiva, isto é, preocupa-se com a descrição e a explicação dos fenômenos, sem emitir juízos de valor, sem fazer prescrições. Porém, deve-se reconhecer que o conhecimento científico, situado em um contexto histórico-social, corresponde a interesses, valores, preconceitos, dos próprios indivíduos e grupos que produzem esse conhecimento e da sociedade que os aplica e utiliza. A ciência não estaria assim imune a elementos ideológicos, não poderia ser neutra (RAMIRO, 2005, p. 7).

Não obstante a posição de Ramiro (2005) e a *Teoria do Órgão*<sup>6</sup>, sobre a maneira como a atuação do agente público vincula o Estado, que não discorreremos por fugir ao objeto desta pesquisa, temos que a afirmação desse autor quanto à ausência de vontade do agente público durante a sua atuação não se coaduna com a ideia central reflexiva deste trabalho. Ressaltamos que nos posicionamos no sentido de que reconhecemos a distinção entre impessoalidade e neutralidade, uma vez que é impossível se blindar de toda e qualquer influência, ou seja, é impossível ser neutro. No entanto, nessa problemática frisamos que não é possível ser impessoal.

Além disso, demonstramos que, pela condição humana do agente público, não é possível que ele se blinde de todas as influências dos mais diversos fatores que permeiam a sua vida social, profissional ou acadêmica, uma vez que seria utópico pensarmos na neutralidade absoluta, haja vista que, conforme exposto por Ramiro (2005), há muitos valores e interesses individuais e sociais que impactaram diretamente na atuação do agente público.

No ato da elaboração dos gêneros discursivos na comunidade discursiva da PMMG, muito se nota a presença do discurso direto e do discurso relatado, a fim de se atingir a mencionada impessoalidade. Além disso, tendo por finalidade convencer os enunciatários do BO, o enunciador deverá se valer de diversos mecanismos linguísticos para persuadir as variadas autoridades que terão acesso ao BO.

---

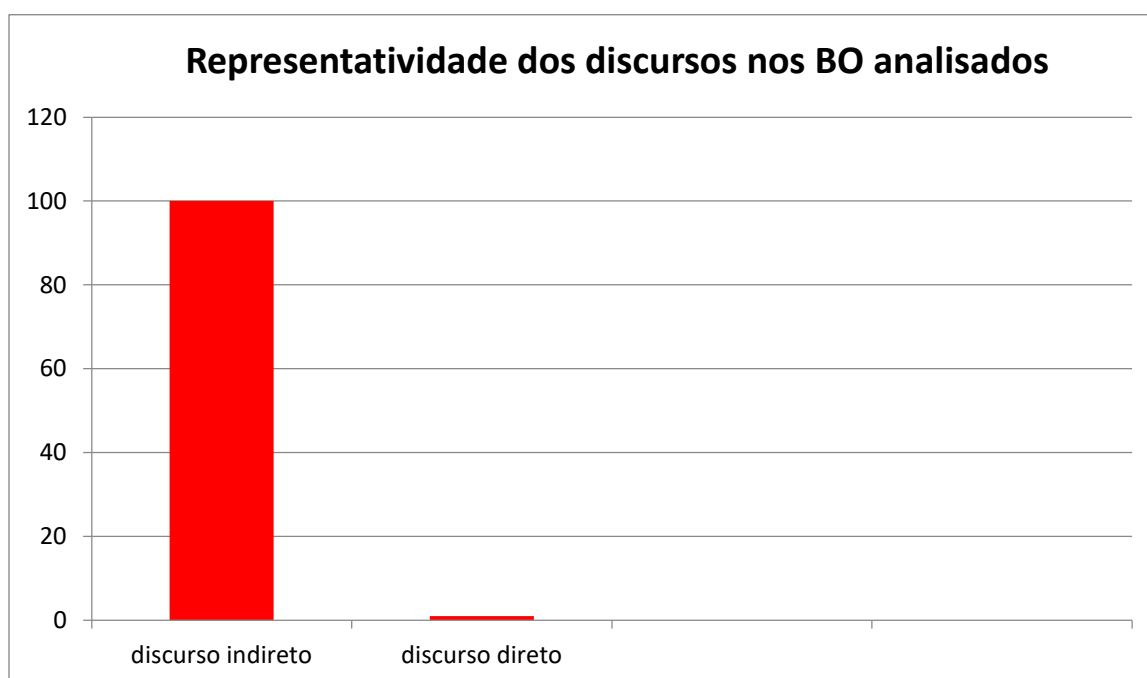
<sup>6</sup> Teoria amplamente aceita pela doutrina e jurisprudência brasileiras e assenta as suas bases na ideia de que a pessoa jurídica manifesta a sua vontade por meio de seus órgãos, de forma que a atuação dos respectivos agentes significa a própria atuação do Estado e, conseqüentemente, imputa a ele a responsabilidade.

Tendo em vista as características próprias do gênero discursivo BO, as marcas linguísticas que poderão surtir tal efeito nos enunciatários seriam orações com verbos modais (*dever, poder, ter de ...*), verbos no futuro do pretérito, assim como os inúmeros operadores argumentativos, como, por exemplo, as conjunções, a fim de conferir a construção de sentido: *mas, contudo, porém, entretanto, uma vez que*, etc. Além disso, os próprios sinais de pontuação, como interrogações, exclamações, aspas duplas etc. visam atingir tal finalidade.

Na análise dos BO, notou-se que há uso mais recorrente do discurso indireto do que do discurso direto, sendo o discurso direto marcadamente determinado pelo uso de aspas e o discurso indireto, por meio de verbos e expressões como, por exemplo: *Segundo a vítima .... ; A vítima nos relatou que ....; As testemunhas nos disseram que .... etc.*

Conforme exposto, na análise dos BO registrados de homicídio consumado, no ano de 2016, na cidade de Sabará/MG, houve o uso recorrente do discurso indireto, de acordo com o Gráfico 01, que se segue:

**Gráfico 1 - Representatividade do uso do discurso direto e indireto nos BO analisados**



**Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

Conforme percebemos no Gráfico 1, em todos os 47 BO analisados houve o uso do discurso indireto para reportar que a versão apresentada não é atribuída ao relator, mas sim a um enunciador reportado.

O fenômeno percebido da preponderância do discurso indireto está diretamente atrelado à instância formativa dos policiais militares, uma vez que, nos cursos de formação, pelo que

percebemos nos programas de disciplina apresentados no capítulo 1, tal estratégia linguística é constantemente ministrada pelos docentes do educandário militar da PMMG.

Por outro lado, a mínima incidência do discurso direto nos 47 BO analisados, ou seja, apenas 1% (somente no BO 16), não pode ser atribuída a uma possível deficiência linguística dos enunciadores, mas sim também à instância formativa, haja vista que os policiais militares, durante os cursos de formação, são devidamente instruídos a utilizar o discurso direto nos delitos que comportam uma carga valorativa extremamente subjetiva do ponto de vista da vítima, como, por exemplo, nos delitos de ameaça, nos quais as pessoas possuem critérios diversos para se sentir ameaçada. Nesse sentido, caso um indivíduo se aproxime de outro indivíduo e profira as seguintes palavras “*você não verá o sol nascer amanhã*”, algumas pessoas se sentirão ameaçadas de morte; outras não necessariamente terão a mesma percepção de ameaça, ou seja, há uma enorme carga valorativa subjetiva no que foi proferido e que, apenas no caso concreto, será possível aferir a real intenção de o indivíduo proferir esses dizeres.

O fato de apenas um dos 47 BO apresentar uma passagem representada por discurso direto “*tá vendo José. Eu disse que ia vim cobrar vacilo*”, conforme vimos no Gráfico 1 e na Tabela 15, pode ser em função da necessidade de trazer a própria voz do enunciador no momento em que proferiu o enunciado. Cabe assinalar que o próprio gênero elaborado e o delito perpetrado possibilitam o agenciamento da voz dos indivíduos envolvidos (testemunha, acusado/suspeito ...). O contrário seria facilmente percebido, caso fossem analisados BO do delito de ameaça, bem como do delito de resistência, pois nos referidos delitos, a fim de repassar ao Delegado de Polícia Civil o que realmente aconteceu no fato concreto, os policiais militares utilizam-se do discurso direto para dar fidedignidade ao que foi proferido.

Authier-Revuz (1990) nos mostra que há um diálogo com o discurso do outro que faz parte da interlocução, que é o destinatário, assim como também há um diálogo do discurso com outros discursos, de forma que se identifica um nexo entre locutor e interlocutor e na própria interdiscursividade.

Diante do exposto, nota-se quão permeada por outros discursos é a elaboração do BO, o que se revela pela presença, no gênero em questão, de marcas do discurso direto, do discurso indireto ou até mesmo pelo uso de aspas.

Para Koch (2007), nos textos são apresentados “índices” que caracterizam a presença de outra voz, como, por exemplo, os operadores argumentativos, os marcadores de pressuposição, o futuro do pretérito como metáfora temporal e o uso de aspas.

A fim de demonstrar a interação estabelecida do discurso e corroborar a ideia da inalcançável neutralidade e impessoalidade no plano discursivo, Authier-Revuz (1990) nos salienta que:

as palavras são sempre “as palavras dos outros [...] nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente carregada, ocupada, habitada, atravessada pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada”. Podemos afirmar, a partir desse contexto, que nossa palavra traz sempre a perspectiva da outra voz e que, ao dizer, o locutor estabelece um diálogo com o discurso do interlocutor, não como um simples decodificador, mas como a imagem de um contradiscurso (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26).

Além da heterogeneidade mostrada marcada, a heterogeneidade mostrada e não marcada também se faz presente na lavratura do gênero BO, pois, indubitavelmente, ainda que de forma implícita, os relatores do BO sofrem influência do caso concreto. De igual forma, o gênero BO também se mostra atravessado pela heterogeneidade constitutiva, uma vez que, por meio dela, se materializam, em tal gênero, outras vozes subjacentes ao texto lavrado, pois a noção de formação discursiva tem que ser pensada como formação ideológica, como formação discursiva de direita, formação discursiva de minorias, formação discursiva de esquerda etc.

Quando analisamos o *corpus* da presente pesquisa, tornou-se perceptível, por meio de certos recursos linguísticos (uso de terceira pessoa, discurso indireto, discurso direto etc., conforme apresentado nos Quadros 3, 5, 6 e 8) a possível intenção dos enunciadores em se eximirem do conteúdo das informações prestadas.

### 3.1.2 Os modalizadores agenciadores da responsabilidade enunciativa

A segunda categoria analisada na presente pesquisa foi o uso de modalizadores do futuro do pretérito como forma de mostrar a responsabilização enunciativa, conforme Bronckart (1999).

De acordo com o referido autor, os textos se apresentam como produções sociais, sobretudo no que tange às condições da produção. Ao mesmo tempo, Bronckart (1999) estuda a estrutura interna dos textos que, dentre outros aspectos, compõe-se de tipos de discurso.

Referentemente aos aspectos estruturais do texto, Bronckart (1999) nos mostra a infraestrutura geral de um texto como representativa dos mundos discursivos conjuntos ou disjunto, implicados ou autônomos quanto à ação da linguagem. Essa descrição dos parâmetros do texto do autor se assemelha ao que é proposto no momento da formação dos policiais militares que se preparam para agir por meio dos BO, uma vez que salientamos, no curso de Redação Operacional, a estruturação interna dos textos, a saber: infraestrutura geral, mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos.

Em suma, temos que a infraestrutura geral apresentada pelo referido autor trata dos “mundos discursivos” em relação à linguagem, que são: “mundo do EXPOR implicado”;

“mundo do EXPOR autônomo”; “mundo do NARRAR implicado”; e ‘mundo do NARRAR autônomo’.

No desenvolvimento dessa conceituação da estrutura textual, Bronckart (1999) chega às concepções dos mecanismos textuais e aos mecanismos enunciativos, sendo estes caracterizados como a evolução do conteúdo temático e aqueles, caracterizados como conexão e coesão nominal, assim como a coesão verbal.

Diante do exposto, ressalta-se que o “mundo do EXPOR implicado”; ‘mundo do EXPOR autônomo’ estão relacionados ao dito “discurso interativo”, conjunto e implicado e ao “discurso teórico”, conjunto, mas autônomo.

Já os mundos discursivos do “NARRAR implicado” e “NARRAR autônomo” são o “relato interativo”, disjunto, mas implicado e a “narração”, disjunto e autônomo.

Esses conceitos nos mostram o que Bronckart (2003) chama de *mundo ordinário*, sendo este representado pelo mundo criado pelos seres humanos e *mundos discursivos*, que são os mundos criados pela linguagem em atividade.

Diante do exposto, quando o texto é construído de maneira alheia às interações sociais, teremos o mundo do NARRAR; do contrário, quando o texto é construído em consonância com as interações sociais, teremos o mundo do EXPOR.

Já a outra divisão apresentada por Bronckart (1999) se refere aos *mundos do narrar e do expor implicado e autônomo*, sendo que este é quando um texto não estabelece relações de tempo, lugar físico, momento de produção com aquele que o produziu, ou seja, não há relação com os parâmetros físicos da ação da linguagem. Já aquele (implicado) é quando um texto estabelece tais relações.

Diante dos conceitos propostos por Bronckart (1999), percebemos que os BO registrados e analisados nesta pesquisa integram o mundo do EXPOR, uma vez que a elaboração do referido gênero discursivo está totalmente atrelada às interações sociais, àquele denominado por Bronckart (2003) de *mundo ordinário*, devido ao fato de decorrerem de acontecimentos concretos das relações interpessoais.

No *corpus* analisado, percebemos que, conforme o Quadro 2, nos BO registrados, houve a incidência tanto do expor implicado, quanto do expor autônomo, uma vez que a produção discursiva nos BO às vezes demonstrou os parâmetros físicos da ação da linguagem, por meio de elementos dêiticos e outros.

**Quadro 2 - Representações de trechos dos BO com exposições do mundo do EXPOR implicado**

<b>SEQ.</b>	<b>TRECHO</b>	<b>PARÂMETRO</b>
REDS 2016-004418678-001	APÓS OS TRABALHOS DO PERITO E RABECAÇÃO, O IRMÃO DE XXX CHEGOU NO LOCAL E <b><u>NOS LEVOU ATÉ A RESIDÊNCIA</u></b> DE XXX E <b><u>LÁ</u></b> SEU IRMÃO CONSTATOU QUE A MOTOCICLETA DO SEU IRMÃO ESTAVA EXTRAVIADA E NÃO <b><u>SABEMOS</u></b> O PARADEIRO DESTA MOTOCICLETA, POIS SE TRATAVA DE LOCAL ERMO E NÃO HAVIA TESTEMUNHAS	Pronominalização Desinência 1ª pessoa Lugar
REDS 2016-027107783-001	EMPENHADOS PELO COPOM <b><u>COMPARECEMOS</u></b> AO LOCAL DO FATO ONDE HAVIA DENÚNCIA DE UM HOMICÍDIO. NO ENDEREÇO MENCIONADO <b><u>DEPARAMOS</u></b> COM UM HOMEM DE ESTATURA MEDIANA, MAGRO, PARDO CAÍDO E JÁ SEM VIDA. O SR. XXX APRESENTOU-SE NO LOCAL E RECONHECEU A VÍTIMA (SR. XXX) E QUE SEGUNDO A ESPOSA DA VÍTIMA, SRA XXX, ELE SAIU PELA MANHÃ PARA COMPRAR PÃO, E NO MOMENTO QUE RETORNAVA, FOI ALVEJADO	Desinência 1ª pessoa
REDS 2016-003406951-001	<b><u>ADIANTO-VOS</u></b> QUE A PERITA XXX RECOLHEU NO LOCAL DO CRIME EM PODER DA VÍTIMA, UMA CHAVE DO VEICULO CORSA, PLACA XXX E TAMBÉM O DUT DELE E 02 CÁPSULAS	Desinência 1ª pessoa
REDS 2016-016723800-001	ACIONADOS VIA COPOM <b><u>COMPARECEMOS</u></b> AO ENDEREÇO MENCIONADO, ONDE EM CONTATO COM AS TESTEMUNHAS QUE PRESENCIARAM O FATO ARROLADAS EM CAMPO PRÓPRIO, RELATARAM QUE DOIS HOMENS NÃO IDENTIFICADOS ESTATURA MEDIANA ENCAPUZADOS ROMPENDO OBSTÁCULOS ARROMBANDO UM PORTÃO DE GRADE E DUAS PORTAS NO INTERIOR DA CASA PORTANDO CADA UM DELES UMA ARMA DE FOGO	Desinência 1ª pessoa
REDS 2016-016723800-001	JÁ NO INTERIOR DA RESIDÊNCIA <b><u>NOS DEPARAMOS</u></b> COM O A VITIMA CAÍDA AO SOLO SENDO QUE COMPARECEU AO LOCAL O PERITO XXX QUE APÓS SEUS TRABALHOS CONFIRMOU QUE A VITIMA FOI ALVEJADA NA REGIÃO DA CABEÇA, JOELHO ESQUERDO E TÓRAX, E TAMBÉM FOI RECOLHIDO POR ELE UMA CÁPSULA SEMELHANTE AO CALIBRE 380, EM SEGUIDA LIBEROU O CORPO PARA SERVIÇO DE REMOÇÃO FOX 06 PLACA XXX AGENTE XXX.	Desinência 1ª pessoal
REDS 2016-019845840-001	" <b><u>COMPARECEMOS</u></b> AO LOCAL SUPRA, ONDE SEGUNDO DENÚNCIA, HAVIA OCORRIDO VÁRIOS DISPAROS DE ARMA DE FOGO. EM CONTATO COM O SR. XXX, ESTE NOS RELATOU, QUE AO DESLOCAR DO CENTRO DA CIDADE (SABARÁ) PARA RESIDÊNCIA DELE, DEPAROU COM O SEU PRIMO XX, O QUAL, LHE PEDIU UMA CARONA, DIZENDO PARA LEVÁ-LO PARA CASA, JÁ QUE AMBOS MORAM EM BAIROS PRÓXIMOS E VIZINHOS (MORRO SÃO FRANCISCO / CAIEIRAS) SENDO ESTE PEDIDO ACEITO NORMALMENTE.	Desinência 1ª pessoal
REDS 2016-023571542-001	<b><u>DESLOCAMOS ATÉ A RESIDÊNCIA DO JOSÉ E NÃO OLOCALIZAMOS, SENDO INFORMADOS</u></b> POR SUA GENITORA QUE ELE HAVIA SAÍDO NA PARTE DA MANHA DE CASA E <b><u>ATÉ AQUELE MOMENTO</u></b> NAO HAVIA RETORNADO	Pronominalização Desinência verbal Tempo
REDS 2016-000592418-001	<b><u>EM DETERMINADO MOMENTO, O COPOM NOS REPASSOU</u></b> QUE O AUTOR HAVIA LIGADO PARA O 190, DANDO A SUA LOCALIZAÇÃO, PEDINDO QUE UMA VIATURA DESLOCASSE ATE A RUA BEIRA LINHA PARA QUE ELE SE ENTREGASSE.	Tempo Desinência verbal

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Observando o Quadro 2, percebemos que foram recorrentes as estratégias agenciadas pelos policiais militares ligadas ao mundo do EXPOR implicado, nos BO que compõem o *corpus*, provavelmente para demonstrar o engajamento dos enunciadores ao contexto discursivo e à cena descrita.

Por ser um gênero da esfera administrativa é necessário que o BO atenda a várias características da Redação Oficial, o que pode também explicar a não implicação ao dito.

Repisamos que o fato de o policial militar lavrar o registro mediante as versões apresentadas não lhe tolhe a capacidade criativa na lavratura do BO, devendo essa ser entendida como traços da subjetividade não no sentido de inserir/omitir fatos que devam constar do registro, sob pena de responsabilização criminal, em tese.

Conforme Silva e Rodrigues (2018):“Quando o locutor enunciador não assume a responsabilidade enunciativa, estamos diante de um quadro mediativo. Conforme Guentchéva (2011), essa escolha do locutor enunciador é marcada na língua (SILVA; RODRIGUES, 2018, p. 38).

As mencionadas autoras, no artigo referenciado, buscaram identificar e analisar os aspectos da responsabilidade enunciativa e mediatividade em depoimentos de duas testemunhas nos crimes de estupro de vulnerável e atentado violento ao pudor.

Ainda segundo Silva e Rodrigues (2018), a responsabilidade enunciativa, por elas denominada de RE, pode ser assim explicada:

A RE, que pode ser individual ou coletiva, é compreendida como a (não) assunção por determinadas entidades ou instâncias acerca do que é enunciado, ou na atribuição de alguns enunciados a certas instâncias (SILVA; RODRIGUES, 2018, p. 39).

Diante do exposto, o papel do policial militar relator de Boletins de Ocorrência é no sentido de levar ao conhecimento das autoridades competentes a notícia de um crime, para que sejam adotadas as medidas pertinentes a cada delito, porém esse registro enfatiza as versões que são apresentadas aos policiais. Por isso percebemos, nos BO analisados, a não assunção, em regra, da responsabilidade enunciativa pelos registros por ele lavrados.No entanto, conforme observamos nesta pesquisa, localizamos trechos nos históricos dos BO analisados que indicaram a assunção da responsabilidade enunciativa, demonstrando excepcionalidades à mencionada regra, de acordo com o exposto no Quadro 4.

Consequentemente, o relator do BO assumirá o papel da mediatividade, uma vez que a lavratura do BO se dá mediante versões a ele apresentadas ou até mesmo por inferência em relação àquilo que a ele é relatado.

Conforme Silva e Rodrigues (2018), Adam (2011) trata indistintamente a responsabilidade enunciativa e os pontos de vista. Ou seja, há uma relação de sinonímia entre esses termos, sendo que, na presente pesquisa, utilizaremos tão somente a expressão “responsabilidade enunciativa”.

Adam (2011), citado por Silva e Rodrigues (2018), traz-nos um conceito essencial para a presente pesquisa, que é a noção de sequências narrativas, haja vista a interrelação que se pode criar com os históricos dos BO lavrados pelos policiais e quanto à categoria da responsabilidade enunciativa.

Segundo Silva e Rodrigues (2018), Adam (2011) salienta que a noção de sequência narrativa se compõe de

unidades estruturais relativamente autônomas, que integram e organizam macroproposições, que, por sua vez, combinam diversas proposições, podendo a organização linear do texto ser concebida como o produto da combinação e da articulação de diferentes tipos de sequências. O autor define cinco tipos de sequências básicas: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal, sendo que estas podem ser combinadas em um texto (encaixamento hierárquico, mesclas etc.) para que, através dessa diversidade e da diversidade das modalidades de organização, ocorra a heterogeneidade composicional dos textos.

Sobre a sequência narrativa, Adam (2011) faz um percurso histórico (Aristóteles, Propp, Greimas, Labov etc.) para mostrar que a ideia básica desses trabalhos é que, embora cada história contada mobilize personagens implicados em acontecimentos organizados no eixo do sucessivo, só pode ser entendida como sequência narrativa se a organização é sustentada por um processo de intriga, que consiste na seleção e organização dos acontecimentos para formar um todo completo, com início, meio e fim (SILVA; RODRIGUES, 2018, p.40 e 41).

Ao analisar os BO que compõem o *corpus* da presente pesquisa, e o BO lavrado pela PMMG de maneira geral, observamos a produtividade do conceito de sequência narrativa trazido por Adam (2011), pois a lavratura do BO fará menção (pelo menos deveria fazer) a eventos de defesa social que, numa relação lógico-contextual-temporal, o policial militar relator terá o desafio de criar esse todo harmônico durante a escrita de um BO, sem incorrer numa infração penal e/ou administrativa, e que uma das estratégias para isso é exatamente a não assunção da responsabilidade enunciativa.

Nos BO analisados na presente pesquisa, como já dito, há nitidamente preponderância da não assunção pela responsabilidade enunciativa.

No quadro abaixo, apresentamos as marcas de não-assunção da responsabilidade enunciativa mais recorrentes nos BO analisados (mediatividade):

**Quadro 3 - Marcas de não assunção de responsabilidade enunciativa**

<b>BO</b>	<b>TRECHOS DE BO</b>	<b>ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS</b>
REDS 2016- 007875919- 001	O Sr. (Sra.) <b><u>relatou que</u></b> ...;	Discurso indireto – 3ª pessoa
REDS 2016- 008501059- 001	A perícia compareceu ao local e, <b><u>segundo a perita ..., foram ... disparos de arma de fogo</u></b> ...;	Discurso indireto – 3ª pessoa
REDS 2016- 004071407- 001	Em contato com as pessoas que estavam no local, <b><u>as testemunhas disseram que dois indivíduos numa motocicleta foram os responsáveis pelos disparos</u></b> ...;	Discurso indireto– 3ª pessoa
REDS 2016- 000512401- 001	<b><u>Segundo denúncia anônima, houve “troca de tiros” e havia uma vítima caída ao solo</u></b> ...;	Discurso indireto – 3ª pessoa

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Observe-se que, nos excertos do Quadro 3, são inseridos, muitas vezes, elementos adicionais, isto é, pessoas que presenciaram o fato ou que ouviram falar, quais sejam: terceiros que muitas vezes apresentam as suas versões aos autores do texto (policial militar relator). Ou seja, na grande maioria das vezes, o policial militar relator vai lavrar o BO com informações colhidas de versões apresentadas por terceiros alheios ao fato registrado.

Diante disso, a relação estabelecida seria entre: autor (policial militar relator) – testemunhas – finalidades do BO – leitor (Chefe do Planejamento de Operações Policiais e o Delegado de Polícia) – e todas as estratégias criadas por aquele, a fim de melhor ser interpretado por estes e, assim, construir sentido.

Ressalta-se que, para que o policial militar relator do BO estabeleça essa relação com os leitores do BO de forma eficiente e eficaz, são necessários diversos conhecimentos linguísticos, sociais, institucionais, jurídicos, cognitivos, entre outros. No entanto, como dito, trata-se de uma relação, de forma que o leitor também ative os seus diversos conhecimentos em variadas experiências vivenciadas, a fim de construir sentido para o texto elaborado, cabendo-lhe, muitas vezes, até mesmo uma interpretação extensiva do que foi dito e criativa daquilo que não foi dito, mas que, pelo contexto, é perceptível implicitamente.

Por todo o exposto, em alguns dos BO analisados, observa-se majoritariamente que a estratégia de não assunção da responsabilidade enunciativa pode conduzir-nos a concluir uma preponderância da não assunção da responsabilidade enunciativa por parte dos relatores dos BO, justamente em estrita observância à característica da Redação Oficial da impessoalidade. O relator, embora sofra todas as ditas influências, ainda é apto a nortear a sua escrita pelas normas que regem a atuação dos agentes públicos e a não deixar transparecer as suas opiniões pessoais no que é dito.

Portanto, nos exemplos trazidos, as marcas de nãoassunção da responsabilidade enunciativa mais recorrentes nos BO analisados (mediatividade) foram as elencadas anteriormente. Devido à importância de cada exemplo trazido, analisamos, detidamente, cada um deles.

Conforme o exemplo 01, do Quadro 3, (O Sr. (Sra.) relatou que ...) notamos que o policial militar relator do BO simplesmente transfere a responsabilidade pelo que foi dito à testemunha, no sentido de se eximir da essência do que exposto.

Já o exemplo 02, do Quadro 3, (A perícia compareceu ao local e, segundo a perita ....., foram ... disparos de arma de fogo ...), numa situação de típica demonstração de precisar o instrumento do delito, o policial militar relator do BO simplesmente transfere a responsabilidade enunciativa da afirmação de que as perfurações no corpo da vítima se deram em virtude de disparos de arma de fogo. Ou seja, esse elemento (instrumento do delito) é de fundamental importância para a persecução criminal e o relator, mesmo que, no caso concreto, ao ativar e reativar os seus conhecimentos de balística, medicina legal, históricos, tivesse certeza do instrumento utilizado naquele delito, ele transfere a responsabilidade enunciativa do dito “instrumento do delito” foi uma arma de fogo.

No exemplo 03, do Quadro 3, (Em contato com as pessoas que estavam no local, as testemunhas disseram que dois indivíduos numa motocicleta foram os responsáveis pelos disparos ...), trouxemos também uma oração muito recorrente, na essência, nos registros dos BO analisados, uma vez que o policial militar relator do BO não atribui a autoria do delito a um perfil de determinado autor, mas o transfere a testemunhas que foram identificadas como dois indivíduos numa motocicleta. Além disso, também é transferida a responsabilidade enunciativa do instrumento do delito “arma de fogo”, uma vez que a testemunha afirma que o crime foi cometido com a utilização de uma arma de fogo, ou seja, o policial militar não visualizou que o autor estava de posse de arma de fogo, mas sim foi uma informação trazida pela testemunha.

Essas informações, para a construção do texto, bem como para os fins que os BO são criados, são de tamanha relevância para a persecução criminal, haja vista que sobre elas os destinatários do BO deverão construir e reconstruir sentido para o texto.

No exemplo 04, do Quadro 3, trouxemos uma situação muito corriqueira na atividade policial e também muito presente nos textos daquela comunidade linguística (Segundo denúncia anônima, houve “troca de tiros” e havia uma vítima caída ao solo ...), sobretudo nos BO, que são as demandas por meio de denúncia anônima.

Tais circunstâncias que requerem a intervenção policial e, por consequência, que redundarão num texto, são permeadas de peculiaridades, pois, sob o manto do anonimato do denunciante, ainda que por fins plenamente justificáveis, como possíveis represálias, são apresentadas versões de crimes que, em princípio, não possuem qualquer comprometimento com a verdade e que podem induzir a um registro diverso do que aconteceu no caso concreto, de forma, talvez, até mesmo tendenciosa, por má-fé por parte do denunciante.

Como forma de exemplificar a utilização da estratégia do anonimato para falsear a realidade a ser narrada no histórico do BO, o próprio autor do delito pode, simplesmente, por meio de uma denúncia anônima, mencionar no sistema de *Disque Denúncia* que houve uma “troca de tiros”, sendo que, na verdade, pode ter havido uma ação unilateral e que, caso não haja elementos concretos no contexto analisado (provas objetivas, testemunhas apresentando versões divergentes, etc), o policial militar relator do BO pode ser induzido a lavrar algo diverso da realidade e que, possivelmente, pode comprometer inicialmente a persecução criminal.

Diante disso, ao verificar no histórico do BO a oração “*Segundo denúncia anônima, houve “troca de tiros” e havia uma vítima caída ao solo ...*”, nitidamente somos induzidos a pensarem um possível revide e que, talvez, não tenha acontecido no caso concreto, cabendo, então, ao policial militar relator do BO utilizar-se de estratégias linguísticas, como o uso das aspas, que não permitam aos destinatários entender que essa seria uma afirmação taxativa.

Porém, como anteriormente já alertado, há uma relação estabelecida entre os elementos autor-contexto-leitor que, fatalmente, quando o enunciatário dos BO perceber a expressão “*Segundo denúncia anônima ...*”, pelas regras de experiência e demais conhecimentos ativados e reativados (histórico, cognitivos, *expertise*, etc.), ele a verá com ressalvas e não como uma verdade absoluta. Ou seja, consciente ou inconscientemente, ele fará uma inferência na situação narrada.

Pela análise do BO 28 do *corpus*, trouxemos uma informação muito corriqueira nos textos policiais, principalmente no BO, mas de extrema relevância, que foi a oração: *Perguntada sobre possível motivação, a mãe da vítima respondeu que possivelmente seu filho X foi morto devido ao envolvimento com tráfico de drogas.* Esse trecho também demonstra que o policial militar relator não assume a responsabilidade enunciativa acerca de uma possível motivação do delito cujo registro foi analisado, o que fica salientado pelo uso do modalizador *possivelmente*. Necessariamente, a própria mãe da vítima, por meio de acionamento de

conhecimentos sociais, históricos e circunstanciais (envolvimento do filho com tráfico de drogas, como seria apurado em seguida), faz uma inferência de que a motivação do homicídio do filho dela possivelmente teria sido o envolvimento com o tráfico de drogas. Ou seja, nem mesmo a afirmativa da mãe da vítima, que foi uma testemunha, é taxativa ao determinar o porquê do homicídio. Trata-se de uma circunstância narrativa de enorme valia, haja vista que, ao se detectar a motivação do delito, indubitavelmente, há uma maior propensão em se identificar a autoria e, principalmente, em utilizar tal informação para prevenção de outros delitos, tarefa essa que converge com um dos objetivos da lavratura do BO, já explorado no capítulo 2, que é a composição de banco de dados de defesa social para fins de planejamento de ações e operações policiais.

Outros dois exemplos, identificados nos BO 15 e 37, pela similaridade de atuação da perícia criminal, foram analisados conjuntamente. Em ambos, o policial militar relator do BO atribui a responsabilidade enunciativa aos peritos que compareceram nos locais.

No BO 15, identificamos o seguinte trecho: *O perito Y compareceu ao local e constatou 03 perfurações na vítima, sendo uma no tórax, um nas costas e outra na perna*, de forma que se percebe o grau de tecnicidade necessária para a análise do cadáver resultante do homicídio consumado, uma vez que foram descritas 03 perfurações e, sobretudo, as partes do corpo que foram atingidas. Numa situação imaginativa, na qual, no momento do laudo definitivo da *causa mortis*, fossem apontadas 05 perfurações na vítima (e não 03, conforme preliminarmente avaliado no cenário do delito), tal divergência de informações tem efeitos impactantes tanto para o ato da lavratura do BO, quanto para efeitos jurídicos e de possíveis questionamentos futuros acerca da existência ou não das duas perfurações excedentes e que não foram inicialmente detectadas. Então, o policial militar relator do BO não assume a responsabilidade enunciativa pela quantidade, nem pelas extensões das lesões no corpo da vítima.

Ou seja, as estratégias linguísticas que constroem a responsabilidade enunciativa são de tamanha importância tanto para a construção do texto, quanto para a produção de sentidos, redundando em efeitos de natureza social e jurídica que podem advir do texto elaborado.

Já no BO 37, identificamos o seguinte trecho: *O perito Y recolheu uma chave de veículo X que estava em poder da vítima* ..., que também é atinente à preservação do local do crime já explicitada neste capítulo. Temos que a não-assunção da responsabilidade enunciativa do policial militar relator se deu no sentido de se eximir do recolhimento de objetos do local de crime, atribuindo ao perito que foi ao local a ação de recolher uma chave de veículo que estava com a vítima do homicídio. Nesse exemplo especificamente, noutro viés, há a responsabilidade enunciativa do policial militar relator em afirmar que a chave foi recolhida pelo perito, pois, caso haja um questionamento futuro (por exemplo, para fins de ser restituída para a família da

vítima) acerca da destinação do referido objeto, esse detalhamento lavrado no histórico do BO será determinante para se precisar para onde foi o objeto questionado (chave do veículo da vítima).

Por fim, no BO 29, identificamos o seguinte trecho: *As testemunhas, que presenciaram o fato, relataram que dois homens encapuzados desferiram disparos de arma de fogo.* Novamente, o policial militar relator atribui a responsabilidade enunciativa às testemunhas do fato, no sentido de atribuir a autoria do delito a dois indivíduos com capuz e utilizando arma de fogo. Nisso, temos circunstâncias de autoria e de instrumentalidade do delito relatados no BO, mas atribuídas às informações às testemunhas.

Com fins de confrontar os usos dos recursos linguísticos de implicação à cena enunciativa, marca de responsabilização diante do dito, julgamos de grande valia mencionar, a título exemplificativo, as marcas de assunção de responsabilidade enunciativa, bem como as marcas de nãoassunção (mediatividade).

Dessa forma, apresentamos as marcas de assunção de responsabilidade enunciativa mais recorrentes nos BO analisados:

**Quadro 4 – Marcas de assunção de responsabilidade enunciativa**

<b>BO</b>	<b>TRECHOS DE BO</b>	<b>ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS</b>
REDS 2016- 004071407- 001	<b><u>Chegamos</u></b> ao local ...;	1ª pessoa do plural
REDS 2016- 023103758- 001	<b><u>Ao aproximarmos</u></b> do local ...;	1ª pessoa do plural
REDS 2016- 023103758- 001	<b><u>Avistamos</u></b> um indivíduo ...;	1ª pessoa do plural
REDS 2016- 023103758- 001	<b><u>Fizemos contato com</u></b> o Sr. (Sra.) ....;	1ª pessoa do plural
REDS 2016- 024611690- 001	<b><u>Deslocamos até o local</u></b> ...;	1ª pessoa do plural

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Conforme os exemplos do Quadro 4, extraídos dos BO analisados, notamos, em todos eles, a inserção direta do policial militar relator do BO no fato concreto que, por consequência, desdobrou-se na sua inserção na cena enunciativa.

O fato de o policial militar ser inserido no contexto resultará num registro da respectiva intervenção que se dá em virtude de mandamento do ordenamento jurídico. Sendo assim, da inserção dele no mencionado contexto podem advir diversas consequências tanto no campo textual, quanto no sentido de responsabilização cível, administrativa e/ou criminal, haja vista a independência das instâncias.

Na seara textual, o objetivo precípuo deste trabalho é demonstrar que, ao registrar os BO com os termos que demonstram responsabilidade enunciativa, a lavratura resultará como produto um documento público, que goza de fé pública, e, além disso, demonstra os argumentos de autoridade da figura de um policial militar relator do BO.

Encontramos no BO 27 um exemplo muito peculiar de uma expressão “forte” (*Diante dos fatos apresento testemunha para maiores explicações...*) que, numa análise preliminar, pode conduzir o leitor desatento ou com incipiente conhecimento na área da policiologia e/ou do Direito a pensar que seria uma condução coercitiva.

No entanto, pelas máximas ordinárias de experiência, que se trata da prática profissional dos integrantes das carreiras policiais e até mesmo de operadores do Direito, sabemos que a referida expressão traz uma carga subjetiva aparentemente forte e arbitrária, mas que, no caso concreto, tal atividade foi resultante de mera persuasão do policial militar. Dadas essas nuances, entendemos por válido trazer o referido exemplo.

Prosseguindo na análise, percebemos outro trecho no BO 35 (*No local não conseguimos apurar e levantar a autoria e a motivação do crime ...*) que, devido a sua importância para o objeto desta pesquisa, torna-se imperativa a necessidade e imprescindibilidade de ser repetida no momento da análise. Esse exemplo é o mais representativo de uma das ramificações desta pesquisa, pois, como já devidamente aclarado no capítulo 2, um dos destinatários do BO é o Delegado de Polícia, que, nesta pesquisa, cingir-se-á ao Delegado da Polícia Civil, devido à competência para a apuração do delito elencado para a análise. O que se busca ao instruir o policial militar para a lavratura do BO se resume em noticiar um delito à autoridade de polícia judiciária (Delegado) e subsidiar prevenção criminal. Quando da chegada da guarnição policial ao local do delito, a principal finalidade é levantar/obter informações preliminares de autoria e materialidade do delito que será registrado, a fim de que o Delegado de Polícia possa ter linhas de raciocínio para iniciar os seus trabalhos de investigação com o fim maior de subsidiar o titular da ação penal (que, no caso dos delitos ora analisados, é o Ministério Público) para que ofereça ou não a denúncia. Desse modo, ao lavrar no histórico do BO a oração “No local não conseguimos apurar e levantar a autoria e a motivação do crime” há de se ressaltar que, em que pesem as diligências realizadas, não foi possível obter tais informações e que esse é o fim que realmente deve ser perseguido pelos policiais militares quando de uma intervenção como os

homicídios consumados cujos registros estão sendo ora analisados, ou seja, buscar esgotar todas as possibilidades de obter as informações quanto à autoria e materialidade.

No momento da lavratura dos BO, ao assumir a responsabilidade enunciativa, os policiais militares mencionam informações sobre autoria e materialidade do delito, de modo a demonstrar a conscientização de que tais informações são imprescindíveis e que eles se responsabilizam, dado o contexto fático em que eles intervieram, que não havia elementos suficientes que os conduzisse à identificação de autoria e materialidade.

Outro exemplo que demonstra a responsabilidade enunciativa foi identificado no BO 19, que diz: Deparamos com um indivíduo de estatura mediana caído ao solo. Inicialmente, ressalta-se que a alínea “i” é correlata à temática de “local do crime”. Dessa forma, quando o policial militar escreve “Deparamos com um indivíduo de estatura mediana caído ao solo”, isso significa que, a partir do momento da chegada dos policiais, o Estado se faz presente naquele local e que, sendo assim, os policiais militares são os responsáveis pela inviolabilidade daquele local, uma vez que os cadáveres, bem como os objetos/instrumentos relacionados ao delito não podem ser alterados, salvo em hipóteses excepcionais, o que não é o caso de homicídio consumado, pois, devido ao fato de ser um delito de titularidade da ação penal do Ministério Público, há o interesse estatal na devida apuração para fins de pacificação social.

Nesse sentido, é esclarecedor o art. 6º, inciso I, do Código de Processo Penal Brasileiro que diz, dentre outras disposições:

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

~~I - se possível e conveniente, dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e conservação das coisas, enquanto necessário; (~~

I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994).

Conforme se percebe, o policial militar que foi ao local e, posteriormente, registrou o delito utilizando-se da oração sob análise traz para si toda a carga de sua inserção textual e da sua responsabilidade pelo que foi dito.

Ainda no mesmo sentido, a fim de ratificar essa responsabilidade pelo que foi dito na oração transcrita na alínea “i”, o Código de Processo Penal Brasileiro, em seu art. 164, *caput*, menciona:

Art. 164. Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime. (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994).

Ou seja, novamente a responsabilidade pelo que foi dito é de grande magnitude, haja vista os impactos na idoneidade ou não das provas obtidas naquele contexto.

A fim de demonstrar uma situação muito comum, nas quais os policiais militares intervêm e, posteriormente, redundam no registro do BO, identificamos no BO 26 o seguinte trecho: *Devido a forte chuva, as munições intactas e as deflagradas foram recolhidas antes da chegada da perícia ...*, o que demonstra, num rol de *numerus apertus*, uma das possibilidades de que o local do crime não foi preservado. Ou seja, trouxemos uma oração com nítida responsabilidade enunciativa do policial militar que registrou o BO, que, traduzida de maneira simplória, quer dizer que aquele local de crime é inidôneo e que tal fato deverá ser valorado pela perícia científica no ato da elaboração do laudo pericial.

Diante disso, no trecho em questão, identificado no BO 26, temos que a oração “Devido a forte chuva, as munições intactas e as deflagradas foram recolhidas antes da chegada da perícia ...”, representada no histórico sob análise, significa uma prévia justificativa para a “violação” daquele local de crime, de maneira que, numa perspectiva casuística, pode-se infringir a norma posta no Código Processo Penal mencionada anteriormente.

Portanto, após toda a análise desses exemplos extraídos de BO que compõem o *corpus* desta pesquisa, demonstramos as marcas de responsabilidade enunciativa dos relatores dos BO.

Para corroborar esse entrelaçamento de tipos/sequências de discursos pelos quais o gênero BO é atravessado e as condições de produção textual com as quais os policiais estão envolvidos, nota-se, conforme Bronckart (1999), o dever da construção discursiva, tanto nos seus aspectos individuais quanto nos sociais, demonstrando essa interação dos “agentes verbais” com o meio e que terá como produto os textos .

O autor entende, portanto, que a linguagem materializa tanto os aspectos psíquicos quanto os sociais e a enxerga como uma forma de ação, "ação de linguagem", semiotizada em um contexto psico-sócio-histórico-ideológico por "agentes verbais" em interação entre si e com o meio, o que constrói a consciência individual e, ao mesmo tempo, social.

E é esse processo interacional semiotizado, instaurado pela linguagem, que o autor denomina texto, entendendo-o como sendo constituído no imbricamento de dois pontos de vista, ou seja, uma produção individual e única, restrita a um sujeito em um determinado momento histórico-social e, ao mesmo tempo, uma produção que contém aspectos que o colocam em relação de inclusão com uma gama de outros textos em uma determinada formação social. Os textos, por isso, constituem-se no cruzamento dialético entre a ação individual situada empiricamente (psicossocial) e os "construtos históricos" que são os gêneros de textos. Isso quer dizer que "a produção de cada novo texto empírico contribui para a transformação histórica permanente das representações sociais referentes não só aos gêneros de textos (intertextualidade), mas também à língua e às relações em textos e situações de ação" (p. 109). (BRONCKART, 1999, p. 226-227).

Desse emaranhado de relações interpessoais na sociedade, das quais derivam conflitos de interesses e que ao Estado cabe intervir, associado às interações dos policiais militares entre si, com o meio social, com as experiências prévias de vivência, de formação e de cultura, bem como todas as premissas do ordenamento jurídico e das finalidades institucionais do sistema de defesa social, temos como resultante o gênero BO.

### *3.1.3 Modalizações por meio do uso do futuro do pretérito nos BO analisados*

A terceira categoria analisada na presente pesquisa foi o uso dos verbos no futuro do pretérito como modalizadores do dito.

Primeiramente, ressalta-se que os tempos verbais são formados tendo como parâmetro o momento em que é proferida a enunciação e a ela se articulam as ações, os fatos ou fenômenos constitutivos da predicação.

Dessa forma, quando nos referimos a ações posteriores ao momento acerca do qual falamos, temos o tempo verbal do futuro do pretérito do indicativo.

Insta salientar que o futuro do pretérito do indicativo pode ser construído na forma simples (ex: Eu falaria) ou na forma composta, sendo esta a construção com o verbo auxiliar “ter” somado ao particípio passado do verbo principal, como, por exemplo: “Se eu soubesse que fazer atividade física é bom para a saúde, eu **teria começado** antes”.

Conforme Cintra (2013) e Cegalla (2008), o uso tradicional mencionado pela gramática normativa é que o futuro do pretérito simples seria comumente utilizado tendo por enfoque cinco aspectos:

- a) Ser utilizado para indicar ações posteriores ao momento sobre o qual se fala;
- b) Designar incerteza a respeito de fatos passados;
- c) Ser utilizado de forma polida, denotando um desejo;
- d) Denotar surpresa ou indignação;
- e) Indicar fatos que não se realizaram e provavelmente não se realizarão, associados a uma condição.

Já o futuro do pretérito composto tem, tradicionalmente, o uso gramatical para:

- a) Indicar um fato que se realizaria no passado, entretanto, com uma condição;
- b) Indicar a possibilidade de um fato já passado.

Com base em Koch (2015), no que tange ao não comprometimento do locutor, eximindo-se de se responsabilizar pelo enunciado, por meio do uso do pretérito, organizamos

um quadro sucinto com algumas das ocorrências do *corpus*. Nos registros analisados, os policiais militares, no intuito de manter um distanciamento relativamente ao que foi dito, utilizaram-se muito do referido recurso, conforme abaixo:

**Quadro 5 - Marcas de responsabilização enunciativa por meio do futuro do pretérito**

<b>BO</b>	<b>TRECHOS DE BO</b>	<b>ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS</b>
REDS 2016- 024611690- 001	Vítima <u>teria fugido</u> do local ....	Futuro do pretérito
REDS 2016- 003406951- 001	Onde <u>teria ocorrido</u> disparos de arma de fogo;	Futuro do pretérito
REDS 2016- 003406951- 001	<u>teria sido atingida</u> aparentemente, por 04 disparos de arma de fogo e <u>estaria</u> também com quatro perfurações;	Futuro do pretérito
REDS 2016- 003406951- 001	sendo que este veículo <u>estaria estacionado</u> próximo ao local do crime;	Futuro do pretérito
REDS 2016- 019845840- 001	<u>teria deixado</u> E. e constataram;	Futuro do pretérito
REDS 2016- 019845840- 001	motivação do crime, <u>seria a disputa pelo tráfico</u> de drogas ilícitas/ entorpecentes;	Futuro do pretérito
REDS 2016- 007875919- 001	que nos relatou que <u>teria ocorrido uma briga</u> ;	Futuro do pretérito
REDS 2016- 023571542- 001	os autores do fato <u>seriam, os indivíduos conhecidos pela alcunha</u> ...;	Futuro do pretérito
REDS 2016- 003500333- 001	no referido endereço <u>teria uma vítima que foi alvejada</u> por disparo de arma de fogo;	Futuro do pretérito

**Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos dados.**

Diante do exposto, percebe-se que o valor de posterioridade temporal cronológico, bem como o valor de posterioridade temporal polifônico são fundamentais para o objeto desta pesquisa, uma vez que os policiais militares são acionados para uma intervenção policial que, inevitavelmente, redundará na elaboração de um Boletim de Ocorrência, em que serão relatados fatos ocorridos no passado.

Ressalta-se que, como regra geral, a quase totalidade das intervenções policiais militares se dá posteriormente à perpetração de um fato definido como infração penal e posteriormente a

um acionamento, quer seja por meio do telefone institucional para chamadas de emergência (190) quer seja diretamente ao policial militar.

Porém, podem ocorrer situações em que o policial militar fará a sua intervenção sem os citados meios de acionamento, o que se refere às atuações conhecidas como “de iniciativa”, que representam as intervenções policiais militares resultantes do seu poder-dever de atuar conforme as normas de regência.

No entanto, mesmo nas ocorrências conhecidas como de iniciativa, o valor de posterioridade temporal cronológico é importante, devido ao fato de que a elaboração do BO sempre ocorrerá pós-fato.

Além disso, o valor de posterioridade temporal polifônico possui um grande destaque na lavratura dos BO dos policiais militares, uma vez que, a fim de se atender à característica da impessoalidade, princípio basilar da Administração Pública, tais profissionais são instados a procederem como a maior lisura possível, devido à função pública exercida.

Assim, percebemos que a linguagem, no caso expresso pelos BO lavrados, rompe com a mera finalidade do ato de comunicar, assinalando a orientação argumentativa que constitui os enunciados, conforme Koch (2002).

Dessa forma, a linguagem não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como uma atividade humana sempre dotada de carga valorativa, seja pelo viés social, seja pela veiculação de ideologias por meio do processo argumentativo.

Para concluir, os BO lavrados, por meio da utilização do futuro do pretérito, reforçam a carga argumentativa no sentido de tentar conduzir o leitor a que o relator foi impessoal no BO lavrado, a fim de se eximir de responsabilidade daquilo que foi dito e, assim, manter um distanciamento das suas opiniões pessoais sobre os fatos que foram lavrados.

Tabela 1- Categorias presentes nos históricos dos BO

BO	Discurso indireto	Discurso direto	Não assunção da responsabilidade enunciativa	Futuro do pretérito
BO 1	X		X	X
BO 2	X		X	X
BO 3	X		X	X
BO 4	X		X	X
BO 5	X		X	X
BO 6	X		X	X
BO 7	X		X	X
BO 8	X		X	X
BO 9	X		X	X
BO 10	X		X	X
BO 11	X		X	X
BO 12	X		X	X
BO 13	X		X	X
BO 14	X		X	X
BO 15	X		X	X
BO 16	X	X	X	X
BO 17	X		X	X
BO 18	X		X	X
BO 19	X		X	X
BO 20	X		X	X
BO 21	X		X	X
BO 22	X		X	X
BO 23	X		X	X
BO 24	X		X	X
BO 25	X		X	X
BO 26	X		X	X
BO 27	X		X	X
BO 28	X		X	X
BO 29	X		X	X
BO 30	X		X	X
BO 31	X		X	X
BO 32	X		X	X
BO 33	X		X	X
BO 34	X		X	X
BO 35	X		X	X
BO 36	X		X	X
BO 37	X		X	X
BO 38	X		X	X
BO 39	X		X	X
BO 40	X		X	X
BO 41	X		X	X
BO 42	X		X	X
BO 43	X		X	X
BO 44	X		X	X
BO 45	X		X	X
BO 46	X		X	X
BO 47	X		X	X

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Na Tabela 1, elaborada por meio da leitura de todos os históricos dos BO do *corpus*, tendo em vista a comunidade discursiva própria, que o é a classe dos policiais militares e, por consequência, também o é a maneira de redigir documentos, percebemos a presença de discurso direto somente no R16 e, sobretudo, indireto. Além disso, foi notória a percepção da utilização de construções verbais no futuro do pretérito. Diante disso, notamos que os dados revelaram os aspectos de ordem técnica que foram assimilados pelos relatores durante os cursos de formação, haja vista que a dita recorrência do discurso indireto visa ao distanciamento do dito, assim como o uso do futuro do pretérito no intuito de não afirmar a autoria do que foi dito. A baixa incidência do uso do discurso direto possivelmente está atrelada à natureza do delito perpetrado (homicídio consumado). Referentemente à responsabilidade enunciativa, não obstante terem ocorrido momentos de assunção pelo que foi dito, mostrou-se mais recorrente a não assunção daquilo que foi dito.

### **3.2 Confrontando as respostas do questionário aplicado aos relatores e os discursos dos BO**

Ressalta-se que obtivemos as respostas a questionários aplicados a 17 relatores dos BO de homicídios consumados que foram objeto da presente pesquisa. As questões tratam de dimensões relativas à produção textual dos BO que vão desde aspectos tratados pela gramática normativa até fatores do contexto da produção textual, as condições técnicas de formação e aprendizagem para a lavratura desses gêneros discursivos, entre outros.

**Tabela 2 - Refletindo sobre a disciplina Produção textual/Redação Técnica/Redação Operacional com ênfase na elaboração do Boletim de Ocorrência no curso de formação/aperfeiçoamento do relator**

<b>Pergunta: Durante o seu curso de formação/atualização na PMMG, foi ministrada a disciplina de Produção Textual/Redação Técnica/Redação Operacional com ênfase na elaboração do Boletim de Ocorrência? Vide anexos a, b, c,d Sim ( ) Não ( )</b>		
<b>RELATORES</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Relator 01	Sim	
Relator 02	Sim	
Relator 03	Sim	
Relator 04	Sim	
Relator 05	Sim	
Relator 06	Sim	
Relator 07	Sim	
Relator 08		Não
Relator 09	Sim	
Relator 10	Sim	
Relator 11	Sim	
Relator 12	Sim	
Relator 13	Sim	
Relator 14	Sim	
Relator 15	Sim	
Relator 16	Sim	
Relator 17		Não

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa**

Na Tabela 2, buscou-se analisar as respostas dos relatores do BO no que tange ao curso formação dos militares, a fim de verificar a preocupação institucional no sentido de propiciar condições aos militares para o desempenho de suas tarefas.

Dessa forma, a Tabela 2 visou contribuir para a análise no que tangia a aferir se foram ministrados conhecimentos teóricos acerca da elaboração do BO para os policiais militares que atuariam na atividade-fim. Por conclusão, foi possível perceber que todos os policiais militares que registraram os BO analisados cursaram a disciplina específica de produção de textos, embora dois policiais militares responderam que não, conforme ressaltamos a seguir.

Em que pese uma variabilidade de nomenclaturas a que foi submetida a disciplina relacionada às habilidades de escrita e leitura, percebe-se que a Instituição PMMG tem atenção voltada para desenvolver as habilidades correlatas à Língua Portuguesa para a execução dos trabalhos dos policiais militares. A disciplina variou de nomenclatura conforme a época, sendo, às vezes denominada de Técnica de Redação de Documentos, Produção Textual Policial. Atualmente é Redação Operacional. Não obstante a variabilidade de nomenclaturas, é nítido o foco para desenvolver os aspectos de interpretação, leitura e, sobretudo, escrita.

Analisando a Tabela 2, nota-se que, dentre as 17 respostas dos relatores, 15 deles confirmaram que a eles foi ministrada a disciplina correlata à Língua Portuguesa, a fim de aprimorar as referidas habilidades.

No entanto, ressalta-se a inadequação das respostas de R8 e R17, uma vez que, ao verificar o número de matrícula de tais militares, facilmente se nota que as respostas podem ter sido resultantes de leitura precipitada/equivocada, uma vez que, na Tabela 3, ambos os respondentes assinalaram, respectivamente, *sim e parcialmente*, pois se trata de policiais militares recém-formados. Há anos a PMMG ministra constantemente a disciplina e esse dado se mostra relevante para que a Instituição examine uma forma de conscientizar e instruir os discentes sobre a finalidade da disciplina ministrada no que tange à produção dos gêneros discursivos.

**Tabela 3 - Refletindo sobre a base teórica institucional ofertada no curso e a sua aplicabilidade nos casos concretos da lavratura**

<b>Pergunta: A disciplina de Produção Textual/Redação Técnica/Redação Operacional, com ênfase na elaboração do Boletim de Ocorrência, agregou conhecimentos significativos para a elaboração do Boletim de Ocorrência de homicídio consumado lavrado pelo Sr. (Sra.) e que, neste momento, é o objeto desta pesquisa? Vide anexos a, b, c,d Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( )</b>			
<b>RELADORES</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>PARCIALMENTE</b>
Relator 01	Sim		
Relator 02	Sim		
Relator 03		Não	
Relator 04	Sim		
Relator 05	Sim		
Relator 06	Sim		
Relator 07		Não	
Relator 08	Sim		
Relator 09	Sim		
Relator 10	Sim		
Relator 11	Sim		
Relator 12	Sim		
Relator 13	Sim		
Relator 14	Sim		
Relator 15	Sim		
Relator 16	Sim		
Relator 17			Parcialmente

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

A Tabela 3 visou contribuir para esta pesquisa no que se refere ao aprendizado construído no contexto acadêmico de instância formativa e se os conhecimentos foram utilizados no momento da prática do BO. Assim, buscamos demonstrar para além da análise da existência da disciplina de Redação Técnica, visando analisar o quanto os objetos linguísticos

e textuais ministrados na disciplina contribuíram para auxiliar e nortear o policial militar quando do desempenho da lavratura dos BO. Ou seja, a pergunta em questão visou perceber a necessária correlação entre os aspectos teóricos e os seus reflexos no ato da produção textual dos policiais militares que registraram os BO ora analisados.

Dentre as 17 respostas obtidas, notou-se que 14 responderam que os ensinamentos da disciplina agregaram conhecimento aos policiais militares, o que demonstra a efetividade da disciplina ministrada e que cumpriu a sua real finalidade.

Além disso, o R3 e R7 responderam que a disciplina de Redação Técnica não foi capaz de agregar conhecimento a eles quanto às habilidades necessárias para a lavratura dos BO. Julgamos que, possivelmente, essas respostas foram dadas em virtude de que o foco da disciplina nos cursos se manifesta decisivamente no plano teórico, o que nos induz sugerir que as disciplinas de Redação Operacional enfatizam, cada vez, as atividades práticas de escrita.

Por fim, o R17 mencionou que houve um aproveitamento parcial dos ensinamentos ministrados para fins da sua real aplicabilidade na prática dos registros do gênero discursivo em questão.

Percebe-se, pela análise da Tabela 3, que, possivelmente, houve um equívoco nas respostas de R8 e R17 proferidas na Tabela 2, quando mencionaram que no curso deles não foi ministrada a disciplina de Redação Técnica, pois o R3 e o R7, na Tabela 3, responderam *não* e o R17 respondeu *parcialmente*, o que comprova que a ele foi ministrada a disciplina em questão, demonstrando o equívoco ocorrido na resposta da Tabela 2. Como já dito anteriormente, todos os 17 relatores que retornaram as repostas ao questionário participaram de curso de formação na disciplina de Redação Técnica.

Diante disso, ressaltamos que o intuito institucional é qualificar o policial militar para que, no caso concreto de intervenção, ele esteja apto a produzir adequadamente o BO e, assim, ter plenas condições de perceber a cena enunciativa e, por consequência, abstrair das versões das testemunhas a ele apresentadas todas as informações relevantes para a lavratura do BO.

Como vimos no capítulo 2, examinamos os diversos programas de disciplina que norteiam os cursos de formação e atualização dos policiais militares correlatos à matéria de Língua Portuguesa e produção de textos.

Nos programas de disciplina analisados, percebemos que foi dada ênfase muito além dos aspectos da gramática normativa, como conceitos de texto e contexto e qual o papel social que o policial militar relator do BO ocupa quando do cumprimento das suas funções públicas.

Também percebemos, pela análise dos programas de disciplina já mencionados, que o corpo de docentes demonstrou que trabalhou as circunstâncias da narrativa que se fizeram presentes nos históricos dos BO. As circunstâncias “o quê?”, que na lavratura do BO se refere

especificamente à natureza do delito, nesta pesquisa foi expresso pela infração penal do homicídio consumado. Já a circunstância “quem?” pode se referir tanto ao autor do delito, quanto à vítima e testemunhas arroladas na lavratura às quais serão atribuídas condutas e versões devidamente individualizadas. Já os elementos da narrativa de “quando?” e “onde?” ficam nitidamente expostos nos campos parametrizados no formulário já predefinido para o gênero em questão. Salvo para fins de atribuir esclarecimentos de que os campos parametrizados não foram capazes de esgotar, proporcionando assim a devida clareza, não deverão ser repetidos no histórico do BO. Já as circunstâncias “como?” e “por quê?” se referem, respectivamente, ao modo como foi executado o delito do homicídio consumado e a motivação para esse delito.

Notamos, conforme analisado na tabela atinente às circunstâncias da narrativa e tendo por base as respostas obtidas, que as circunstâncias da narrativa “quem?” (no que tange à autoria) e “por quê?” foram as que mais se demonstraram ausentes dos BO lavrados, sobretudo devido à falta de repasse de informações pelas testemunhas, o que, indubitavelmente, prejudica a persecução criminal.

Então, os cursos de formação e atualização da PMMG, ministrados aos policiais, para que se tornem aptos à elaboração dos BO, pela análise dos programas de disciplina, têm por objetivo construir a capacidade discursiva dos policiais militares para que, por meio do registro do BO, eles sejam capazes de estabelecer a relação emissor - contexto- condições de produção-finalidade do texto - leitor, para que este possa ser capaz de construir sentido ao texto produzido e, assim, planejar as ações e operações policiais (Chefe do Planejamento de Operações Policiais), bem como proceder à devida *notitia criminis* ao Delegado de Polícia. Por esta pesquisa, foi possível notarmos que os cursos de formação e atualização cumpriram os objetivos propostos.

De todo modo, as respostas às duas questões (1 e 2) ratificam o aprimoramento das ações formativas das escolas que compõem o processo de ensino e aprendizagem da PMMG, uma vez que são respostas que não podem ser desprezadas pelo pesquisador, pois podem apontar caminhos para a manutenção das disciplinas de Redação Operacional e fomentar a discussão acerca do preenchimento do BO e das suas finalidades institucionais.

**Tabela 4 - Refletindo sobre a ênfase dada no ato de preenchimento da estrutura do Boletim de Ocorrência**

<b>Pergunta: Quando da elaboração do Boletim de Ocorrência de homicídio consumado lavrado, o Sr. (a Sra.) privilegiou o preenchimento: dos campos parametrizados ( ) ou do histórico ( ) ou de ambos ( ) Por quê? Vide anexo E</b>				
<b>RELATORES</b>	<b>Campos parametrizados</b>	<b>Histórico</b>	<b>Ambos</b>	<b>Por quê?</b>
Relator 01			X	Sem justificativa.
Relator 02	X			Sem justificativa.
Relator 03			X	Para facilitar na elucidação do crime.
Relator 04			X	Redigir um BO com qualidade.
Relator 05			X	Sem justificativa.
Relator 06			X	Sem justificativa.
Relator 07			X	Porque entendo que quanto mais detalhes forem destacados no Boletim de Ocorrência, trará uma melhor investigação do fato.
Relator 08			X	Ficou mais fácil e eficaz.
Relator 09			X	Porque auxilia no serviço policial militar e na investigação civil.
Relator 10			X	Estava responsável pela lavratura do referido boletim.
Relator 11			X	Estava responsável pela lavratura do referido boletim.
Relator 12			X	Estava responsável pela lavratura do referido boletim.
Relator 13			X	Estava responsável pela lavratura do referido boletim.
Relator 14			X	Para facilitar a interpretação do REDS.
Relator 15			X	Sem justificativa.
Relator 16			X	Para melhor elucidação do fato.
Relator 17			X	Para a alimentação do sistema de dados e para informar o militar ou o investigador.

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

A Tabela 4, que representa uma das mais significativas desta pesquisa, buscou aferir junto aos relatores se eles conhecem a finalidade da lavratura do BO e qual das partes do formulário do BO foi privilegiada por eles no momento da elaboração do referido gênero discursivo.

Conforme explicitamos no capítulo 1, o formulário do BO é constituído de duas partes, quais sejam: a) os campos parametrizados; b) o histórico.

Nos campos parametrizados, são transcritos dados e informações relevantes para os órgãos de defesa social, a serem utilizados pelas autoridades competentes para planejarem operações dos órgãos de defesa social e, até mesmo, a criação de políticas públicas pelas respectivas pastas governamentais.

Já o histórico constitui o momento no formulário do BO no qual é transcrita a narrativa dos fatos apresentados ao enunciador, bem como são descritas qualidades de coisas, pessoas e/ou objetos.

Dessa forma, além de buscar aferir qual ou quais as partes que os relatores privilegiam no ato da lavratura do BO, buscamos também uma justificativa para a resposta dada, haja vista que o intuito de levantarmos as justificativas está necessariamente correlato à aferição se os militares sabem ou não as finalidades do gênero discursivo BO, pois, como visto, os gêneros, dentre outros parâmetros, devem ser construídos com base nas finalidades para as quais eles existem.

Isso posto, pela Tabela 4 pretendeu aferir o nível de conscientização dos relatores quanto à importância e ao real conhecimento da finalidade do BO para o seu preenchimento, uma vez que o intuito foi perceber se os relatores privilegiam mais os campos parametrizados e/ou o histórico. Tal aferição se deu tendo como parâmetro o preenchimento completo dos campos parametrizados e do histórico.

Dentre as 17 respostas obtidas, 16 dos relatores responderam que privilegiam o preenchimento tanto dos campos parametrizados, quanto do histórico dos BO, o que converge para a finalidade e a necessidade da PMMG. Apenas o R2 respondeu que privilegia o preenchimento dos campos parametrizados.

Ao analisar as justificativas dos 16 relatores que mencionaram que ambas as partes devem ter o imprescindível preenchimento, obtivemos 5 respostas (R1, R2, R5, R6 e R15). Devido à ausência de justificativa, somos levados a concluir, por inferência, que, possivelmente, os cinco relatores que não justificaram desconheçam ou tenham dúvidas quanto às finalidades do gênero que eles, diariamente, produzem.

Nesse sentido, devido à referida falta de justificativas, notamos de grande relevância a necessidade de um nivelamento de instrução acerca das finalidades do BO, pois, tendo em vista o aparente desconhecimento de tais finalidades, isso pode ser prejudicial para a própria elaboração do gênero, uma vez que, conforme já discorrido nesta pesquisa em diversas passagens e dada a sua importância, repiso o esclarecimento de que um dos elementos imprescindíveis para a relação estabelecida no ato da elaboração de um texto é justamente a finalidade do gênero.

Do contrário, caso o policial militar relator desconheça as finalidades do gênero BO produzido por ele e os efeitos sociais que tal gênero produz (o que aparentemente é o caso das 5 respostas sem justificativas), certamente não produzirá a construção de sentido necessária no leitor do gênero em questão.

Nas 12 respostas restantes, obtivemos variadas justificativas dos relatores no que se refere ao fato de eles preencherem cuidadosamente ambas as partes da estrutura do BO (campos parametrizados e histórico), sendo que os relatores R3, R7, R9 e R16 mencionaram uma das finalidades da lavratura do BO, qual seja auxiliar na investigação do delito que foi registrado.

Além disso, ressalta-se a resposta do relator R04 que, subjetivamente, mencionou que preenche ambas as partes do BO para redigir com mais qualidade. Em que pese não ter sido devidamente explicitado pelo relator R04, pelas regras de experiência, é possível inferir que a qualidade por ele mencionada está atrelada às habilidades de uso da Língua Portuguesa, mas não às finalidades da lavratura do BO, pois, equivocadamente, o senso comum induz as pessoas a pensarem que redigir com qualidade representa, necessariamente, o apego inarredável aos aspectos da gramática normativa.

O relator R08 mencionou que a justificativa para preencher ambas as partes do formulário do gênero BO se deve ao fato de que “ficou mais fácil”. Analisando a referida resposta, infere-se que a resposta dada está insitivamente correlacionada aos aspectos da operabilidade do sistema, pois, até o ano de 2005, os registros dos BO eram realizados de maneira manuscrita, inviabilizando as correções necessárias, o que, inevitavelmente, levava os relatores a repetir por diversas vezes os registros devido a rasuras etc.

No entanto, sobretudo, a partir do ano de 2006, o sistema REDS (Registro de Eventos de Defesa Social) foi difundido em Belo Horizonte e em muitas cidades do interior, oportunizando o armazenamento e a integração dos registros entre a PMMG e outros órgãos de defesa social do Estado de Minas Gerais, o que viabilizou a análise quantitativa e qualitativa dos eventos de defesa social e, assim, a alocação racional de recursos humanos e logísticos para a prevenção e repressão criminal.

Então, as facilidades proporcionadas pelo sistema REDS são indiscutíveis tanto pelos aspectos institucionais de gestão das informações, quanto pelo aspecto intuitivo do sistema, assim como pela autenticidade das informações e da composição dos dados e informações qualitativas e quantitativas.

Já os relatores R10, R11, R12 e R13 mencionaram que preenchem ambas as partes da estrutura do BO pelo simples fato de “ser o responsável pela lavratura”. Notamos, pelas respostas dadas, que não se trata de quatro relatores distintos, mas sim do mesmo relator que, por coincidência da escala de trabalho, foi incumbido pelos quatro registros em questão. Ou

seja, é o mesmo relator que registrou os quatro BO de homicídio consumado em datas diversas no ano de 2016, em Sabará/MG. Assim sendo, percebemos claramente que o policial militar relator (R10, R11, R12 e R13) dos BO 09, 18, 22 e 31 desconhece as finalidades do gênero BO, o que nos orienta a tratar de modo mais cuidadoso desses dados, tendo em vista os objetivos didáticos que esta pesquisa pretende alcançar.

No mesmo sentido, mas com ainda mais preocupação, a dita resposta demonstra claramente que o policial militar relator (R10, R11, R12 e R13) não reconhece o gênero BO como uma prática discursiva de grande relevância sob o ponto de vista social e interacionista. Pode-se, mesmo, assinalar que o policial militar relator não consegue perceber que, por meio do gênero BO, tendo em vista a relação estabelecida com as finalidades do referido gênero, com as condições de produção textual, será possível produzir um texto que contribua para o processo de construção de sentidos pelo interlocutor, a autoridade a quem se destina o BO.

Pela análise da resposta do relator R14 “para facilitar a interpretação do REDS”, é possível que tal relator esteja se referindo ao histórico do BO, em que pese isso não ser uma relação necessária, mas por indução, uma vez que é no histórico que está presente a dinâmica da narrativa dos fatos.

No entanto, considerando que muitos policiais militares podem pensar que somente no histórico do BO estarão presentes os tipos textuais “Narração” e “Descrição”, salientamos que também há esses tipos textuais nos campos parametrizados, sendo a única diferença o fato de que nestes a dinâmica dos fatos ocorridos estará apresentada de maneira compartimentada, uma vez que os campos parametrizados demonstram quadriculos feitos no formulário que trazem os mesmos elementos narrativos e descritivos, como o texto apresentado no histórico do BO.

Por fim, mas não menos importante, o relator R17 nos aponta para o eixo para o qual converge esta pesquisa, qual seja prestar dados e informações relevantes para os planejamentos policiais e para investigação criminal. A resposta do relator R17, como dito acima, é a clara demonstração que nos remete a concluir que esse policial militar relator é sabedor de ambas as finalidades do gênero BO por ele produzido diariamente.

Tendo em vista as respostas à pergunta em questão representada na Tabela 4 e examinando os registros dos BO no quesito do preenchimento dos campos parametrizados e do histórico, de maneira geral, todos os relatores trouxeram os elementos necessários aos registros, uns mais e outros menos, com destaque positivo para o relator R17, que explicitou de maneira mais clara que possui conhecimento acerca dos objetivos institucionais com a lavratura do BO.

**Tabela 5 - Refletindo sobre os dados recebidos e/ou a sua articulação discursiva na lavratura do texto**

<b>Pergunta: Quando do seu comparecimento ao local da ocorrência e das diligências para a coleta de informações para fins de registro do BO, qual foi a maior dificuldade encontrada? Vide anexo E - histórico do BO Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção, se for o caso.</b>			
<b>RELATORES</b>	<b>Falta de repasse de informações</b>	<b>Concatenação das informações recebidas e transcrevê-las no BO</b>	<b>A dissociação da sua “marca pessoal” como relator no momento da escrita do histórico</b>
Relator 01	X		
Relator 02	X		
Relator 03	X		
Relator 04		X	
Relator 05	X		
Relator 06	X		
Relator 07	X		
Relator 08	X		
Relator 09	X		
Relator 10	X		
Relator 11	X		
Relator 12	X		
Relator 13	X		
Relator 14	X		
Relator 15	X		
Relator 16	X		
Relator 17	X		

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

Na Tabela 5, apresentamos uma das questões cruciais deste trabalho, uma vez que buscamos aferir qual dentre os fatores elencados foi capaz de interferir diretamente no ato da lavratura do BO.

Dentre as 17 respostas, nenhum dos relatores apontou que teve dificuldade em dissociar a marca pessoal no ato do registro, o que demonstra a característica da impessoalidade dos documentos públicos de maneira bem arraigada e latente nas atuações dos policiais militares.

Além disso, apenas um relator (R4) mencionou que recebeu as informações dos envolvidos no fato desencadeador do registro (testemunhas etc.) e que teve uma dificuldade pessoal para concatenar as informações recebidas e transformá-las num texto adequado para o registro do BO.

Ademais, 16 relatores atribuíram a dificuldade encontrada no ato da lavratura do BO à falta de repasse de informações ou até mesmo de consegui-las por diligências no local, o que parece confirmar uma complexa e dificultosa realidade em delitos como os de natureza de homicídio, haja vista que os populares optam por não se envolver ou simplesmente por temor de represálias.

Porém, confirma a complexidade da atuação policial militar nesse contexto, que poderia ser facilmente debelada por meio dos instrumentos à disposição da sociedade quanto à denúncia anônima atribuindo autoria e materialidade nesses delitos, o que será objeto de investigação da autoridade de polícia judiciária posteriormente, mas não se prestará, em princípio, para a guarnição policial militar no ato do registro.

Dessa forma, por meio da Tabela 5, visamos aferir por quais influências relatores foram impactados, de maneira que isso refletiria, necessariamente, na lavratura dos BO.

Ressaltamos que, quando elaboramos a pergunta em questão, tínhamos a consciência de que o aspecto *falta de repasses de informações* poderia ser recorrente nas respostas, devido à própria natureza do delito de homicídio. No entanto, supúnhamos que o aspecto de *a dissociação da sua “marca pessoal” como relator no momento da escrita do histórico* também seria recorrente, o que não se comprovou nas respostas, sendo que, possivelmente, tal resultado possa ser atribuído ao constante treinamento dos policiais militares para a necessária equidistância das partes no ato de lavratura do BO.

De igual maneira, fomos surpreendidos pelo fato de que foi obtida apenas uma resposta (R4), dentre 17 policiais militares que selecionaram o aspecto *Concatenação das informações recebidas e transcrevê-las no BO*, haja vista que, *a priori*, imaginávamos que os relatores dos BO tinham dificuldades em receber as versões dos envolvidos nos fatos concretos e transcrevê-las no BO.

Portanto, conforme a Tabela 4, percebemos que a ausência de informações nos BO examinados possivelmente está relacionada à falta de repasse de informações aos policiais, o que demanda uma política institucional em fomentar as denúncias anônimas e assegurar, cada vez mais, o grau de sigilo das informações repassadas, para que a sociedade se sinta mais segura para denunciar os delitos.

**Tabela 6 - Refletindo acerca da influência dos fatores externos sobre o fato e a escrita da lavratura do BO**

<b>Pergunta: No momento do registro do Boletim de Ocorrência lavrado, o Sr. (a Sra.) se sentiu influenciado na escrita por fatores: Vide anexo E - histórico do BO Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção: de ordem pessoal ( ) de ordem técnica ( ) de ordem social ( )</b>			
<b>RELATORES</b>	<b>de ordem pessoal</b>	<b>de ordem técnica</b>	<b>de ordem social</b>
Relator 01		X	
Relator 02	X	X	X
Relator 03	X	X	
Relator 04		X	
Relator 05		X	
Relator 06		X	
Relator 07	Sem resposta		
Relator 08		X	
Relator 09		X	
Relator 10		X	
Relator 11		X	
Relator 12		X	
Relator 13		X	
Relator 14		X	X
Relator 15			X
Relator 16		X	
Relator 17		X	

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

A Tabela 6 teve por objetivo demonstrar os fatores externos que também impactaram no ato de lavratura do BO, sendo oportunizadas as seguintes opções: de **ordem pessoal, de ordem técnica e de ordem social**, sendo possível ao respondente marcar mais de uma das alternativas.

Dentre os 17 relatores, não houve a resposta do R07, não sendo possível inferir, *a priori*, um possível motivo para a ausência de resposta.

Além disso, os relatores R01, R04, R05, R06, R08, R09, R10, R11, R12, R13, R16 e R17 responderam, unicamente, que se sentiram influenciados por fatores de ordem técnica, o que pode revelar a latência quanto aos ensinamentos ministrados na disciplina de Redação Técnica, bem como pelos aspectos normativos/documentais da PMMG no que tange à lavratura do BO.

Já o relator R15 mencionou que se sentiu influenciado, unicamente, por fato de ordem social, o que pode estar relacionado aos aspectos imbricados na sociedade que permeiam o delito de homicídio, por exemplo, uma possível justificativa social para aquele delito, como o envolvimento com o tráfico de drogas.

O relator R02 mencionou que se sentiu influenciado pelos fatores de ordem pessoal, técnica e social. No entanto, no BO 41, registrado por ele, notamos apenas aspectos de ordem técnica e que, possivelmente, pode ter havido um equívoco na interpretação da pergunta.

O relator R03, por sua vez, mencionou que se sentiu influenciado pelos fatores de ordem pessoal e técnica, e o relator R14, pelos fatores de ordem técnica e social. Porém, tanto no registro elaborado pelo R03, quanto pelo R14, observamos apenas influências dos aspectos técnicos.

Ressalta-se que o aspecto de ordem pessoal, apenas demonstrado pelos relatores R02 e R03, em princípio, pode significar o que mais denota a necessidade de observação por parte do relator de um BO, haja vista que, em que pese a obviedade de que nenhum relator está imune às influências internas e externas ao registro, há de se frisar que o BO reclama a constante equidistância do policial militar em relação às partes de uma ocorrência, a fim de não comprometer o aspecto de neutralidade que se espera de um gênero da esfera administrativa do Estado.

O fator ligado à ordem pessoal mencionado na pergunta em pauta, cujas respostas foram retratadas na Tabela 6, parece apontar para pré-construídos ligados a convicções políticas e/ou religiosas, familiares etc. que teriam influenciado os policiais militares na redação dos BO analisados. No entanto, conforme visualizamos na Tabela 6, apenas 2 policiais (R02 e R03), dentre 17, responderam que se sentiram influenciados por tais aspectos, sem, contudo, percebermos essas influências nos BO 43 e 46, respectivamente, por eles registrados.

Referentemente aos aspectos de ordem social, mencionados na Tabela 6, buscamos verificar se aspectos como ideologias sociais e/ou pressão social quanto à temática de homicídios influenciaram os relatores na redação dos BO analisados. No entanto, conforme visualizamos na Tabela 6, apenas 3 policiais (R02, R14 e R15), dentre 17, responderam que se sentiram influenciados pelos aspectos de ordem social. Contudo, novamente, não percebemos nos registros lavrados por R02, R14 e R15 as influências de ordem social por eles apontadas.

Portanto, apesar de R02 e R03 mencionarem que se sentiram influenciados, na lavratura do BO, por fatores de ordem pessoal e de R02, R14 e R15 se sentiram influenciados por fatores de ordem social, não percebemos nos BO examinados essas influências, mas tão somente as de ordem técnica, que foi a resposta mais recorrente entre os relatores.

**Tabela 7 - Refletindo sobre as habilidades/dificuldades próprias de cada relator no momento da coleta de informações para se lavrar o BO**

<b>Pergunta: Quando do seu comparecimento ao local da ocorrência e das diligências para a coleta de informações para fins de registro do BO, houve dificuldade em assimilar a versão dos fatos apresentada por testemunhas/populares e transcrevê-la, com suas adaptações, no histórico? Vide anexo E - histórico do BO</b>						
<b>Relatores</b>	<b>Não</b>	<b>Gramatical</b>	<b>Semântica</b>	<b>Informatividade</b>	<b>Formalidade</b>	<b>Coerência e coesão</b>
Relator 01	X					
Relator 02		X	X			X
Relator 03	X					
Relator 04		X				
Relator 05	X					
Relator 06	X					
Relator 07	X					
Relator 08	X					
Relator 09		X				
Relator 10	X					
Relator 11	X					
Relator 12	X					
Relator 13	X					
Relator 14	X					
Relator 15	X					
Relator 16						X
Relator 17		X	X	X	X	

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

Pela Tabela 7, notamos que R01, R03, R05, R06, R07, R08, R10, R11, R12, R13, R14 e R15 mencionaram que não apresentaram dificuldades em transcrever as versões a eles apresentadas quanto aos aspectos questionados. R02, R04, R09 e R17 mencionaram que enfrentaram dificuldades de gramática normativa no momento de transcrever as versões a eles apresentadas. Referentemente ao aspecto semântico, apenas R02 e R17 se manifestaram quanto a dificuldades no momento de transcrever as versões nos BO por eles registrados. No que tange

à informatividade, apenas o R17 mencionou que teve dificuldades para transcrever as versões a ele apresentadas. No mesmo sentido, o R17 se manifestou quanto ao aspecto da formalidade no BO registrado. Por fim, quanto a dificuldades acerca da coerência e coesão nos BO registrados, apenas R02 e R16 se manifestaram.

Conforme percebemos, 12 dos policiais militares, dentre 17, não se manifestaram quanto a possíveis dificuldades no registro do BO em relação aos aspectos questionados, o que, possivelmente, está intimamente relacionado aos aspectos técnicos desses relatores que se mostraram bem desenvolvidos.

Além disso, percebemos que as respostas na Tabela 7 se demonstraram resultados considerados satisfatórios na visão do Chefe do Planejamento de Operações Policiais, no que tange ao preenchimento dos campos parametrizados, à clareza e à informatividade, devido ao fato de preponderarem as respostas de que não houve dificuldades, conforme a referida tabela.

Além disso, na Tabela 7, buscamos verificar a postura do relator, quando da chegada ao local do fato que redundará na lavratura do BO, no que se refere à capacidade de compreender ou não as versões das partes envolvidas, principalmente de testemunhas, uma vez que se trata de homicídio consumado. Ressaltamos que os questionamentos feitos cujas respostas foram expressas na tabela 07 foram construídos tendo por base que, na instância formativa, aos policiais militares foram ministrados os conceitos pontuados na referida tabela.

Considerando a necessidade de os policiais militares transcreverem as versões a eles apresentadas, logicamente utilizando-se dos recursos linguísticos do seu conhecimento, surge a imprescindibilidade de discorrermos acerca dos conceitos de texto e textualidade.

Portanto, notamos que apenas R02, R04, R09 e R17 manifestaram dificuldades quanto aos aspectos linguísticos responsáveis pela textualidade no ato da elaboração do BO. Esse dado se torna relevante para esta análise, tendo em vista a ótica quanto ao uso dos recursos morfossintáticos da língua para a construção de um “bom texto”.

Na verdade, diante de tais respostas, reforço a ideia de que o foco de um texto deve ser a construção de sentido, levando em consideração as condições de produção e de recepção desses textos.

Conforme já exposto, foram abordadas as estratégias de assunção ou não da responsabilidade enunciativa por meio das três categorias analíticas, quais sejam: o discurso direto e o indireto, a impessoalidade e o futuro do pretérito.

Concluimos que, ao analisar toda a base teórica proporcionada nos cursos de formação e aperfeiçoamento, bem como nas diretrizes institucionais emanadas por meio de instruções técnicas de preenchimento, os policiais militares possuem conhecimento suficiente para torná-los aptos ao preenchimento dos BO, a fim de se atingirem os objetivos propostos para tal gênero.

Isso posto, reforço a necessidade de que os documentos normativos da PMMG, acerca da elaboração do BO, devem ser exaustivamente produzidos no âmbito das UEOP, no intuito de os policiais militares aprimorarem a lavratura do gênero discursivo em pauta.

Fica também evidente a premente necessidade do estreitamento entre as autoridades destinatárias dos registros dos Boletins de Ocorrência e a tropa executante de tais registros, de modo a adotarem protocolo de atuação no ato da lavratura do BO, o que deveria ser objeto de reiteradas instruções com a tropa executante.

Além disso, pela presente pesquisa, parece notória a necessidade de que o processo de ensino-aprendizagem dos policiais militares quanto à temática de elaboração dos Boletins de Ocorrência fosse permeado pelo desenvolvimento das competências cognitivas, atitudinais e operativas, assim como por meio de uma abordagem interdisciplinar e transversal, de forma que se torna imperioso que conheçam/pensem a temática, assim como saibam perceber a realidade institucional e a macro realidade que os cercam e, por fim, saibam executar/agir aplicando o conhecimento teórico nos casos concretos.

Pelos conceitos trazidos por Beaugrande e Dressler (1983) e Costa Val (1994), atrelando-os ao gênero discursivo BO, objeto desta pesquisa, percebemos quão importantes são os fatores de textualidade apresentados por aqueles, uma vez que coerência e coesão são necessários em todo e qualquer texto, porém, os fatores de intencionalidade e da aceitabilidade têm papéis extremamente relevantes, haja vista que a intencionalidade dos relatores é justamente lavrar o BO para subsidiar planejamentos e investigações policiais.

Nesse sentido, os enunciatários (Chefe da seção de planejamentos e Delegado de Polícia Civil) deverão acionar mecanismos de conhecimentos doutrinários da atividade policial, assim como os práticos das mais diversas situações profissionais e os recursos linguísticos, a fim de conferir sentido ao BO lavrado.

Referentemente ao fator da situacionalidade correlacionado ao objeto desta pesquisa, ressaltamos que os BO lavrados são produzidos num contexto de conflituosidade social, de maneira que há interesse estatal e social em prevenir e reprimir o delito de homicídio, sendo que toda a complexidade de um fato tipificado como homicídio impacta no ato de produção do gênero discursivo do BO.

Ressaltamos que a escolha pela aplicação de um questionário não nos possibilita alcançar a complexidade dos fatores influenciadores de um discurso sobre evento tão múltiplo.

No mesmo sentido, a informatividade e a intertextualidade são imprescindíveis tanto para a elaboração do BO, quanto para o enunciatário desse gênero, uma vez que, caso falem informações nos campos parametrizados e/ou no histórico, fatalmente ficará comprometida a composição do banco de dados, necessário para os planejamentos, ou incidirá, negativamente,

na atividade investigativa do Delegado de Polícia Civil. Já a intertextualidade se faz presente na elaboração do BO, assim como em todos os gêneros, haja vista que é impossível a lavratura do gênero BO sem que o enunciador rememore outras situações profissionais que redundaram na atividade discursiva ou outros discursos circulantes na esfera a que pertence, como a doutrina institucional de lavratura de um BO, os textos fundadores das disciplinas pertencentes à área do Direito, sobretudo Direito Penal e Direito Processual Penal. Essa transversalidade discursiva será constitutiva da produção dos BO.

**Tabela 8 - Refletindo sobre as dificuldades específicas do relator no ato da lavratura do BO**

<b>Pergunta: Na lavratura do histórico do BO de homicídio consumado lavrado pelo Sr. (pela Sra.), houve dificuldades em expor os elementos essenciais da narrativa? Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção: Vide anexo E - histórico do BO - Não houve dificuldades ( ) Caso tenha havido dificuldades, aponte-as. (Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção)</b>							
<b>Relator</b>	<b>Não</b>	<b>O quê?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>	<b>Como?</b>	<b>Porquê?</b>	<b>Onde?</b>
Relator 01	X						
Relator 02	X						
Relator 03	X						
Relator 04	X						
Relator 05	X						
Relator 06	X						
Relator 07	X						
Relator 08			X	X			
Relator 09	X						
Relator 10	X						
Relator 11	X						
Relator 12	X						
Relator 13	X						
Relator 14	X						
Relator 15	X						
Relator 16					X	X	
Relator 17	X						

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Na Tabela 8, em que visamos aferir o conhecimento dos relatores quanto às circunstâncias da narrativa, dentre as 17 respostas obtidas, apenas dois (R08 e R16) demonstraram alguma dificuldade em expor as elementares da narrativa, sendo que o R08 apresentou dificuldades nas circunstâncias “quem” e “quando”. Já o R16 mencionou dificuldades quanto às circunstâncias “como” e “porquê”.

As mencionadas dificuldades podem ter ocorrido em virtude de que, quando o R08 menciona a dificuldade em identificar a circunstância “quem”, pode estar relacionada à falta de elementos em se apontar a autoria do homicídio consumado, devido, como já dito, à ausência de informações de possíveis testemunhas, sendo que, no mesmo sentido, é a apontada dificuldade em demonstrar a circunstância temporal “quando”.

Porém, no que se refere ao R16, que mencionou dificuldades quanto às circunstâncias “como” e “porquê”, nota-se o grande desafio dos órgãos de defesa social, que é a identificação da motivação (“porquê”) do delito do homicídio cujo registro está sendo por ora analisado, de maneira que, ainda que passível de confirmação posteriormente, é de fundamental importância que o policial militar relator consiga, no local dos fatos, informações preliminares acerca da motivação do delito para auxiliar a autoridade de polícia judiciária.

No entanto, no que tange à circunstância “como”, julgamos que, possivelmente, houve um equívoco pelo relator R16, uma vez que tal circunstância reflete a maneira ou o instrumento com o qual foi praticado o delito, o que visivelmente é capaz de se determinar, em princípio e como regra geral, por mera observação do corpo do cadáver, como, por exemplo, disparos de arma de fogo, facadas etc., em que pese a necessidade de ressaltar que o parecer definitivo só pode ser proferido pela perícia criminal.

Salientamos que os dados e as informações ora aferidos foram feitos pelo pesquisador que, ao ler os históricos, buscou identificar as circunstâncias da narração que serviram de critério para as respostas.

Pela Tabela 8, com exceção de R08 e R16, os outros 15 relatores manifestaram que não houve dificuldades quanto a transcrever nos BO os elementos essenciais da narração. Isto se confirma pelo fato de 12 relatores manifestarem que a ausência dos elementos essenciais da narrativa nos BO por eles lavrados se deve à falta de repasse de informações por testemunhas/populares.

**Tabela 9 - Refletindo sobre a atribuição da dificuldade específica encontrada no ato da lavratura do BO**

<b>Pergunta: Tendo por base as respostas da alternativa anterior, o Sr. (a Sra.) atribui a dificuldade encontrada a:</b>		
<b>RELATOR</b>	<b>Falta de repasses de informações testemunhas/populares</b>	<b>Dificuldades de ordem pessoal do relator em captar tais elementos das versões apresentadas pelas testemunhas/populares</b>
Relator 01	Sem resposta	Sem resposta
Relator 02	Sem resposta	Sem resposta
Relator 03	X	
Relator 04		X
Relator 05	X	
Relator 06	X	
Relator 07	Sem resposta	Sem resposta
Relator 08	X	
Relator 09	X	
Relator 10	X	
Relator 11	X	
Relator 12	X	
Relator 13	X	
Relator 14	X	
Relator 15	X	
Relator 16	X	
Relator 17		X

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

A Tabela 9 teve por objetivo tão somente congrega as informações das Tabelas 5 e 6 para a visualização conjunta, de maneira que a Tabela 8 trouxe o questionamento acerca da lavratura das circunstâncias da narrativa no histórico do BO e que as circunstâncias da narrativa (Tabela 8) somente terão presença nos históricos dos BO se forem devidamente repassadas pela população ou se forem devidamente lavradas pelo relator.

A pergunta em pauta trouxe o questionamento sobre qual (is) das circunstâncias apresentadas (o quê, quem, quando, onde, como, porquê) os relatores tiveram mais dificuldades em apresentar no texto.

Ressaltamos que, dentre as 17 respostas, 15 relatores responderam que não tiveram dificuldades em apresentar tais circunstâncias, de forma que apenas os policiais militares R08 e R16 manifestaram dificuldades, sendo que o R08 revelou dificuldades em apresentar as circunstâncias “quem” e “quando” e o R16, no que tange ao “como” e ao “porquê”.

No que se refere às dificuldades manifestadas pelo R08 (quem e quando) temos que, pela análise, a dificuldade quanto a “quem” está diretamente associada à ausência de informação relativa à autoria do delito, sendo muito comum se identificar o autor dos crimes de homicídio, devido à situação e à forma como são executados.

Já no que se refere à circunstância “quando”, reputamos que, possivelmente, seja uma resposta equivocada, pois, pelo simples acionamento para que o policial militar intervenha no fato, já é possível definir um provável espaço temporal em que foi praticado o delito. Mas é possível que, dadas as circunstâncias da ocorrência (madrugada, local inacessível, ausência de testemunhas ...), o relator não tenha definições necessárias e suficientes para se expressar acerca de um possível momento do delito, o que deverá ser devidamente circunstanciado no histórico do BO.

O R16 manifestou dificuldades em apresentar as circunstâncias “como” e “porquê”, o que está diretamente atrelado, respectivamente, ao modo de execução e à motivação do delito.

A partir da identificação dessas circunstâncias na Tabela 8, trouxemos a Tabela 9 no intuito de detectar uma possível justificativa para as deficiências identificadas na Tabela 8 em que, dentre os 17 relatores, 12 deles reputaram que a dificuldade em apresentar as circunstâncias da narrativa está no fato de que as testemunhas não repassaram as informações suficientes.

Por outro lado, R04 e R17 justificaram a dificuldade em apresentar as circunstâncias da narrativa por uma limitação de ordem pessoal do próprio relator.

Os relatores R01, R02 e R07 não responderam à questão, o que tornou prejudicada a análise neste sentido e não é possível, *a priori*, identificar uma possível justificativa para não terem respondido.

### **3.3 Análise do questionário aplicado ao Chefe do Planejamento de Operações Policiais**

Na Tabela 10, visamos aferir o percentual de preenchimento dos campos parametrizados, assim como o aspecto da clareza e informatividade dos BO lavrados. Para tanto, aplicamos o questionário ao Chefe do Planejamento de Operações Policiais do 61º BPM, policial militar que utiliza os dados apresentados na tabela em questão para fins de planejamento de operações policiais naquela Unidade.

**Tabela 10 - Tabela comparativa entre aspectos específicos dos BO analisados, sob a perspectiva do Chefe do Planejamento de Operações Policiais**

<b>TABELA COMPARATIVA ENTRE ASPECTOS ESPECÍFICOS DOS BO - Vide anexo E</b>			
<b>BO</b>	<b>Preenchimento dos campos parametrizados</b>	<b>Clareza</b>	<b>Informatividade</b>
BO 1	100%	100%	100%
BO 2	100%	100%	80%
BO 3	80%	70%	60%
BO 4	70%	50%	50%
BO 5	80%	70%	60%
BO 6	80%	80%	80%
BO 7	90%	80%	60%
BO 8	80%	70%	60%
BO 9	100%	100%	80%
BO 10	80%	70%	60%
BO 11	90%	80%	80%
BO 12	100%	100%	80%
BO 13	80%	80%	60%
BO 14	80%	90%	90%
BO 15	80%	40%	50%
BO 16	100%	100%	100%
BO 17	80%	100%	100%
BO 18	80%	70%	100%
BO 19	80%	60%	70%
BO 20	100%	100%	100%
BO 21	70%	50%	50%
BO 22	80%	50%	50%
BO 23	80%	70%	80%
BO 24	80%	100%	70%
BO 25	80%	70%	60%
BO 26	80%	50%	60%
BO 27	100%	100%	100%
BO 28	80%	80%	80%
BO 29	100%	100%	100%
BO 30	100%	100%	100%
BO 31	100%	100%	100%
BO 32	80%	80%	80%
BO 33	80%	100%	80%
BO 34	100%	100%	80%
BO 35	100%	100%	100%
BO 36	80%	100%	90%
BO 37	80%	90%	80%
BO 38	80%	70%	70%
BO 39	70%	0%	20%
BO 40	80%	20%	30%
BO 41	100%	100%	100%
BO 42	80%	20%	20%
BO 43	80%	30%	30%
BO 44	80%	70%	70%
BO 45	80%	70%	70%
BO 46	80%	70%	70%
BO 47	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Ressaltamos que é necessário o preenchimento de todos os campos parametrizados do formulário do BO, sob pena de perda de dados e informações relevantes para os planejamentos das operações policiais de prevenção e repressão criminal.

Por meio do preenchimento completo de todos os campos parametrizados do formulário do BO, é possível criar perfis de autores e de vítimas do delito, uma vez que possuem um padrão de comportamento de atuação nas atividades cotidianas, por parte da vítima, e de atividades delitivas, por parte do autor.

Referentemente à informatividade, discorreremos acerca de tal fator de textualidade na seção 3.2 desta pesquisa, sendo que esse fator está relacionado à gama de dados e informações imprescindíveis para os planejamentos e para as investigações preliminares pelo Delegado de Polícia.

Por meio dos dados revelados na Tabela 10, nota-se que houve perda de informações significativas para os planejamentos, o que pode comprometer o exercício da função de planejamento pelos órgãos de defesa social que subsidiam políticas públicas para a área da segurança e, numa microvertente, subsidiam o planejamento de operações policiais para determinado bairro/rua de maior incidência do delito de homicídio.

Em que pese a referida perda significativa de informações, de maneira geral, pela análise, foi possível percebermos que, dentre os 47 BO, 18 trouxeram 100% de clareza das informações que o Chefe do Planejamento de Operações Policiais necessitava para planejar as ações e operações policiais, o que demonstra que os fins institucionais da PMMG foram alcançados pelos BO registrados.

Destacamos que, para se atingir o percentual de 100%, seria necessário que o BO trouxesse todos os elementos essenciais da narrativa, quais sejam: o quê, quem, quando, onde, como, porquê.

Quanto ao preenchimento de todos os campos parametrizados, conforme as respostas da Tabela 10, percebemos que, dentre os 47 BO, 14 trouxeram o preenchimento completo (100%) dos campos parametrizados e que quase todo o restante obteve 70% ou mais de preenchimento, o que representa resultados significativos para a composição do banco de dados da defesa social.

Em relação à pergunta quanto à informatividade, percebemos que, dentre os 47 BO, 12 trouxeram a informatividade num percentual de 100% com a apresentação de dados que o Chefe do Planejamento de Operações Policiais utilizaria para exercer a sua função de assessorar o comandante do Batalhão e, assim, alocar recursos humanos e logísticos de forma empírica, por meio do planejamento, para combater a criminalidade de forma setORIZADA.

Além disso, ainda no que tange à informatividade, percebemos que a grande maioria dos BO alcançou o percentual de 60% ou mais com as informações que o Chefe do Planejamento de Operações Policiais utilizaria para exercer suas funções, o que nos leva a concluir que os registros cumpriram as finalidades institucionais da PMMG.

**Tabela 11 - Refletindo sobre o percentual de registros lavrados pela PMMG dentre os BO de homicídio consumado lavrados em Sabará/MG no ano de 2016**

<b>Pergunta: Sr. Chefe, dentre os delitos em questão, quantos tiveram por <i>notitia criminis</i> o Boletim de Ocorrência lavrado pela PMMG?</b>			
	<b>TOTAL</b>	<b>PMMG</b>	<b>PCMG</b>
<b>Chefe do Planejamento de Operações Policiais</b>	49	47	02

**Fonte: Registro de Eventos de Defesa Social – REDS**

Na Tabela 11, buscamos aferir quantos delitos de homicídio consumado ocorreram na cidade de Sabará/MG, em 2016, a fim de mensurar a representatividade da PMMG no ato de registro, sendo que foi obtido o percentual de 98% dos delitos de homicídio consumado lavrado pela PMMG, o que demonstra a confiabilidade da população em acionar a referida Instituição para demandas dessa natureza.

No que tange à Tabela 11, notamos que, dos 49 BO lavrados sobre homicídio consumado, em Sabará/MG, no ano de 2016, 47 foram elaborados por policiais militares, o que ratificou a importância da presente pesquisa, uma vez que a representatividade institucional da PMMG é facilmente perceptível por meio do referido número e reforça a necessidade de sempre proporcionar um registro de BO que atenda às finalidades institucionais.

Diante disso, percebemos quão importante é o objeto desta pesquisa, haja vista que, conforme dito, 98% dos registros de homicídio consumado, em Sabará/MG, no ano de 2016, foram realizados pelos policiais militares.

Então, torna-se necessário, cada vez mais, avaliar e perceber a construção discursiva dos BO, a fim de saber se ele está cumprindo as finalidades para as quais ele existe, pois quase todas as notícias de crime que chegaram ao conhecimento da autoridade de polícia judiciária ocorreram por meio de um BO lavrado por um policial militar.

**Tabela 12 - Refletindo sobre a ênfase dada ao BO como fonte de planejamentos**

<b>Pergunta: Em delitos de tal natureza, o planejamento das ações e operações policiais de repressão qualificada a esses crimes tem por base os registros de BO como fonte de pesquisa para subsidiá-lo? ( ) Sim, essencialmente ( ) sim, unicamente ( ) não</b>			
<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>SIM, ESSENCIALMENTE</b>	<b>SIM, UNICAMENTE</b>	<b>NÃO</b>
<b>Chefe do Planejamento de Operações Policiais</b>	X		

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 12 confirma a importância, para a base de dados da PMMG, da necessidade do preenchimento completo e adequado tanto dos campos parametrizados, quanto do histórico, uma vez que, conforme o responsável pelo planejamento da área onde ocorreram os homicídios cujos registros foram analisados nesta pesquisa, ambas as partes são essenciais para o trabalho de planejamento de ações e operações policiais para os fins preventivos e repressivos à criminalidade.

O questionamento em tela teve por objetivo demonstrar a imprescindibilidade de preenchimento de todos os campos parametrizados, pois, conforme a Tabela 10, percebemos que apenas 14 dos 47 BO trouxeram o preenchimento dos campos parametrizados no percentual de 100%.

Então, notamos, por meio desta tabela, que o registro do BO é fonte essencial do planejamento das ações e operações policiais, o que amplia a necessidade de exigir que o seu preenchimento seja elaborado de maneira adequada.

**Tabela 13 - Refletindo sobre a base de dados que são utilizados no cotidiano de planejamento da UEOP analisada**

<b>Pergunta: Em delitos de tal natureza, o planejamento das ações e operações policiais tem como destaque: ( ) campos parametrizados ( ) histórico ( ) campos parametrizados e o histórico. Vide anexo E - histórico do BO</b>			
<b>Responsável</b>	<b>Parametrizados</b>	<b>Histórico</b>	<b>Ambos</b>
<b>Chefe do Planejamento de Operações Policiais</b>			X

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Por meio das Tabelas 12 e 13, notamos que se confirmou a importância do preenchimento dos campos parametrizados e do histórico para o planejamento das operações policiais, uma vez que, conforme dito pelo Chefe da Seção de Planejamentos do 61º BPM, o planejamento tem como fonte essencial de dados e informações o que é lavrado no BO. Além disso, tanto os campos parametrizados, quanto o histórico gozam de especial relevância no

processo de planejamento. Percebemos, também, que se confirmou a tese de que não há campo parametrizado dispensável, mesmo que o campo parametrizado não seja estabelecido pelo sistema como campo de preenchimento obrigatório, que são aqueles que, caso não sejam preenchidos, o sistema não permite que se progrida no processo do registro e acusa pendências de preenchimento.

O questionamento em tela teve por objetivo demonstrar a imprescindibilidade de preenchimento de todos os campos parametrizados, assim como do histórico. Como dito na Tabela 11, o registro do BO tem utilização primordial para as atividades de planejamento policial.

**Tabela 14 - Refletindo sobre a existência das circunstâncias da narrativa**

<b>Pergunta: Dentre esses delitos, o histórico do BO respectivo trouxe os elementos essenciais da narrativa e auxiliaram nos planejamentos: ( ) O quê? ( ) Quem? ( ) Quando? ( ) Como? ( ) Porquê? ( ) Onde? ( ) Possíveis desdobramentos? Vide anexo E - histórico do BO</b>						
<b>O quê?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>	<b>Como?</b>	<b>Porquê?</b>	<b>Onde?</b>	<b>Possíveis desdobramentos?</b>
X	X	X	X	-	X	-

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 14, que está intimamente imbricada com os aspectos da Tabela 15, buscamos verificar a importância do preenchimento dos campos parametrizados do BO, bem como do histórico da ocorrência policial, a fim de perceber os seus impactos quando da elaboração do BO, quando do planejamento das operações policiais, assim como quando do momento de proceder à investigação criminal.

Devido ao fato de que o questionamento apresentado na Tabela 14 se referir às circunstâncias da narração, julgamos necessário trazermos apontamentos a respeito da responsabilidade enunciativa.

Acerca da responsabilidade enunciativa, notamos a correlação direta dos três valores fundamentais da mediatividade apresentados com a produção dos BO da PMMG, uma vez que, para que seja produzido o gênero em questão, os relatores lavraram o ato a partir de fatos a eles relatados, inclusive pelo *ouvir-dizer* que, no caso concreto, deve ser interpretado com certa reserva. Muitas vezes, o relator depara-se com testemunhas que não desejam se envolver na ocorrência por medo de represália e acabam por repassar informações que obtiveram pelos *burburinhos* dos populares, assim como, muitas vezes, o policial militar acaba recebendo as informações que, não raramente, são apresentadas um pouco desconexas, cabendo aos policiais militares fazer as inferências necessárias para lavrar o BO. Dessa forma, o registro carrega uma carga expressiva de impressões obtidas no cenário da ocorrência para conhecimento do

Delegado de Polícia Civil a quem compete, posteriormente, checar as informações afloradas na cena do crime.

Destacamos na Tabela 14 que apenas as circunstâncias *porquê? E possíveis desdobramentos?* não foram mencionadas pelos relatores nos registros dos BO sob exame, conforme a resposta do Chefe do Planejamento de Operações Policiais, uma vez que as respostas a esses dois questionamentos, muitas vezes, são inalcançáveis ao policial militar até o momento do registro. Caberá ao Delegado de Polícia, já no curso da investigação, obter a motivação do delito e as consequências que dele podem advir, como, por exemplo, outros homicídios, como é muito típico em disputas entre traficantes, nas quais são cometidos diversos homicídios de várias gangues por domínio do tráfico de drogas em determinada área.

**Tabela 15 - Refletindo sobre o preenchimento dos campos parametrizados**

<b>Pergunta: Dentre esses delitos, o BO respectivo trouxe o preenchimento total dos campos parametrizados? ( ) sim ( ) não</b>		
<b>Responsável</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Chefe do Planejamento de Operações Policiais</b>	14	33

**Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.**

A Tabela 15 visou aferir quantos, dentre os 47 BO analisados, tiveram todos os seus campos parametrizados totalmente preenchidos. Os dados revelam, por meio das Tabelas 10 e 16, que 14 BO, dentre os 47 examinados, trouxeram o preenchimento de todos os campos parametrizados e que 33 trouxeram o preenchimento parcial dos referidos campos. Ressaltamos que o preenchimento de todos os campos é de suma importância para a composição do banco de dados do sistema de defesa social e que houve perda de dados nesses 33 não preenchidos completamente.

Para Gonçalves (2019), o redator do BO participa de uma prática social, interagindo com o destinatário e gerando os efeitos próprios do gênero e, dentre os aspectos a serem observados no padrão dos gêneros, temos a adequada informatividade, que é indispensável para que a interação ocorra da forma pretendida.

A informatividade adequada será fundamental para o atingimento das finalidades do gênero BO, sendo que denominamos como adequada a presença dos elementos essenciais na lavratura do BO, como, por exemplo, a dinâmica dos fatos, possível autoria e materialidade do delito, a motivação para o delito perpetrado, dentre outros.

Dessa forma, salientamos que todos os BO que não alcançaram o preenchimento de 100% dos campos parametrizados redundaram em perda de dados e informações relevantes. No entanto, amparados pelas Tabelas 10 e 16, percebemos que, em que pese a referida perda de

dados, o registro do BO possivelmente cumpriu a finalidade de proporcionar uma robusta base de dados, uma vez que o percentual mínimo de preenchimento dos campos parametrizados foi de 70%, que se mostra bastante relevante, e isso foi corroborado pelo Chefe do Planejamento de Operações Policiais na mencionada tabela. Não obstante isso, sugerimos a exaustiva instrução para que o almejado 100% de preenchimento seja alcançado.

Portanto, por meio da Tabela 10, notamos a importância do preenchimento completo dos campos parametrizados e, em que pese o percentual de 70% de preenchimento, são necessárias instrução e conscientização dos integrantes da PMMG para que o BO cumpra as suas finalidades de subsidiar dados e informações para planejamento de operações policiais e para auxiliar nas investigações por meio do Inquérito Policial.

**Tabela 16 - Comparativo das respostas dos questionários de relatores e do Chefe do Planejamento de Operações Policiais**

<b>Aspecto analisado</b>	<b>Relatores</b>	<b>Planejamento</b>	<b>Depol</b>
<b>BO lavrados pela PMMG</b>	Não se aplica	47 (98% da amostra)	Sem resposta
<b>Análise dos campos parametrizados ou do histórico</b>	100% reconheceram a importância do preenchimento de ambos, sendo que 99% perceberam a preponderância do histórico e 1% reconheceu a preponderância dos campos parametrizados	Em 100% da amostra, o planejamento é essencialmente baseado no histórico e nos campos parametrizados	Sem resposta
<b>Preenchimento total ou parcial dos campos parametrizados</b>	Apenas 14 BO lavrados foram preenchidos em todos os campos parametrizados (ou seja, 33 BO tiveram preenchimento parcial)	14 BO lavrados trouxeram os campos parametrizados totalmente preenchidos e em 33 BO houve preenchimento parcial (percentual mínimo de 70%)	Sem resposta
<b>Informatividade</b>	Dentre os relatores, apenas 1 mencionou dificuldade em atender ao princípio da informatividade	12 BO não trouxeram a informatividade necessária e 35 BO atenderam totalmente a esse aspecto	Sem resposta
<b>A existência dos elementos essenciais na narrativa (aspecto clareza)</b>	99% dos relatores atribuíram a falta de clareza dos históricos à falta de repasse de informações pelas testemunhas/populares	18 BO não trouxeram a clareza necessária e 29 atenderam a esse aspecto	Sem resposta
<b>O histórico trouxe, de maneira bem definida, as versões das partes/testemunhas?</b>	Não se aplica	Sim	Sem resposta

Fonte: Elaborada pelo pesquisador com base nos dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 16, buscamos apresentar as diferentes visões dos três públicos-alvo desta pesquisa: os relatores, o Chefe do Planejamento de Operações Policiais e o Delegado de Polícia Civil).

Dessa forma, cabe-nos, neste momento, examinar os questionamentos propulsores desta pesquisa e os correspondentes resultados, a fim de verificarmos se o gênero BO atende aos objetivos pressupostos pela ação discursiva a que se propõe.

O primeiro questionamento foi: Qual o papel do policial militar, no processo de elaboração do gênero BO, na cena enunciativa criada por determinado contexto? Pelos resultados desta pesquisa, concluímos que o policial militar relator tem fundamental importância quando da lavratura do gênero BO, afeto à esfera da Administração Pública, pois o registro é realizado tendo por fundamento um processo de interação entre os interlocutores e as finalidades específicas do gênero a serem alcançadas. Nisso, apesar de o gênero BO se confirmar como um formulário prévia e institucionalmente determinado, o policial militar relator ainda assim interage com o contexto da produção textual e jamais ele se mostrará neutro e impessoal quanto à atividade discursiva, dadas as premissas injuntivas do gênero BO e da esfera na qual ele ocorre.

O segundo questionamento foi: No ato de interpretação da autoridade de polícia judiciária, quais seriam as possibilidades de significação a partir do discurso sobre o fato, tendo em vista que a ação discursiva é fruto da interpretação do enunciador, responsável pelo BO? Em que pese o fato de que não obtivemos as respostas ao questionário aplicado à autoridade de polícia judiciária, responsável pela apuração dos delitos registrados nos BO sob análise, entendemos que o enunciador constrói sentidos por meio da lavratura do BO, convencendo os seus enunciatários acerca do fato e das circunstâncias que permearam o delito, de forma que, por meio do discurso, ele exerce influências sobre os enunciatários e as suas consequentes construções de sentidos para o fato lavrado no BO que citamos. A título exemplificativo, o campo parametrizado *provável descrição da ocorrência* que, exercendo a função de *entrada de leitura*, mostra-se fundamental para o processo de significação que será construído pelos enunciatários.

O terceiro e último questionamento foi: Qual o papel determinante da comunidade discursiva para a elaboração do gênero BO, tendo em vista a peculiaridade da comunidade policial militar como parte integrante de uma rede de órgãos da persecução penal? Notamos que a comunidade discursiva na qual ocorre o gênero BO, devido às suas singularidades, exerce um papel fundamental para a construção desse gênero. Salientamos que os dados obtidos servirão aos órgãos de persecução criminal para a adoção de estratégias e ações de combate à criminalidade, sob o viés preventivo e repressivo, bem como subsidiará, no âmbito de projetos

de governo e de Estado, as políticas públicas, visando à pacificação social. Dessa forma, na atuação prática, caberá ao Chefe do Planejamento de Operações Policiais da Unidade, que é um dos enunciatários do BO, com base em cientificidade, alocar os recursos humanos e logísticos de forma estratégica, eficaz e eficiente por meio de ações de policiamento ostensivo e de repressão qualificada.

Retomando nossas perguntas de pesquisa, podemos verificar a importância do preenchimento dos campos parametrizados do BO, bem como do histórico da ocorrência policial, a fim de se perceberem os seus impactos quando da elaboração do BO, quando do planejamento das operações policiais, assim como quando do momento de proceder à investigação criminal.

No que tange à investigação criminal, como já dito, não obtivemos as respostas dos questionários do Delegado da Polícia Civil, responsável pelos Inquéritos Policiais resultantes dos delitos que foram registrados por meio dos BO sob exame, o que tornou prejudicada tal análise, não sendo possível detectar uma justificativa da referida autoridade em não responder ao questionário.

Salienta-se que, com as Tabelas 13 e 16, visamos trazer dados e informações quanto aos principais aspectos da elaboração e análise dos BO, quais sejam: a clareza e a informatividade. Dessa forma, as perguntas realizadas quanto à clareza e informatividade remontam-nos, essencialmente, às circunstâncias do tipo textual narração e às circunstâncias do tipo textual descrição.

As perguntas realizadas buscaram aferir a presença das seguintes circunstâncias e, caso se apresentassem na totalidade no registro analisado, alcançariam o percentual de 100% na resposta: ( ) O quê? ( ) Quem? ( ) Quando? ( ) Como? ( ) Por quê? ( ) Onde? ( ) Possíveis desdobramentos?

Ainda conforme o documento (2017), temos diversos tipos textuais, dentre eles a narração e a descrição que são assim apresentados:

**Narração:** Conta um fato que se deu em um determinado tempo e local, com envolvimento de pessoas. Na narração, em regra, o redator apresenta uma sequência de acontecimentos, esclarecendo quem fez o quê, quando, onde e como, além de apresentar as consequências dos fatos. Na narração objetiva, empregada na Redação Oficial, os fatos são apresentados em ordem cronológica, tal qual ocorreram.

**Descrição:** Apresenta elementos caracterizadores de pessoas, objetos ou ambientes. Retrata seres, ambientes, cenas ou paisagens, apresentando características físicas. Para os seres, apresenta comportamentos, atitudes, temperamento etc. Na redação oficial, empregamos a descrição objetiva, cuidando de apresentar a realidade tal qual a presenciamos, sem impressões vagas ou pessoais. A seleção das características apresentadas na descrição depende dos objetivos da produção textual. (MINAS GERAIS, 2017, p. 7).

Além disso, notamos, pelas respostas apresentadas, a essencialidade dos campos parametrizados e do histórico para os planejamentos, conforme as respostas proferidas pelo Chefe da seção de planejamentos. Igual importância, pelas respostas apresentadas, também foi reconhecida pelos policiais militares responsáveis pela lavratura dos BO analisados.

No entanto, como tal preenchimento está diretamente relacionado à clareza e à informatividade, percebemos que a falta desses fatores de textualidade apontados pelo Chefe do Planejamento de Operações Policiais está umbilicalmente ligada à falha de repasse de informações por testemunhas/populares, o que é característico em delitos tais como os de homicídio consumado, o que denota substancial prejuízo para o enfrentamento dessas infrações penais, sendo que apenas dois relatores mencionaram dificuldades de ordem pessoal de captar as versões que são apresentadas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por base o exercício da função como Chefe do Planejamento de Operações Policiais do 61º BPM e um incômodo percebido durante os planejamentos de operações subsidiadas pelos registros dos BO. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar os registros dos boletins de ocorrência (BO) da PMMG, do delito de homicídio consumado, no ano de 2016, na cidade de Sabará, com fins de averiguar os possíveis efeitos sobre o enunciatório de estratégias linguístico-textuais responsáveis pela construção do gênero Boletim de Ocorrência da PMMG (BO-PMMG), a fim de compreender as decorrências de tais recursos no encaminhamento da persecução criminal e de ações de combate à criminalidade.

A fim de atingir tal intento, atemo-nos à análise de 47 BO dentre os 49 lavrados no ano mencionado, uma vez que, durante o levantamento do referido *corpus*, pôde-se perceber que apenas 2 foram registrados pela Polícia Civil, o que, ao final, materializou a viabilidade desta pesquisa, pois a PMMG foi acionada em 98% dos casos de homicídios no ano e na cidade de referência e isso comprova a necessidade de, cada vez mais, estudarmos o gênero discursivo BO.

Para além de uma visão prescritiva, muitas vezes subjacente ao exame do gênero discursivo, como o BO, ressaltamos a necessidade de estudarmos tal gênero sob o viés de sua relevância como um dos registros representativos do trabalho realizado com a finalidade de proporcionar à população mineira serviços de segurança pública da mais alta qualidade e, assim, cumprir o mandado constitucional do art. 144, da Constituição da República Federativa do Brasil.

A presente pesquisa teve por vetor diretivo verificar se os 47 BO registrados de homicídio consumado, no ano de 2016, cumpriram as finalidades para as quais existe o BO, quais sejam: a) subsidiar o banco de dados da PMMG para fins de planejamento de ações e operações policiais; b) contribuir para direcionar as medidas preliminares da investigação por parte da autoridade de polícia judiciária (Delegado de Polícia Civil) da delegacia especializada para tais infrações penais.

Ressaltamos que a análise se restringiu a BO lavrados nos casos concretos de homicídio consumado, ou seja, durante a atividade-fim da PMMG, ou seja, num momento posterior à instância formativa dos policiais militares. No intuito de aferirmos o atingimento ou não de tal objetivo, buscamos, inicialmente, as bases formativas dos policiais militares que lavraram os BO que serviram de *corpus* para esta pesquisa. Para isso, examinamos os programas de disciplina de produção textual de todos os cursos de formação e aperfeiçoamento da PMMG que são ministrados para policiais militares responsáveis pelo ato de lavratura do BO na

atividade-fim, quais sejam: Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados PM. Além disso, aplicamos um questionário aos policiais militares que lavraram os 47 BO analisados, a fim de verificar os mecanismos de agenciamento de responsabilização enunciativa nos referidos BO para fins de planejamentos de operações policiais e investigação. Aplicamos também questionários aos enunciatários dos BO (Chefe do Planejamento de Operações Policiais e Delegado da Polícia Civil) para verificar os efeitos aos quais estão submetidos pelo discurso construído pelo enunciador nos registros dos BO.

Torna-se imperioso ressaltar que os programas de disciplina analisados estão em consonância com as habilidades necessárias à lavratura do gênero BO, uma vez que tais documentos frisam a relevância do uso do padrão formal da língua no BO, sem, no entanto, descuidar-se da atenção necessária quanto à dimensão textual e pragmática.

No mesmo sentido, observamos nos programas das disciplinas, bem como nos questionários respondidos pelos relatores, que há uma preocupação por parte da PMMG em qualificar os seus integrantes quanto à elaboração dos gêneros discursivos no aspecto do distanciamento do dito, haja vista o destaque dado às características da Redação Oficial no gênero BO, pois, conforme observamos, todos os documentos produzidos pela Administração Pública devem atender a essa peculiaridade da esfera da Administração Pública.

Oportuno destacarmos que todas as características da Redação Oficial puderam ser observadas nos BO lavrados, como a “correção” (que considera aspectos de gramática normativa), a “padronização” (que se atém ao conteúdo e à forma do texto), a “formalidade” (que é a polidez necessária no texto, sobretudo quanto ao uso dos pronomes de tratamento, em consonância com as exigências da comunidade discursiva da esfera militar), a “clareza” (que é a presença de informações essenciais e inexistência de ambiguidades/contradições), a “concisão” (que se atém à imprescindibilidade de um texto enxuto, atento às informações relevantes e ao expurgo das informações desnecessárias) e, por fim, a polêmica característica da “impessoalidade” (que seria a isenção pelo enunciador frente aos fatos e às versões dos fatos relatados).

Haja vista o foco desta pesquisa, demos ênfase ao exame dos recursos característicos de “impessoalidade”, pois, como demonstrado, na comunidade discursiva dos policiais militares, representa a capacidade de o relator manter a isenção nos textos lavrados. De fato, uma estratégia discursiva necessária aos textos oficiais é que o agente público, a fim de atingir isonomia diante das situações concretas, não deixe transparecer as suas opiniões pessoais nos BO lavrados, uma vez que isso implicará responsabilização civil, administrativa e até criminal, a depender do caso concreto.

Na pesquisa em foco, verificamos que os Boletins de Ocorrência são construídos tendo por supedâneo toda a base teórica, prática, pessoal, profissional, acadêmica e social, tanto no aspecto individual, quanto coletivo, pois o ser humano é, sobretudo, construto do meio social e, assim sendo, é inegável a influência à qual ele está submetido. Nesse sentido, sob a perspectiva do interacionismo sociodiscursivo, repisamos que a neutralidade na elaboração dos BO analisados, e em todo e qualquer gênero, é inalcançável.

O Direito Administrativo brasileiro aconselha a impessoalidade, mas, a depender do envolvimento dos locutores com a situação enunciativa, sabemos que a atitude de distanciamento não se concretiza de fato. O locutor, ainda que não o demonstre por meio de estratégias linguísticas de implicação ao discurso, encontra-se em interação permanente com o próprio dizer. Apregoador por documentos e manuais de redação técnica, o não posicionamento do locutor é inerente ao discurso e permanece como uma idealização.

A afirmativa de que a impessoalidade é possível de ser atingida nos documentos oficiais como o BO foi facilmente perceptível nesta pesquisa, tendo em vista as respostas dos questionários, os programas de disciplina e, sobretudo, na análise realizada nos BO registrados, uma vez que foi notório o intuito do distanciamento do dito. Esta análise foi corroborada pelas respostas dos relatores aos questionários relativamente às influências de ordem técnica, no ato da lavratura do BO.

Ainda no que tange ao distanciamento do policial militar relator dos BO analisados, discorreremos nesta pesquisa sobre três categorias analíticas, quais sejam: a) as estratégias da impessoalidade; b) os modalizadores da responsabilidade enunciativa; c) os modalizadores do futuro do pretérito.

O quarto capítulo foi dedicado tanto às categorias analíticas quanto aos seus aspectos teóricos e que foram posteriormente demonstradas na Tabela 15 no que se refere às análises de todos os 47 BO.

Nesse sentido, percebemos nos BO do *corpus*, sem exceção, a presença das três categorias analíticas propostas, de forma que foi notória a presença de discurso indireto e de construções verbais no futuro do pretérito, sendo que, em apenas um BO, houve uma passagem de discurso direto, pois, consoante o que discorreremos no capítulo 3, o discurso direto é típico em ocorrências como o delito de ameaça, o que não se manifesta em delitos de homicídio consumado. Além disso, também percebemos nos BO a presença da responsabilidade enunciativa, ou seja, a assunção pelo dito. No entanto, verificamos que foi mais evidente a não assunção pelo dito, ou seja, o fenômeno da mediatividade.

Paralelamente à análise feita nos referidos programas de disciplina, foi aplicado um questionário aos relatores para verificar se a eles foi ministrada, durante o curso de formação,

disciplina que os instruisse acerca da elaboração do BO. Nos questionários aplicados, foi possível verificar que, dos 17 respondentes, 15 relatores receberam tal instrução e apenas 2 não cursaram tal disciplina. O que, confrontado com a Tabela 1, direcionou para a conclusão de que as duas respostas negativas podem ter sido emanadas de maneira equivocada.

Sob a perspectiva enunciativa (BENVENISTE, 1989) e discursiva (BAKHTIN, 1992) foi possível percebermos, nos dados examinados, o necessário processo de interação entre o *sujeito* e o social que o circunda. Flagramos nos modos de dizer movimentos reveladores de proximidade do *eu* com os eventos a serem discursivizados. Com amparo em Benveniste (1989), notamos que se mostrou impossível o *eu* dissociado do social, de forma que o *eu* se projeta no outro, constituindo-se numa relação de alteridade. Ao agir, socialmente, por meio da linguagem e dela se apropriando, o enunciador projeta a si mesmo e ao outro na interação verbal.

Como se demonstrou na análise dos dados, algumas respostas foram deixadas em branco. Não obstante a ausência das respostas, a práxis operacional nos permite inferir que os elementos inseridos nos BO fornecem subsídios mínimos para a autoridade de polícia judiciária proceder às preliminares de investigação dos homicídios consumados narrados no gênero produzido, assim como para o planejamento das operações policiais. Salientamos que é necessário um procedimento metodológico de pesquisa que apreenda as justificativas, ao invés de questionários com questões fechadas, uma vez que propiciará ao respondente explicitar razões e procedimentos que certamente contribuiriam para o alcance da informatividade acerca do relato.

Conforme discorremos no capítulo 3, sobretudo na análise das respostas proferidas pelo Chefe da Seção de Planejamentos ao questionário, percebemos a imprescindibilidade de que todos os campos parametrizados do BO sejam devidamente preenchidos, pois o sistema REDS é a fonte da busca de dados para a elaboração de todo o planejamento operacional.

Notamos, também, de acordo com as respostas do Chefe da Seção de Planejamentos, em consonância com as Tabelas 12 e 13, que tanto os campos parametrizados, quanto o histórico do BO são determinantes para a execução da tarefa de prevenção criminal por meio das operações policiais planejadas para combater o delito de homicídio que, conseqüentemente, adviriam dos delitos registrados nos BO do *corpus* desta pesquisa.

Cabe salientar que também os policiais militares reconheceram a necessidade de que todos os campos parametrizados fossem preenchidos e que, de maneira geral, os BO analisados trouxeram os principais elementos dos campos parametrizados, o que se distancia, de certa forma, do que assinala o Chefe de Planejamentos a respeito da necessidade do preenchimento de todos os campos parametrizados.

Pelo exposto até o momento, julgamos que o objetivo central desta pesquisa foi atingido, uma vez que os BO registrados de homicídios consumados, no ano de 2016, na cidade de Sabará/MG, cumpriram a finalidade de subsidiar os enunciatários, ou seja, o Chefe do Planejamento de Operações Policiais e o Delegado de Polícia Civil, com as informações necessárias e com o discurso pautado em argumentos para que tais autoridades cumprissem o seu mister, quer seja em ações preventivas, quer seja nas ações investigativas do órgão.

Atendo-nos detidamente aos objetivos específicos desta pesquisa, a partir de agora, explanaremos acerca do que foi possível alcançar com a pesquisa.

Os objetivos específicos propostos foram:

- 1) Analisar o gênero discursivo BO tendo como base o quadro teórico fornecido pela análise do discurso.

Pelo objetivo proposto, percebemos que o Boletim de Ocorrência da PMMG (BO-PMMG) é um gênero discursivo pertencente à esfera da Administração Pública do Estado de Minas Gerais e que, mesmo sendo um formulário com estrutura pré-definida, ainda assim o enunciador interage com esse gênero, que é produzido no sentido de imprimir significado ao que foi relatado e, assim, persuadir os enunciatários do BO. Conseguimos compreender que a linguagem por meio do BO aponta para o lugar de ação e interação, conforme os dizeres de Koch (1997). Notamos que a interação enunciador - contexto - enunciatário se mostrou imprescindível para que os propósitos da linguagem cumprissem os seus objetivos nos casos analisados, uma vez que os enunciadores cumpriram a finalidade de composição de banco de dados do sistema de defesa social por meio do BO, de modo a subsidiar o Delegado de Polícia Civil nas investigações preliminares. Nos relatos dos BO, se fazem presentes várias vozes sociais, o que se configura na diversidade polifônica. Ressaltamos que a pretensa e presumida impessoalidade idealizada pela esfera formativa nos registros analisados não se efetivou, o que revelou que o discurso sempre põe à sombra certos detalhes dos eventos registrados, de maneira que nenhum gênero, não obstante a pretensa objetividade, seria capaz de revelar “fielmente” os fatos. Assim, consideramos que o primeiro objetivo específico foi atingido.

- 2) Examinar a natureza dos recursos linguísticos utilizados pelos enunciadores na atividade discursiva de elaboração dos BO, responsáveis pela construção de enunciadores e enunciatários, da cena enunciativa e do conteúdo temático.

Referentemente ao segundo objetivo específico proposto, percebemos que a comunidade linguística dos policiais militares é muito peculiar e que a produção de gêneros discursivos por eles é pautada em observância às características da Redação Oficial. Em todos os BO foi marcante a presença de recursos linguísticos do discurso indireto e de construções discursivas com o futuro do pretérito e que isso se deu, possivelmente, visando à não assunção da responsabilidade enunciativa e, assim, atribuir a outrem o que foi dito. Apesar disso, ainda que bem menos recorrente, houve manifestações nos textos de assunção da responsabilidade enunciativa. Dessa forma, reputamos também como atingido esse objetivo.

3) Analisar o formulário-padrão do Boletim de Ocorrência da PMMG, a fim de visualizar os dados e informações a serem ali reelaborados, no intuito de dimensionar o preenchimento completo (ou não) dos campos parametrizados diante da demanda específica objeto da pesquisa.

Conforme observamos na pesquisa, no capítulo 1, o gênero discursivo BO possui a sua estrutura subdividida em duas partes: os campos parametrizados e o histórico. Discorremos sobre a composição dos campos parametrizados para fornecer dados e informações, a fim de compor o banco de dados de defesa social e, conseqüentemente, subsidiar o planejamento de medidas preventivas e repressivas de combate à criminalidade. Percebemos que os relatores, no ato de lavratura do BO, podem ter sido influenciados pelo *ethos* das testemunhas dos fatos relatados e que eles privilegiaram tanto o preenchimento dos campos parametrizados quanto o do histórico no formulário do BO e que isso demonstrou um nível significativo de dados e informações de defesa social como ferramenta de planejamentos das operações de combate à criminalidade. Além disso, o Chefe do Planejamento de Operações Policiais (enunciário) manifestou que, por meio dos registros dos BO, foi possível planejar as operações policiais. Diante disso, reputamos que o terceiro objetivo específico desta pesquisa foi atingido.

4) Avaliar o processo de construção da argumentação discursiva presente no gênero discursivo BO, tendo em vista recursos ligados à polifonia discursiva e a outros modos de agir dialógicos e interativos entre enunciatador e enunciatário e analisar a questão do ethos de enunciatador projetado no discurso para avaliar a força retórica e persuasiva do discurso investigado.

Os dois últimos objetivos específicos nos trazem os aspectos da construção discursiva do gênero BO quanto aos 47 registros analisados. Tendo em vista a perspectiva da construção

do gênero BO a partir do Interacionismo Sociodiscursivo, consideramos que todo e qualquer ato de comunicação não se restringe ao ser humano individualmente considerado, mas como resultante de um processo de interação com os demais seres humanos, com outras experiências e situações sociodiscursivas, em diversas instâncias sociais e de formação.

Encontramos, nos BO analisados, a presença marcante da *expertise* acadêmica dos policiais militares enunciadorees quanto aos aspectos de ordem técnica. Percebemos a representação dos enunciadorees, no ato do registro, a fim de convencer ou até mesmo controlar o sentido a ser dado pelos enunciatários, principalmente no campo parametrizado *provável descrição da ocorrência* em consonância com o registro do histórico do BO. Assim, os enunciatários, ao analisar o registro do BO, chancelam ou não a classificação do delito apontada inicialmente pelo enunciadoree.

Pelo exposto, notamos a convergência para o consenso de que o enunciadoree é constituído pelas situações práticas interativas ao longo da sua vida pessoal, profissional e acadêmica e não por um plano abstrato e *a priori* imutável. O enunciadoree é sujeito a diversos fatores e condições da produção discursiva que o constituem, o que é demonstrado pela presença da heterogeneidade discursiva e da multiplicidade de vozes sociais presentes nos gêneros examinados. Pelo que foi discutido, também reputamos que esses objetivos específicos foram atingidos.

Pela pesquisa, percebemos que o policial militar relator, tendo cursado um programa de disciplina nos mais diversos cursos de formação e aperfeiçoamento no âmbito institucional com vistas a construir o aprendizado acerca dos gêneros discursivos da PMMG, parece revelar, em algumas circunstâncias, o desconhecimento das finalidades do gênero BO, o que permite repensar novos modos de planejar as ações nos cursos de formação, a fim de conscientizar e instruir os discentes sobre tais finalidades, essenciais para a construção do gênero.

Nesse aspecto, esta pesquisa visou contribuir com a visão institucional da PMMG acerca da construção do gênero BO, tanto no que se refere ao preenchimento, quanto no que toca aos fins a que tal gênero se propõe, de forma a demonstrar a necessidade de reorganizar, do ponto de vista institucional, as diretrizes que orientam a elaboração de gêneros discursivos nos cursos de formação e aperfeiçoamento.

Enfim, visamos com esta pesquisa contribuir com o processo de ensino-aprendizagem na instância formativa nos cursos de formação e aperfeiçoamento da PMMG, para que as atividades didáticas privilegiem discussões e práticas de elaboração de gêneros discursivos próprios da esfera da Segurança Pública.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Soares. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2001.
- ALMEIDA, Ana Carolina Correia; OLIVEIRA, Pâmela Danielle Souza e. Mecanismos enunciativos: o jogo das vozes e das modalizações em artigos de divulgação científica publicados no âmbito jornalístico. **Cadernos CESPUC**, Belo Horizonte, 2016.
- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2006.
- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARÁN, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, Número Especial: 4-25, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/17700>.
- ARANTES, Rita Eloísa Pereira. **Mecanismos de responsabilização enunciativa: estudo das modalizações no gênero Boletim de Ocorrência produzido em instância formativa**. 165 fl. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), 2019.
- ARAÚJO, S. P. de. **Abordagens de ensino de língua estrangeira: um estudo sobre os deveres do professor e do aluno**. 1997. 188f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.
- ARISTÓTELES. Livro terceiro da Arte Retórica. *In: Arte retórica e arte poética*. Trad. A.P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos linguísticos**. n. 19. Campinas (SP): UNICAMP/IEL, jul./dez.1990.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 5. ed., São Paulo: Hucitec, 1992. p. 110-127.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to Text Linguistics**. New York: Longman Group Limited, 1983.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.
- BRAITH, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2848**, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3689**, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRONCKART, J.P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sociodiscursivo. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 1999. 353 p.

CASAGRANDE, F.C.G. **Língua falada e língua escrita**: uma proposta didática para as aulas de língua portuguesa. Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/lingua\\_falada\\_e\\_lingua\\_escrita\\_uma\\_proposta\\_didatica\\_para\\_as\\_aulas\\_de\\_lingua\\_portuguesa.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/lingua_falada_e_lingua_escrita_uma_proposta_didatica_para_as_aulas_de_lingua_portuguesa.pdf). Acesso em: 12 fev. 2019.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CINTRA, A. C. de A.; DINAMARCO, C. R.; GRINOVER, A. P. **Teoria geral do processo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e Textualidade**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**: parte geral (art. 1º ao 120º). 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2016. 560 p.

DUCROT, O. **Esboço de uma teoria polifônica da enunciação**. O dizer e o dito. Campinas (SP): Pontes, 1978.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas (SP): Pontes, 1987.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto**. São Paulo: Geração, 2004.

ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS/PMMG. GONÇALVES, D. S. **Material didático-instrucional da disciplina Redação Operacional – Módulo I – para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública: Ênfase em Policiamento Ostensivo – CSTSP** (Curso de Formação de Sargentos – CFS/2019), Belo Horizonte, 2019. 109 fl.

GERALDI, João Wanderley. A escrita como trabalho: operações e meta-operações de construção de texto. In: **Linguagem e ensino**: exercício de militância e divulgação. Campinas (SP): ALB/Mercado de Letras, 1996.

GONÇALVES, D. S. **Marcas do gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais**. Dissertação do Mestrado de Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2013. 223 fl.

KOCH, Ingedore G.V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1993.

KOCH, Ingedore G.V. **Inter-ação pela linguagem**. 11. ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore G.V. **Inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore G.V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore G.V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2015. 173 p. Isabel Roboredo Seara. Universidade Aberta E Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.isabelseara@uab.pt

KOCH, Ingedore G.V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMA, Anderson. **Os gêneros do discurso na perspectiva bakhtiniana**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1705374>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Código de processo Penal comentado**. 2. ed. rev. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2017.

MAIA, Vânia R. Pascoal. **Fichamento da obra Discurso e Leitura de Eni Orlandi**. Publicado em 25 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/fichamento-da-obra-discurso-e-leitura-de-eni-orlandi/104419#ixzz53GHdunvj>. Acesso em: 04 mar. 2019.

MAINGUENEAU, D. A cena de enunciação. In: MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução: Freda Indursky. 3. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARI, Hugo; MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Produção de sentido e leitura: gênero e intencionalidade. In: MARI, Hugo *et al.* (org.). **Ensaio sobre leitura 2**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2007, p. 11-55.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MILLER, Carolyn R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. [DIONISIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (org.)]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de. **Decreto Estadual 43778/2004**: Institui o Sistema Integrado de Defesa Social de que trata o inciso I do art. 2º, da Lei Delegada nº 56, de 29 de janeiro de 2003, no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social. BGPM n. 032 de 04/05/2004. Belo Horizonte, 2004.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Boletim Técnico nº 02/2016-DAOp/Cinds**, de 22/01/2016, que padroniza o correto preenchimento do REDS, RAT e BOS no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Diretriz nº 3.01.01/2010- CG**. Diretriz Geral para emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais (DGEOp): Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. SEPARATA n. 74 de 05/10/2010. Belo Horizonte: Comando-Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, 2010. 108 p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Memorando 3012.3/2014**: Orientações referentes à conduta operacional diante da solicitação de registro de ocorrências. Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais. Comando Geral. Belo Horizonte, 2014.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. Escola de Formação de Sargentos. **Apostila de Redação Operacional para o CEFS 2017**. Denise dos Santos Gonçalves, 2017. 94 fls. Material adaptado da apostila de Produção Textual Policial do CEFS/2016-EFAS/APM.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

ORLANDI, Eni Puccinelli. Autoria e interpretação. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas (SP): Pontes, 2004, p. 63-78.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. Significação, leitura e redação. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 100-124.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **A argumentação**. São Paulo: Parábola, 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatório entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 3. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019. Disponível em: [www.pucminas.br/biblioteca](http://www.pucminas.br/biblioteca). Acesso em: 22 maio 2019.

RAMIRO, C. H. L. **Decisão Judicial**: Parcial ou Imparcial? 66fl. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito). Centro Universitário Eurípides de Marília – Univem, 2005.

SILVA, Karla Stéphanly de Brito; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Responsabilidade enunciativa e mediatividade em narrativa de depoimento de testemunha. **Mandinga** – Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE, v. 02, n. 01, p. 38-54, jan./jun. 2018. Disponível em: [https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=Ykt9XOeMM4Kn5OUPgLKOkAg&q=Os+modalizadores+da+responsabilidade+enunciativa&btnK=Pesquisa+Google&oeq=Os+modalizadores+da+responsabilidade+enunciativa&gs\\_l=psy-ab.3...1082.1082..1732...0.0..0.197.197.0j1.....0....2j1..gws-wiz.....0.zjVRz6DRtDA](https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=Ykt9XOeMM4Kn5OUPgLKOkAg&q=Os+modalizadores+da+responsabilidade+enunciativa&btnK=Pesquisa+Google&oeq=Os+modalizadores+da+responsabilidade+enunciativa&gs_l=psy-ab.3...1082.1082..1732...0.0..0.197.197.0j1.....0....2j1..gws-wiz.....0.zjVRz6DRtDA). Acesso em: 04 mar. 2019.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3. ed. 2008. 440p.

SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. (versão eletrônica)

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O uso do futuro do pretérito no Português falado. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura (org.) **Gramática do Português Falado Vol. VII**: Novos estudos. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP; Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1999: 673-697.

VADE MECUM Saraiva/obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 21. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2016.

VOLOCHINOV, Valentin (BAKHTIN, Mikhail). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**

Pró-reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****N.º Registro CEP:****TÍTULO DA PESQUISA: A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA PMMG – EFEITOS SOBRE ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE, BEM COMO NA PERSECUÇÃO CRIMINAL NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL<sup>7</sup>****1) Introdução**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa. Se decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa.

A pesquisa prevê a aplicação de questionários, bem como a análise de Boletins de Ocorrência de homicídios consumados, da cidade de Sabará, no ano de 2016, a fim de verificar os aspectos de preenchimento do referido gênero discursivo e o atingimento da finalidade de servir como subsídio para o planejamento de ações e operações policiais, bem como para as tratativas iniciais de investigação criminal dos delitos relatados nos BO que compõem o corpus desta pesquisa.

Saiba, porém, que sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com a Instituição.

---

<sup>7</sup> Posteriormente o título foi alterado para **MECANISMOS DE AGENCIAMENTO DE RESPONSABILIZAÇÃO ENUNCIATIVA EM BOLETINS DE OCORRÊNCIA DA PMMG E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE E PERSECUÇÃO CRIMINAL NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL**

É preciso entender a natureza da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

## **2) Objetivo**

A pesquisa tem como objetivo central apreender os efeitos sobre o enunciatário de estratégias linguístico-textuais responsáveis pela construção do gênero Boletim de Ocorrência da PMMG (BO-PMMG), a fim de compreender as decorrências de tais recursos no encaminhamento da persecução criminal e de ações de combate à criminalidade.

## **3) Procedimentos do Estudo**

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado a preencher um questionário elaborado e enviado via google docs.

## **4) CaráterConfidencial dos Registros**

Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Saiba, portanto, que, em hipótese alguma, haverá identificação de qualquer dos informantes da pesquisa na divulgação de seus resultados.

## **5) Participação**

Sua participação nesta pesquisa consistirá em: preencher o questionário elaborado e enviado via Google docs. É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem penalidades ou perda de benefícios aos quais você tenha direito de outra forma.

## **6) Para obter informações adicionais**

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Caso você venha a sofrer uma reação adversa ou danos relacionados ao estudo, ou tenha mais perguntas sobre o estudo, por favor, ligue para o pesquisador: José Wilson

de Assis, telefone: (031) 98527-4081 ou para a Prof<sup>a</sup>. Maria Angela Paulino Teixeira Lopes, orientadora, nos telefones 3344 3267; 99244 2414; 3319 4336.

## 7) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que fui orientado sobre o objetivos da pesquisa e minha forma de participação.

Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas.

Confirmo também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar deste estudo.

---

Nome do participante (em letra de forma)

---

Assinatura do participante ou representante legal

---

Data

---

Assinatura do pesquisador

---

Data

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 01

Srs. Colaboradores, sou José Wilson de Assis, mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas, com o tema: A constituição discursiva do Boletim de Ocorrência da PMMG – efeitos sobre estratégias e ações de combate à criminalidade, no âmbito do inquérito policial. Dessa forma, gostaria de contar com a colaboração dos senhores para preencherem o questionário abaixo, que não será identificado quando da divulgação dos resultados, acerca dos homicídios consumados, na cidade de Sabará/MG, no ano de 2016.

### AUTORIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

- 1) Sr. Delegado, quantos foram os delitos de homicídio consumado, no ano de 2016, na cidade de Sabará, que foram noticiados pela PMMG e que tiveram os Inquéritos Policiais relatados por V. Ex.<sup>a</sup>? \_\_\_\_\_
- 2) Dentre eles, quantos tiveram por *notitia criminis* o de Boletim de Ocorrência lavrado pela PMMG? \_\_\_\_\_
- 3) Ao receber esses BO dos delitos em questão, a análise de V. Ex.<sup>a</sup>, para fins das atividades de investigação criminal, tem por foco: ( ) histórico ( ) campos parametrizados ( ) histórico e campos parametrizados ?
- 4) Para a exposição desses delitos, o BO analisado trouxe o preenchimento total dos campos parametrizados? ( ) sim ( ) não Qual campo foi insuficientemente preenchido? \_\_\_\_\_
- 5) Ao analisar esses delitos, V. Ex.<sup>a</sup> vislumbrou a necessidade de ser inserido algum dado por meio campo parametrizado que, atualmente, não é contemplado no formulário do BO? ( ) sim ( ) não Qual dado: \_\_\_\_\_  
Justifique \_\_\_\_\_
- 6) Dentre esses delitos, o histórico do BO respectivo trouxe a informatividade necessária para auxiliar na investigação criminal? ( ) sim ( ) não. Justifique.  
\_\_\_\_\_
- 7) Tendo em vista a leitura do parâmetro “histórico” dos BO, que análise pode ser feita dos textos/campos preenchidos?  
( ) a narrativa, no histórico, não apresenta deficiências ( ) a narrativa, no histórico, prejudicou as diligências preliminares na investigação criminal porque: ( ) falta clareza na exposição  
( ) faltam dados. Exemplificar: \_\_\_\_\_  
( ) falta informatividade da narrativa. Ausência de elementos imprescindíveis para iniciar as investigações criminais, tais como \_\_\_\_\_.

( ) outros: Especificar: \_\_\_\_\_

8) - Dentre esses delitos, o histórico do BO respectivo trouxe os elementos essenciais da narrativa: ( ) O quê? ( ) Quem? ( ) Quando? ( ) Como? ( ) Por quê? ( ) Onde? ( ) Possíveis desdobramentos? Qual aspecto não contemplado impossibilitou a interpretação/o exame do fato relatado?

\_\_\_\_\_

9) - Dentre esses delitos, o histórico do BO respectivo trouxe, de maneira bem definida, as versões das partes envolvidas e/ou de testemunhas dos fatos ali relatados? ( ) sim ( ) não ( ) parcialmente

Explique \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 02

Srs. Colaboradores, sou José Wilson de Assis, mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC/MG, com o tema: A constituição discursiva do Boletim de Ocorrência da PMMG – efeitos sobre estratégias e ações de combate à criminalidade, bem como na persecução criminal no âmbito do inquérito policial. Dessa forma, gostaria de contar com a colaboração dos senhores para preencherem o questionário abaixo, que não será identificado quando da divulgação dos resultados, acerca dos homicídios consumados, na cidade de Sabará/MG, no ano de 2016.

### CHEFE DA SEÇÃO PLANEJAMENTO DE OPERAÇÕES

- 1) Sr. Chefe, dentre os delitos em questão, quantos tiveram por *notitia criminis* o Boletim de Ocorrência lavrado pela PMMG? \_\_\_\_\_
  
- 2) Em delitos de tal natureza, o planejamento das ações e operações policiais de repressão qualificada a esses crimes têm por base os registros de BO como fonte de pesquisa para subsidiá-lo? ( ) Sim, essencialmente ( ) sim, unicamente ( ) não
  
- 3) Em delitos de tal natureza, o planejamento das ações e operações policiais tem como destaque : ( ) campos parametrizados ( ) histórico ( ) campos parametrizados e o histórico.
  
- 4) Em delitos de tal natureza, caso o planejamento das ações e operações policiais tenha como fonte de pesquisa o histórico do respectivo BO, qual a deficiência apresentada que prejudicou o planejamento das ações e operações policiais?
  - ( ) não houve deficiências na narrativa. Qual percentual da amostra? \_\_\_\_%
  - ( ) falta de clareza da narrativa . Qual percentual da amostra? \_\_\_\_%
  - ( ) falta de concisão da narrativa. Qual percentual da amostra? \_\_\_\_%
  - ( ) falta de coerência da narrativa. Qual percentual da amostra? \_\_\_\_%
  - ( ) falta de informatividade da narrativa (ausência de elementos imprescindíveis para iniciar as investigações criminais). Qual percentual da amostra? \_\_\_\_%
  - ( ) outros : Especificar : \_\_\_\_\_
  
- 5) Dentre esses delitos, o histórico do BO respectivo trouxe os elementos essenciais da narrativa e auxiliaram nos planejamentos: ( ) O quê ? ( ) Quem ? ( ) Quando ? ( ) Como ? ( ) Porquê? ( ) Onde ? ( ) Possíveis desdobramentos ?
  
- 6) Dentre esses delitos, o BO respectivo trouxe o preenchimento total dos campos parametrizados? ( ) sim ( ) não.

## APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO 03

Srs. Colaboradores, sou José Wilson de Assis, mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC/MG, com o tema: A constituição discursiva do Boletim de Ocorrência da PMMG – efeitos sobre estratégias e ações de combate à criminalidade, bem como na persecução criminal no âmbito do inquérito policial. Dessa forma, gostaria de contar com a colaboração dos senhores para preencherem o questionário abaixo, que não será identificado quando da divulgação dos resultados, acerca de 47 homicídios consumados, na cidade de Sabará/MG, no ano de 2016, que compõem a amostra desta pesquisa.

### RELATORES DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA

Tendo em vista que os Senhores foram os relatores dos Boletins de Ocorrências ora analisados, pergunto:

1º) Durante o seu curso de formação/atualização na PMMG, foi ministrada a disciplina de Produção textual/Redação Técnica/Redação Operacional com ênfase na elaboração do Boletim de Ocorrência? Sim ( ) Não ( )

2º) A disciplina de Produção textual/Redação Técnica/Redação Operacional, com ênfase na elaboração do Boletim de Ocorrência, agregou conhecimentos significativos para a elaboração do Boletim de Ocorrência de homicídio consumado lavrado pelo Sr. (Sra.) e que, neste momento, é o objeto desta pesquisa? Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( )

3º) Quando da elaboração do Boletim de Ocorrência de homicídio consumado lavrado, o Sr. (a Sra.) privilegiou o preenchimento: dos campos parametrizados ( ) ou do histórico ( ) de ambos ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

4º) Quando do seu comparecimento ao local da ocorrência e das diligências para a coleta de informações para fins de registro do BO, qual foi a maior dificuldade encontrada? Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção se for o caso:

a) A falta de repasse de informações por parte de testemunhas/populares ( )

b) A concatenação das informações recebidas de testemunhas/populares e transcrevê-las: nos campos parametrizados ( ) no histórico ( )

c) A dissociação da sua “marca pessoal” como relator no momento da escrita do histórico ( )

5º) No momento do registro do Boletim de Ocorrência lavrado, o Sr. (a Sra.) se sentiu influenciado na escrita por fatores. Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção.

de ordem pessoal ( )

de ordem técnica ( )

de ordem social ( )

6º) Quando do seu comparecimento ao local da ocorrência e das diligências para a coleta de informações para fins de registro do BO, houve dificuldade em assimilar a versão dos fatos apresentada por testemunhas/populares e transcrevê-la, com suas adaptações, no histórico?

Não houve dificuldades ( )

Caso tenha havido dificuldades, aponte-as. (Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção)

- a) Dificuldades quanto a aspectos gramaticais normativos (ortografia, concordância, etc.) ( )
- b) Dificuldades quanto a aspectos semânticos (sentido do texto) ( )
- c) Dificuldades quanto a aspectos de informatividade do texto ( )
- d) Dificuldades quanto a aspectos de formalidade do texto ( )
- e) Dificuldades quanto a aspectos de coerência e coesão do texto

7º) Na lavratura do histórico do BO de homicídio consumado lavrado pelo Sr. (pela Sra.) houve dificuldades em expor os elementos essenciais da narrativa: Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção:

Não houve dificuldades ( )

Caso tenha havido dificuldades, aponte-as. (Obs.: Pode ser marcada mais de uma opção)

O quê ? ( )

Quem ? ( )

Quando ? ( )

Como ? ( )

Porquê? ( )



Onde ? ( )

8º) Tendo por base as respostas da alternativa anterior, o Sr. (a Sra.) atribui a dificuldade encontrada a :

- a) Falta de repasses de tais informações por testemunhas/populares ( )
- b) Dificuldades de ordem pessoal do relator em captar tais elementos das versões apresentadas pelas testemunhas/populares ( )

## ANEXO A - PROGRAMA DE DISCIPLINA DOP CASP

## PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – CASP – 2º SEMESTRE /2018

 <p><b>POLÍCIA MILITAR</b> DE MINAS GERAIS <i>Nossa profissão, sua vida.</i></p>	<b>ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR</b> <b>ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS</b> <b>PROGRAMA DA DISCIPLINA</b>	
---	---	---

Nº de Controle	Ano	2018	Nº da Port. de Autoriz.
Nome do Curso/Treinamento		Nome da Disciplina	
Curso de Atualização em Segurança Pública - CASP		Redação Operacional	
Carga Horária Total	Ano Letivo	Semestre	
12 h/a	2018	2º	
<b>Pré-requisitos Para Ministrar a Disciplina</b>			
Ser graduado em Letras e possuir especialização na área			
<b>Nome do Coordenador da Disciplina</b>			
José Wilson de Assis, 1º Ten PM			
<b>Professor da Disciplina</b>			
José Wilson de Assis, 1º Ten PM			

<b>Objetivo Geral</b>
Criar condições para que o Sargento da Polícia Militar seja capaz de produzir e orientar a produção dos documentos mais utilizados na sua função, com qualidade e correção, de acordo com as Características da Redação Oficial e de maneira coerente com o contexto de escrita, com o suporte e com as peculiaridades de cada gênero textual, observados os aspectos da correção gramatical.
<b>Objetivos Específicos</b>

<b>Objetivos Específicos</b>
Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de elaborar qualquer documento que lhe for atribuído, segundo sua esfera de competência, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso de atualização, com segurança quanto à utilização das regras gramaticais

<b>Ementa da Disciplina</b>		
Unidade I – Tipologia Textual/ Alguns fatores que podem dificultar a leitura e produção de um texto		
Unidade II – Acentuação gráfica/ Pontuação/ Pronomes		
Unidade III- Significação das Palavras/ Concordância Nominal/ Concordância Verbal/ Crase		
<b>Conteúdo Programático</b>		
<b>Descrição das Unidades</b>	<b>Descrição das SubUnidades</b>	<b>Número de Horas/Aula</b>
Unidade I – Tipologia Textual/ Alguns fatores que podem dificultar a leitura e produção de um texto	Narração, Descrição, Dissertação, Argumentação e Injunção	04
Unidade II – Acentuação gráfica,	- Novo Acordo Ortográfico	04

pontuação e pronomes	- Noções básicas de emprego dos sinais de pontuação e clareza textual	
	- Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos, interrogativos	
	- Palavras Homônimas, palavras parônimas, polissemia, sentido próprio	

<p>Unidade III- Significação das Palavras/ Concordância Nominal/ Concordância Verbal/ Crase</p>	<p>- Palavras Homônimas, palavras parônimas, polissemia, sentido próprio e sentido figurado, denotação e conotação          - Noções básicas de concordância nominal, casos especiais de concordância nominal          - Noções básicas de concordância verbal, concordância do verbo com o sujeito simples, concordância do verbo com sujeito composto, concordância com os pronomes de tratamento, alguns casos especiais de concordância verbal          -Tópicos de regência</p>	<p>04</p>

### Metodologia de Ensino

A disciplina será desenvolvida por meio do ambiente virtual, no qual foram serão disponibilizados diversos materiais como suporte do aprendizado pelos discentes. A matéria foi disciplina em apresentação no ambiente virtual de forma sistemática, de fácil acessibilidade e assimilação dos conteúdos. Além disso, a apostila referente à disciplina foi disponibilizada no ambiente virtual, juntamente com gabaritos de diversos exercícios que auxiliam no processo ensino-aprendizagem de forma consistente. A disciplina será norteada pelo Plano de Tutoria previamente postado no ambiente virtual para que os discentes acompanhem o desenvolvimento da disciplina e planejem suas atividades de forma que se torne sujeito do aprendizado e não objeto deste.

### Recursos Didáticos a Serem Aplicados

- Apostila da disciplina;
- Discussões e esclarecimento de dúvidas no fórum;
- Resolução de exercícios práticos;
- Apresentação da disciplina em slides no ambiente virtual.

### Procedimentos de Avaliação

Prova escrita, sem consulta, no valor de 7,00 pontos e um questionário a ser respondido no sistema no valor de 3,00.

### Referências Básicas Para a Disciplina

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. 48ª ed. rev.

KOCH, Ingedore Villaça. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

CEREJA, William Roberto. *Gramática Reflexiva*. São Paulo: Saraiva.

INFANTE, Ulisses. *Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação*. São Paulo: Scipione.

*Dicionário escolar da língua portuguesa/ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS*. 2.ed. São Paulo: Companhia

a Editora nacional, 2008.

GRANATIC, Branca. *Técnicas básicas de redação*. São Paulo: Scipione.

### Referências Complementares Para a Disciplina

- SACONNI, Luiz Antônio. *Novíssima Gramática Ilustrada*. São Paulo: Nova Geração.

- FIORINI, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.

- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez.

- Cartilha da Nova Ortografia postada no Fórum APM virtual Biblioteca.

<b>Data da Última Atualização</b>	16 de julho de 2018
-----------------------------------	---------------------

<b>Local</b>	<b>Data</b>
Belo Horizonte	16 de julho de 2018

### Encaminhamento Para

Supervisão de ensino da EFAS

#### Quem Recebeu

N° de PM	P/G	Nome	Assinatura



**José Wilson de Assis, 1º Ten PM**  
Coordenador

#### NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES

Rev.	Item	Descrição	Responsável pela Revisão	Responsável pela Aprovação	Data
					/ /

## ANEXO B - PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CEFS

## PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS – CEFS – 2º SEMESTRE/2018

 <p><b>POLÍCIA MILITAR</b> DE MINAS GERAIS <i>Nossa profissão, sua vida.</i></p>	<b>ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR</b> <b>ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS</b> <b>PROGRAMA DA DISCIPLINA</b>	

<b>Nº de Controle</b>		<b>Ano</b>	2018	<b>Nº da Port. de Autoriz.</b>	
<b>Nome do Curso/Treinamento</b>			<b>Nome da Disciplina</b>		
Curso Especial de Formação de Sargentos - CEFS			Redação Operacional		
<b>Carga Horária Total</b>		<b>Ano Letivo</b>		<b>Semestre</b>	
24 h/a		2018		2º	
<b>Pré-requisitos Para Ministrar a Disciplina</b>					
Ser graduado em Letras e possuir especialização na área					
<b>Nome do Coordenador da Disciplina</b>					
Leandro Henrique Pereira Gomes, 2º Sgt PM					
<b>Professor da Disciplina</b>					
Leandro Henrique Pereira Gomes, 2º Sgt PM					

<b>Objetivo Geral</b>
-----------------------

Criar condições para que o Sargento da Polícia Militar seja capaz de produzir e orientar a produção dos documentos mais utilizados na sua função, com qualidade e correção, de acordo com as Características da Redação Oficial e de maneira coerente com o contexto de escrita, com o suporte e com as peculiaridades de cada gênero textual.

<b>Objetivos Específicos</b>
------------------------------

Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de:

- reconhecer como os elementos do contexto interferem na produção textual, bem como identificar os tipos textuais mais frequentes nos gêneros produzidos na PMMG, diferenciando-os dos gêneros textuais;
- reconhecer a Redação Oficial como uma categoria específica de comunicação escrita para identificar e reconhecer como as Características da Redação Oficial se aplicam aos diversos gêneros textuais que o Sargento produz em razão de suas atividades funcionais;
- conhecer aspectos referentes à produção do Ofício, da Comunicação Disciplinar e do Boletim de Ocorrência para e produzi-los em consonância com as Características da Redação Oficial

<b>Ementa da Disciplina</b>
-----------------------------

Introdução ao estudo dos textos;  
 Redação Oficial;  
 Documentos Administrativos;  
 Documentos;  
 Disciplinares;  
 Documentos Operacionais.

<b>Conteúdo Programático</b>		
<b>Descrição das Unidades</b>	<b>Descrição das SubUnidades</b>	<b>Número de Horas/Aula</b>
Unidade I Introdução ao estudo dos textos	- Texto e contexto - Tipos e gêneros textuais	04
Unidade II Redação Oficial	- Conceito - Características da Redação Oficial	04
Unidade III Documentos Administrativos	- Panorama - Ofício	06
Unidade IV Documentos Disciplinares	- Panorama - Comunicação Disciplinar	04
Unidade V Documentos Operacionais	- Panorama - Boletim de Ocorrência	06

#### **Metodologia de Ensino**

A disciplina será desenvolvida no ambiente virtual SiGE, com o suporte da apostila postada na biblioteca virtual, bem como dos demais documentos postados, com desenvolvimento de aulas expositivas em fóruns de discussão, com ênfase nos gêneros textuais mais afetos à graduação dos Sargentos PM.

#### **Recursos didáticos a serem Aplicados**

- Apostila da disciplina;
- Trabalho avaliativo;
- fóruns de discussões.

#### **Procedimentos de Avaliação**

Prova escrita, sem consulta, no valor de 7,00 pontos e um trabalho, consistente em exercícios, no valor de 3,00, a serem resolvidos individualmente no próprio SiGE ATÉ O DIA 01/12/18.

#### **Referências Básicas Para a Disciplina**

BELTRÃO, O; BELTRÃO, M. Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular. 24 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 26 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. Luciana Reis de Melo. Manual de Redação Oficial, 2012.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. Lei estadual nº 14310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o *Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais*.

#### **Referências Complementares Para a Disciplina**

CEGALLA, D. P. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

\_\_\_\_\_. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa. 3ª ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

GONÇALVES, D. S. Marcas do gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais. Dissertação do Mestrado de Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2013. 223. Fl.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. Manual de Redação. Elaborado por Carlos Alberto Sant'Ana Pedroso et al. Belo Horizonte: Oficina Redatorial "Guimarães Rosa", 1996.

\_\_\_\_\_. Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA). Belo Horizonte: PMMG/CBMMG – Comando-Geral, 2012, 248 p.

<b>Data da Última Atualização</b>	21 de Agosto de 2018
-----------------------------------	----------------------

<b>Local</b>	<b>Data</b>
Belo Horizonte	21 de Agosto de 2018

<b>Encaminhamento Para</b>
Supervisão de ensino da EFAS



<b>Quem Recebeu</b>			
<b>Nº de PM</b>	<b>P/G</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>

**Leandro Henrique Pereira Gomes, 2º Sgt PM**  
**Coordenador**

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES					
Rev.	Item	Descrição	Responsável pela Revisão	Responsável pela Aprovação	Data
					/ /

## ANEXO C - PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CF

PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS –  
CFS – 1º SEMESTRE/2018

 <p><b>POLÍCIA MILITAR</b> DE MINAS GERAIS <i>Nossa profissão, sua vida.</i></p>	<p>ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR</p> <p>ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS (EFAS)</p> <p>PROGRAMA DA DISCIPLINA</p>	
---	--	---

Nº de Controle		Ano	2018	Nº da Port. de Autoriz.	
<b>Nome do Curso/Treinamento</b>			<b>Nome da Disciplina</b>		
Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública: Ênfase em Policiamento Ostensivo (CSTSP/CFS)			Redação Operacional		
<b>Carga Horária Total</b>		<b>Ano Letivo</b>		<b>Semestre</b>	
70 horas-aulas		2018		1º	
<b>Pré-requisitos Para Ministrar a Disciplina</b>					
Ser graduado em Letras e possuir Especialização na área.					
<b>Nome da Coordenadora da Disciplina</b>					
Capitão PM Denise dos Santos Gonçalves					
<b>Professores da Disciplina</b>					
Capitão PM Denise dos Santos Gonçalves 1º Ten PM Vânia Cristina Gonçalves Silvério 2º Ten PM Anízio Nonato de Moura 2º Sgt PM Sandro Gonçalves Maia 2º Sgt PM Leandro Henrique Pereira Gomes Prof.ª Égina Glauce Santos Pereira Prof.ª Maria Juliana Horta Soares Prof.ª Rita Eloísa Pereira Arantes Prof.ª Yara Rosa Bruno da Silva					

<b>Objetivo Geral</b>
<p>Criar condições para que o Sargento da Polícia Militar seja capaz de produzir, avaliar e orientar a produção dos documentos mais utilizados na sua função e dos encargos a ela inerentes, com qualidade e correção, de acordo com as Características da Redação Oficial e de maneira coerente com o contexto da escrita, com o suporte e com as peculiaridades de cada gênero textual.</p>
<b>Objetivos Específicos</b>
<p>Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- reconhecer como os elementos do contexto interferem na produção textual, bem como identificar os tipos textuais mais frequentes nos gêneros produzidos na PMMG e diferenciar tipos e gêneros textuais;</li> <li>- perceber a Redação Oficial como uma categoria específica de comunicação escrita para identificar e reconhecer como as Características da Redação Oficial se aplicam aos diversos gêneros textuais que utiliza em razão de suas atividades funcionais;</li> <li>- conhecer aspectos referentes aos gêneros estudados para produzi-los em consonância com as Características da Redação Oficial.</li> </ul>

---

<b>Ementa da Disciplina</b>	
Unidade I	– Introdução ao Estudo dos Textos
Unidade II	– Introdução ao Estudo dos Gêneros da Redação Oficial
Unidade III	– Boletim de Ocorrência
Unidade IV	– Termo Circunstanciado de Ocorrência
Unidade V	– Comunicação Disciplinar, Queixa Disciplinar e Relatório Reservado
Unidade VI	– Razões Escritas de Defesa

Unidade VII – Ata de Reunião do CEDMU		
Unidade VIII – Mensagens eletrônicas		
Unidade IX – Requerimento		
Unidade X – Ofício		
Unidade XI – Ata		
<b>Conteúdo Programático</b>		
<b>Descrição das Unidades</b>	<b>Descrição das Subunidades</b>	<b>Nº horas/aula</b>
<b>Unidade I – Introdução ao Estudo dos Textos</b>	- Linguagem, língua e fala - Variantes linguísticas - Norma culta - Ato comunicativo - Tipos e gêneros textuais - Texto e contexto	4
<b>Unidade II – Introdução ao Estudo dos Gêneros da Redação Oficial</b>	- Contextualização da produção dos textos oficiais - Características da Redação Oficial	4
<b>Unidade III – Boletim de Ocorrência</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	12
<b>Unidade IV – Termo Circunstanciado de Ocorrência</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	10
<b>Unidade V – Comunicação Disciplinar, Queixa Disciplinar e Relatório Reservado</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	6
<b>Unidade VI – Razões Escritas de Defesa</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	6
<b>Unidade VII – Ata de Reunião do CEDMU</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	6

<b>Unidade VIII – Mensagens eletrônicas</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	4
<b>Unidade IX – Requerimento</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	6
<b>Unidade X – Ofício</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	6
<b>Unidade XI – Ata</b>	- Conceito e finalidade - Estrutura - Peculiaridades técnicas	6

### **Metodologia de Ensino**

A disciplina será desenvolvida com o suporte da apostila apresentada previamente, em aulas presenciais em que o conteúdo será distribuído de acordo com o Programa de Disciplina, com ênfase em atividades práticas de produção textual e atividades do material de estudos.

A dinâmica dos estudos dos textos será organizada no modelo didático aula expositiva dialogada-produção textual-retorno da correção.

### **Recursos didáticos a serem aplicados**

- Apostila da disciplina;
- quadro;
- pincel;
- computadores (para as atividades de produção textual);
- *internet* (para as Unidades III e IV).

### Procedimentos de Avaliação

1. Verificação corrente – 03 pontos
2. Verificação final – 4 pontos
3. Trabalho:
  - a. Elaboração e execução de instrução sobre assuntos estudados nas Unidades III e IV: 2 pontos
  - b. Atividades práticas de produção textual – 1 ponto

### Referências Básicas Para a Disciplina

BELTRÃO, O; BELTRÃO, M. *Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular*. 24 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48 ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. 3ª ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 26 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e Escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

PENTEADO, J. R. W. *A técnica da comunicação humana*. 14 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

### Referências Complementares Para a Disciplina

GONÇALVES, D. S. *Marcas do gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais*. 2013. 233 fl. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Lei Estadual nº 14.310, de 19 de junho de 2002. Dispõe sobre o *Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais*.

\_\_\_\_\_. *Polícia Militar de Minas Gerais e Corpo de Bombeiros Militar. Comando-Geral. Manual*

\_\_\_\_\_. Polícia Militar de Minas Gerais e Corpo de Bombeiros Militar. Comando-Geral. Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA). Belo Horizonte: PMMG/CBMMG – Comando-Geral, 2012, 248 p.

\_\_\_\_\_. Polícia Militar de Minas Gerais e Corpo de Bombeiros Militar. Diretoria de Apoio Operacional. *Of. 158.3/2017, de 31 de março de 2017*. Orientações preliminares para a institucionalização do TCO na PMMG. 11 p. [divulgação interna].

SANTOS, L. W.; PINTO, R.; CABRAL, A. L. T. *Referenciação em textos jurídicos: da argumentação da língua à argumentação no gênero*. In: PINTO, P.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. G. S. *Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

ZANOTTO, N. *E-mail e carta comercial: estudo contrastivo de gênero textual*. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna; Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

<b>Data da Última Atualização</b>	7 de dezembro de 2016
-----------------------------------	-----------------------


<b>Local</b>	<b>Data</b>
Belo Horizonte	7 de dezembro de 2016

<b>Encaminhamento Para</b>			
Supervisão de Ensino da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos			
<b>Quem Recebeu</b>			
<b>Nº de PM</b>	<b>P/G</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
<b>Nº de PM</b>	<b>P/G</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>

<b>NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES</b>					
<b>Rev.</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Responsável pela Revisão</b>	<b>Responsável pela Aprovação</b>	<b>Data</b>
					/ /

## ANEXO D - PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CFSd

PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS –  
CFSd – 1º SEMESTRE/2019

<b>POLÍCIA MILITAR</b> <small>DE MINAS GERAIS</small>	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS  PROGRAMA DA DISCIPLINA	
--	---	---

Nº de Controle		Ano	2019	Nº da Norma de Autorização	
Nome do Curso/Treinamento			Nome da Disciplina		
Curso de Formação de Soldados			Redação Operacional		
Carga Horária Total		Ano Letivo		Semestre	
60 h/a		2019			
<b>Pré-requisitos para ministrar a disciplina</b>					
Ser graduado em Letras. Ter realizado o curso de Capacitação para Lavratura do TCO. Se militar da PMMG, ser no mínimo 3º Sgt PM. Possuir experiência mínima de um ano em atividade afim.					
<b>Nome do Coordenador da disciplina</b>					
<b>Professores da Disciplina</b>					
<b>Objetivo Geral</b>					
Propiciar condições para que o futuro soldado seja capaz de produzir adequadamente gêneros discursivos próprios das práticas profissionais relacionadas ao seu empenho nas atividades operacionais da PMMG, de maneira coerente com as características que regem a produção textual na esfera da Redação Oficial e no ambiente da PMMG.					
<b>Objetivos Específicos</b>					
Ao final da disciplina, o discente deverá ser capaz de: - reconhecer as peculiaridades do uso da linguagem no contexto profissional da PMMG; - identificar os efeitos das Características da Redação Oficial nos gêneros estudados; - dominar os conhecimentos referentes aos objetivos, à composição, ao estilo e ao conteúdo dos gêneros estudados.					
<b>Ementa da Disciplina</b>					
Introdução à produção de textos. Redação Oficial. Relatório. Produção de documentos no módulo REDS. Termo Circunstanciado de Ocorrência.					
<b>Conteúdo Programático</b>					
Descrição das unidades		Descrição das Subunidades		Número de horas/aula	
Unidade I – Introdução à produção de textos		- Produção textual e esferas - Produção textual na PMMG		06	
Unidade II – Redação Oficial		- Conceito		06	

	- Características da Redação Oficial	
Unidade III - Relatório	- Conceito e função - Peculiaridades	08
Unidade IV – Produção de documentos no módulo REDS	- Peculiaridades da escrita e da leitura dos documentos produzidos no módulo REDS - Ambientação no módulo REDS - Relatório de Atendimento - Boletim de Ocorrência Simplificado - Boletim de Ocorrência - Termo Circunstanciado de Ocorrência	30
Unidade V – Termo Circunstanciado de Ocorrência	- Termo Circunstanciado de Ocorrência	10

#### Metodologia de ensino

A disciplina será desenvolvida com o suporte do material didático e com ênfase na prática da produção textual dos gêneros estudados. As Características da Redação Oficial serão orientadoras das discussões sobre os aspectos gerais próprios do uso da linguagem no contexto de produção e circulação dos textos, complementando-se com os aspectos específicos de cada gênero estudado.

A ênfase será dada na necessidade de que o futuro Soldado seja capaz de desenvolver escrita autônoma, sem apoiar-se em modelos de conteúdo dos textos, observando, porém, as peculiaridades dos gêneros – aspectos da composição, do estilo e do conteúdo.

As atividades de produção textual privilegiarão os movimentos de escrita-correção-reescrita, aplicando-se – no que for possível em razão da carga horária disponível –, os preceitos da metodologia das *sequências didáticas* (casos em que o material didático não apresenta exemplos

de escrita) ou a dos *módulos didáticos* (situações em que o material apresenta exemplos de escrita).

As atividades de ambientação no sistema e de produção textual das Unidades IV e V serão desenvolvidas nos laboratórios de informática.

#### Recursos didáticos a serem aplicados

- Apostila da disciplina;
- quadro;
- pincel;
- computadores (para as Unidades IV e V);
- *internet* (Unidades IV e V).

#### Procedimentos de Avaliação

- Trabalho	Portfólio - Produção textual do Relatório	3 pontos
- Verificação corrente	Prova prática de produção textual	3 pontos
- Avaliação final	Prova prática de produção textual	4 pontos

#### Referências Básicas Para a Disciplina

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48 ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. 3ª ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 26 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GARCEZ, L. H. C. *Técnica de Redação: o que é preciso para bem escrever*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Assessoria de Desenvolvimento Organizacional. *Manual de Documentos Institucionais da PMMG*. Comando-Geral: Belo Horizonte, 2018. [recurso eletrônico – no prelo].

#### Referências complementares para a disciplina

GONÇALVES, D. *Marcas do gênero Boletim de Ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2013. 223 f.

MINAS GERAIS. Polícia Civil; Polícia Militar; Secretaria de Estado de Defesa Social. *Instrução Conjunta nº 01/2003*. Contém orientações para o Preenchimento do Boletim de Ocorrência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2003.

\_\_\_\_\_. Polícia Militar. Resolução nº 4745, de 26 de outubro de 2018. Dispõe sobre a lavratura do TCO na PMMG. Comando Geral: Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, L. W.; PINTO, R.; CABRAL, A. L. T. Referenciação em textos jurídicos: da argumentação da língua à argumentação no gênero. In: PINTO, P.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. G. S. *Linguagem e direito: perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

ZILBERKNOP, L. S. MARTINS, D. S. *Português instrumental: de acordo com as regras da ABNT*. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

<b>Data da última atualização</b>	12 de novembro de 2018.
-----------------------------------	-------------------------

<b>Local</b>	<b>Data</b>
Belo Horizonte	12 de novembro de 2018.

#### Encaminhamento para

Supervisão de Ensino da EFSd


#### Quem recebeu

<b>Nº de PM</b>	<b>P/G</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>

#### NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES

<b>Rev.</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Responsável pela Revisão</b>	<b>Responsável pela Aprovação</b>	<b>Data</b>
					/ /

## ANEXO E - FORMULÁRIO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR										
		<b>BOLETIM DE OCORRÊNCIA</b>				<b>BO NÚMERO</b>			<b>Fl. 1/3</b>	
UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO					MUNICÍPIO					
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR: UNIDADE POLICIAL:										
DESTINATÁRIO						DATA DO REGISTRO				
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO										
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA						DATA DA COMUNICAÇÃO		HORA DA COMUNICAÇÃO		
ORGÃO SOLICITANTE										
COD. OPERAÇÃO ORIGEM										
DADOS DA OCORRÊNCIA										
PROVAVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL										
DESCRIÇÃO OUTROS OCORRÊNCIA PRINCIPAL										
COD. PRINCIPAL		TENTADO / CONSUMADO			ALVO DO EVENTO					
DATA DO FATO		HORÁRIO DO FATO		DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL			DATA FINAL		HORÁRIO FINAL	
DESCRIÇÃO DO LUGAR										
LOCAL (AV., RUA, ETC)										
NÚMERO		KM	COMPLEMENTO			BAIRRO / VILA			CEP	
MUNICÍPIO				UF MG	PAIS					
PONTO DE REFERÊNCIA						LATITUDE		LONGITUDE		
TIPO VIA				MEIO UTILIZADO						
CAUSA PRESUMIDA										
DESCRIÇÃO OUTRAS CAUSAS PRESUMIDAS										
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS										
ENVOLVIDO 1										
TIPO DE PESSOA		COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO		SEXO		TIPO ENVOLVIMENTO			
DESCRIÇÃO NATUREZA										
NOME COMPLETO										
NACIONALIDADE				DATA NASCIMENTO			NATURALIDADE / UF			
IDADE APARENTE		GRAU DA LESÃO				ESTADO CIVIL				
CUTIS				OCUPAÇÃO ATUAL						
SOLICITANTE / DESAPARECIDO (A)										
MÃE										
PAI										
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO										
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE			ORGÃO EXPEDIDOR				UF	CPF / CNPJ		
ESCOLARIDADE										
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)				NÚMERO		KM	COMPLEMENTO			
BAIRRO			MUNICÍPIO					UF		


DIGITADOR

GERADO POR:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR						
<b>BOLETIM DE OCORRÊNCIA</b>			<b>BO NÚMERO</b>		<b>Fl. 2/3</b>	
ENVOLVIDO 1						
PAÍS		CEP		TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR	
PRISÃO / APREENSÃO				HOUE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?		
ENVOLVIDO 2						
TIPO DE PESSOA	COD. NATUREZA	TENTADO / CONSUMADO	SEXO	TIPO ENVOLVIMENTO		
DESCRIÇÃO NATUREZA						
NOME COMPLETO						
NACIONALIDADE			DATA NASCIMENTO	NATURALIDADE / UF		
IDADE APARENTE	GRAU DA LESÃO			ESTADO CIVIL		
CUTIS			OCUPAÇÃO ATUAL			
RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR						
MÃE						
PAI						
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO						
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE		ÓRGÃO EXPEDIDOR			UF	CPF / CNPJ
ESCOLARIDADE						
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC)			NÚMERO	KM	COMPLEMENTO	
BAIRRO		MUNICÍPIO			UF	
PAÍS		CEP		TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR	
PRISÃO / APREENSÃO				HOUE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ?		
HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA						
MODO DA AÇÃO CRIMINOSA						
VIATURAS						
VIATURA 1						
TIPO DA VIATURA		ÓRGÃO				
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO						
PLACA	PREFIXO / ÓRGÃO	REGSITRO GERAL	PREFIXO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO		

DIGITADOR

GERADO POR:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR		
		
DESCRÇÃO DO PROBLEMA		
<b>MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE</b>		
NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE</b>		
MATRÍCULA		
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE</b>		
MATRÍCULA		
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE</b>		
MATRÍCULA		
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE</b>		
MATRÍCULA		
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE</b>		
MATRÍCULA		
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE</b>		
MATRÍCULA		
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL RESPONSÁVEL PELA PRISÃO</b>		
NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
NOME COMPLETO		
CORPORAÇÃO		
UNIDADE		
<b>MILITAR/POLICIAL RELATOR</b>		
MATRÍCULA		
115.201-4		
NOME COMPLETO		
JOVISCLEI DE ANDRADE		
CORPORAÇÃO		
POLÍCIA MILITAR		
UNIDADE		
3 PEL PM/99 CIA IND PM		
		GERADO POR:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR			
MATRÍCULA			
NOME COMPLETO			
CORPORAÇÃO			
UNIDADE			
RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL			
DESTINATÁRIO / RECIBO 1			
DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
CARGO			
ORGÃO/UF			
UNIDADE			
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE			
TENS ENTREGUES A ESTE DESTINATARIO			
ASSINATURA			
RECIBO GERADO POR:			DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
***** FIM DA OCORRÊNCIA: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****			